

Edição em língua  
portuguesa

## Legislação

### Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- ★ **Regulamento (CE) n.º 1128/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 999/2001 no que se refere à extensão do prazo previsto para as medidas de transição** ..... 1
- ★ **Regulamento (CE) n.º 1129/2003 do Conselho, de 21 de Janeiro de 2003, relativo à exportação de determinados produtos siderúrgicos da República Eslovaca para a Comunidade durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor do presente regulamento e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia (prorrogação do sistema de duplo controlo)** ..... 3
- Regulamento (CE) n.º 1130/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas ..... 6
- Regulamento (CE) n.º 1131/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis à exportação dos cereais, das farinhas, dos grumos e das sêmolas de trigo ou de centeio ..... 8
- Regulamento (CE) n.º 1132/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a correcção aplicável à restituição em relação aos cereais ..... 10
- Regulamento (CE) n.º 1133/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis à exportação no que respeita ao malte ..... 12
- Regulamento (CE) n.º 1134/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte ..... 14
- Regulamento (CE) n.º 1135/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa os preços mínimos de venda de manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 122.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97 ..... 16
- Regulamento (CE) n.º 1136/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa o preço máximo de compra da manteiga para o 75.º concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 2771/1999 ..... 18

Preço: 22 EUR

(continua no verso da capa)

**PT**

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

Regulamento (CE) n.º 1137/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa o montante máximo de ajuda à manteiga concentrada para o 294.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CEE) n.º 429/90 .....	19
Regulamento (CE) n.º 1138/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar .....	20
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1139/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos programas de vigilância e às matérias de risco especificadas .....</b>	<b>22</b>
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1140/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que altera, no sector do açúcar, os Regulamentos (CE) n.º 779/96 que estabelece normas de execução no que respeita às comunicações e (CE) n.º 314/2002 que estabelece as normas de execução do regime de quotas .....</b>	<b>33</b>
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1141/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa, para a campanha de comercialização de 2002/2003, a produção efectiva de algodão não descaroçado, bem como a redução do preço de objectivo resultante .....</b>	<b>37</b>
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1142/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 2125/95 no respeitante aos contingentes pautais de conservas de cogumelos do género <i>Agaricus</i> atribuídos à Bulgária .....</b>	<b>39</b>
Regulamento (CE) n.º 1143/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa o montante da ajuda para o algodão não descaroçado, entre 1 de Julho de 2002 e 31 de Março de 2003, no que respeita à campanha de comercialização de 2002/2003 .....	41
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1144/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1279/98, (CE) n.º 1128/1999 e (CE) n.º 1247/1999 no que respeita a determinados contingentes pautais para determinados animais vivos da espécie bovina e produtos do sector da carne de bovino originários da República da Bulgária e da República da Polónia .....</b>	<b>44</b>
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1145/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que altera o Regulamento (CE) n.º 1685/2000 no que diz respeito às regras de elegibilidade para co-financiamento pelos Fundos estruturais .....</b>	<b>48</b>
★ <b>Regulamento (CE) n.º 1146/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, relativo à abertura e modo de gestão de um contingente pautal de importação de carne de bovino congelada destinada a transformação (1 de Julho de 2003 a 30 de Junho de 2004) .....</b>	<b>59</b>
Regulamento (CE) n.º 1147/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos longos B com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1898/2002 .....	66
Regulamento (CE) n.º 1148/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a subvenção máxima à expedição de arroz descascado de grãos longos B com destino à ilha da Reunião, no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1895/2002 ...	67
Regulamento (CE) n.º 1149/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1896/2002 .....	68

Regulamento (CE) n.º 1150/2003 da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1897/2002 .....	69
--	----

## II Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade

### Conselho

2003/478/CE:

- ★ **Decisão n.º 2/2003 do Conselho de Associação UE-República Eslovaca, de 30 de Abril de 2003, que prorroga o sistema de duplo controlo instituído pela Decisão n.º 3/97 do Conselho de Associação durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor da presente decisão e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia .....**

70

2003/479/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 16 de Junho de 2003, relativa ao regime aplicável aos peritos e militares nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho e que revoga de 25 de Junho de 1997 e de 22 de Março de 1999, a Decisão 2001/41/CE e a Decisão 2001/496/PESC .....**

72

2003/480/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 27 de Junho de 2003, que dá execução ao disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades e que revoga a Decisão 2002/974/CE .....**

81

### Comissão

2003/481/CE:

- ★ **Decisão da Comissão, de 27 de Junho de 2003, relativa às consequências financeiras a aplicar, no quadro do apuramento de contas das despesas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», em certos casos de irregularidades cometidas pelos operadores [notificada com o número C(2003) 1968] .....**

83

### Comité das Regiões

- ★ **Decisão n.º 64/2003 do Comité das Regiões, de 11 de Fevereiro de 2003, relativa ao acesso do público aos documentos do Comité das Regiões .....**

96

## Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia

- ★ **Posição Comum 2003/482/PESC do Conselho, de 27 de Junho de 2003, que actualiza a Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo e revoga a Posição Comum 2003/402/PESC .....**

100

## I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

**REGULAMENTO (CE) N.º 1128/2003 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**  
**de 16 de Junho de 2003**  
**que altera o Regulamento (CE) n.º 999/2001 no que se refere à extensão do prazo previsto para as**  
**medidas de transição**

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 4, alínea b), do seu artigo 152.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão <sup>(1)</sup>,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu <sup>(2)</sup>,

Após consulta ao Comité das Regiões,

Deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado <sup>(3)</sup>,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis <sup>(4)</sup>, constitui uma base jurídica única para toda a legislação no que se refere às encefalopatias espongiformes transmissíveis na Comunidade.

(2) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 estabelece as normas para a determinação do estatuto de um Estado-Membro, país terceiro ou uma das suas regiões em matéria de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB). Este estatuto, adiante designado «estatuto EEB», determina algumas medidas relativas ao controlo da EEB e ao comércio e à importação de determinados animais vivos e produtos de origem animal. O citado regulamento prevê que, antes da determinação do estatuto EEB, serão aprovadas medidas transitórias por um período máximo de dois anos.

(3) O Regulamento (CE) n.º 1326/2001 da Comissão <sup>(5)</sup>, prevê medidas transitórias que serão aplicadas durante um período máximo de dois anos a partir de 1 de Julho de 2001.

(4) Foram identificados alguns problemas na utilização dos critérios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 999/2001 de 29 de Junho de 2001 para determinar o estatuto em matéria de encefalopatia espongiforme bovina EEB. A Comissão debateu com os Estados-Membros possíveis alterações a estes critérios no sentido de se alcançar uma melhor sintonia entre o estatuto EEB e o risco. O resultado destes debates pode ser significativamente influenciado por evoluções no capítulo (EEB) do Código Zoossanitário Internacional do Gabinete Internacional de Epizootias (OIE).

(5) É necessário prolongar o prazo de aplicação das medidas transitórias, por forma a permitir a conclusão daqueles debates.

(6) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 deverá, por conseguinte, ser alterado nesse sentido,

ADOPTARAM O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

No artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 999/2001, o 2.º parágrafo passa a ter a seguinte redacção:

«Nos termos da mesma disposição, serão adoptadas medidas transitórias para um período que termina em 1 de Julho de 2005, o mais tardar, a fim de permitir a passagem do actual regime para o regime estabelecido no presente regulamento.».

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

<sup>(1)</sup> Parecer emitido em 5 de Março de 2003 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

<sup>(2)</sup> Parecer emitido em 14 de Maio de 2003 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

<sup>(3)</sup> Parecer do Parlamento Europeu de 3 de Junho de 2003 (ainda não publicado no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 11 de Junho de 2003.

<sup>(4)</sup> JO L 147 de 31.5.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 650/2003 da Comissão (JO L 95 de 11.4.2003, p. 15).

<sup>(5)</sup> JO L 177 de 30.6.2001, p. 60. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 270/2002 da Comissão (JO L 45 de 15.2.2002, p. 4).

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito no Luxemburgo, em 16 de Junho de 2003.

*Pelo Parlamento Europeu*

*O Presidente*

P. COX

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

G. PAPANDREOU

---

**REGULAMENTO (CE) N.º 1129/2003 DO CONSELHO**  
**de 21 de Janeiro de 2003**

**relativo à exportação de determinados produtos siderúrgicos da República Eslovaca para a Comunidade durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor do presente regulamento e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia (prorrogação do sistema de duplo controlo)**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) O Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro <sup>(1)</sup>, entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 1995.
- (2) Através da Decisão n.º 2/2003 do Conselho de Associação <sup>(2)</sup>, as partes decidiram prorrogar o sistema de duplo controlo criado pela Decisão n.º 3/97 do Conselho de Associação <sup>(3)</sup>, durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor do presente regulamento e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia.
- (3) Por conseguinte, é necessário prorrogar a legislação comunitária de execução introduzida pelo Regulamento (CE) n.º 85/98 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1997, relativo a exportação de determinados produtos siderúrgicos da Eslováquia para a Comunidade no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998 (sistema de duplo controlo) <sup>(4)</sup>,

*Artigo 1.º*

O Regulamento (CE) n.º 85/98 continua a ser aplicável durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor do presente regulamento e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia, em conformidade com o disposto na Decisão n.º 2/2003 do Conselho de Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro.

*Artigo 2.º*

O Regulamento (CE) n.º 85/98 é alterado do seguinte modo:

1. No título, no preâmbulo e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 1.º, as referências ao «período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002» são substituídas por referências ao «período compreendido entre 8 de Julho de 2003 e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia».
2. O anexo IV é substituído pelo texto que consta do anexo do presente regulamento.

*Artigo 3.º*

Os produtos expedidos para a Comunidade desde 1 de Janeiro de 2003 até à data de entrada em vigor do presente regulamento são excluídos do seu âmbito de aplicação.

*Artigo 4.º*

O presente regulamento entra em vigor 10 dias após o da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 21 de Janeiro de 2003.

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

N. CHRISTODOULAKIS

<sup>(1)</sup> JO L 359 de 31.12.1994, p. 2.

<sup>(2)</sup> Ver página 70 do presente Jornal Oficial.

<sup>(3)</sup> JO L 13 de 19.1.1998, p. 71.

<sup>(4)</sup> JO L 13 de 19.1.1998, p. 15.

## ANEXO

«ANEXO IV — BILAG IV — ANHANG IV — ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ IV — ANNEX IV — ANNEXE IV — ALLEGATO IV —  
BIJLAGE IV — ANEXO IV — LIITE IV — BILAGA IV

## LISTA DE LAS AUTORIDADES NACIONALES COMPETENTES

## LISTE OVER KOMPETENTE NATIONALE MYNDIGHEDER

## LISTE DER ZUSTÄNDIGEN BEHÖRDEN DER MITGLIEDSTAATEN

## ΔΙΕΥΘΥΝΣΕΙΣ ΤΩΝ ΑΡΧΩΝ ΕΚΔΟΣΗΣ ΑΔΕΙΩΝ ΤΩΝ ΚΡΑΤΩΝ ΜΕΛΩΝ

## LIST OF THE COMPETENT NATIONAL AUTHORITIES

## LISTE DES AUTORITÉS NATIONALES COMPÉTENTES

## ELENCO DELLE COMPETENTI AUTORITÀ NAZIONALI

## LIJST VAN BEVOEGDE NATIONALE INSTANTIES

## LISTA DAS AUTORIDADES NACIONAIS COMPETENTES

## LUETTELO TOIMIVALTAISISTA KANSALLISISTA VIRANOMAISISTA

## LISTA ÖVER BEHÖRIGA NATIONELLA MYNDIGHETER

## BELGIQUE/BELGIË

Ministère des affaires économiques  
Administration des relations économiques  
Services Licences  
Rue Général Leman 60  
B-1040 Bruxelles  
Télécopieur (32-2) 230 83 22

Ministerie van Economische Zaken  
Bestuur van de Economische Betrekkingen  
Dienst Vergunningen  
Generaal Lemanstraat 60  
B-1040 Brussel  
Fax (32-2) 230 83 22

## DANMARK

Erhvervsfremmestyrelsen  
Økonomi- og Erhvervsministeriet  
Vejløvej 29  
DK-8600 Silkeborg  
Fax (45) 35 46 64 01

## DEUTSCHLAND

Bundesamt für Wirtschaft und Ausfuhrkontrolle, (BAFA)  
Frankfurter Straße 29-35  
D-65760 Eschborn 1  
Fax (49) 619 69 42 26

## ΕΛΛΑΣ

Υπουργείο Εθνικής Οικονομίας  
Γενική Γραμματεία Διεθνών Σχέσεων  
Διεύθυνση Διεθνών Οικονομικών Ροών  
Κορνάρου 1  
GR-105 63 Αθήνα  
Φαξ: (30-210) 328 60 94

## ESPAÑA

Ministerio de Economía  
Secretaría General de Comercio Exterior  
Paseo de la Castellana 162  
E-28046 Madrid  
Fax: (34-1) 563 18 23/349 38 31

## FRANCE

Service des industries manufacturières  
DIGITIP  
12, rue Villiot — Bâtiment Le Bervil  
F-75572 Paris Cedex 12  
Télécopieur (33-1) 53 44 91 81

## IRELAND

Department of Enterprise, Trade and Employment  
Import/Export Licensing, Block C  
Earlsfort Centre  
Hatch Street  
Dublin 2  
Fax: (353-1) 631 28 26

## ITALIA

Ministero delle Attività Produttive  
Direzione generale per la politica commerciale e per la gestione del  
regime degli scambi  
Viale America 341  
I-00144 Roma  
Fax: (39-6) 59 93 22 35/59 93 26 36

## LUXEMBOURG

Ministère des affaires étrangères  
Office des licences  
BP 113  
L-2011 Luxembourg  
Télécopieur (352) 46 61 38

## NEDERLAND

Belastingdienst/Douane centrale dienst voor in- en uitvoer  
Postbus 30003, Engelse Kamp 2  
9700 RD Groningen  
Nederland  
Fax (31-50) 526 06 98  
m.i.v. 18.01.2002  
Fax (31-50) 523 23 41

## ÖSTERREICH

Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit  
Außenwirtschaftsadministration  
Landstrasser Hauptstraße 55-57  
A-1030 Wien  
Fax (43-1) 711 00/8386

## PORTUGAL

Ministério das Finanças  
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o  
Consumo  
Rua Terreiro do Trigo, Edifício da Alfândega de Lisboa  
P-1140-060 Lisboa  
Fax: (351) 218 814 261

## SUOMI

Tullihallitus  
PL 512  
FIN-00101 Helsinki  
Telekopio: (358-9) 614 2852

## SVERIGE

Kommerskollegium  
Box 6803  
S-11386 Stockholm  
Fax: (46-8) 30 67 59

## UNITED KINGDOM

Department of Trade and Industry  
Import Licensing Branch  
Queensway House, West Precinct  
Billingham TS23 2NF  
Cleveland  
Fax: (44) 1642-533 557»

---



**REGULAMENTO (CE) N.º 1130/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**  
**que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de**  
**certos frutos e produtos hortícolas**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1947/2002 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

J. M. SILVA RODRÍGUEZ

*Director-Geral da Agricultura*

<sup>(1)</sup> JO L 337 de 24.12.1994, p. 66.

<sup>(2)</sup> JO L 299 de 1.11.2002, p. 17.

## ANEXO

**do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas**

(EUR/100 kg)		
Código NC	Código países terceiros <sup>(1)</sup>	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	58,0
	064	80,7
	999	69,3
0707 00 05	052	85,6
	628	119,5
	999	102,6
0709 90 70	052	76,0
	999	76,0
0805 50 10	382	60,3
	388	54,2
	528	65,1
	999	59,9
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	388	72,9
	400	109,2
	508	85,1
	512	70,4
	524	37,3
	528	58,0
	720	131,3
	804	88,7
	999	81,6
0809 10 00	052	217,3
	999	217,3
0809 20 95	052	322,8
	060	156,6
	068	101,8
	400	330,3
	999	227,9
0809 40 05	052	203,9
	624	184,6
	999	194,3

<sup>(1)</sup> Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

**REGULAMENTO (CE) N.º 1131/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa as restituições aplicáveis à exportação dos cereais, das farinhas, dos grumos e das sêmolas de trigo ou de centeio**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum dos mercados no sector dos cereais <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, a diferença entre as cotações ou os preços referidos no artigo 1.º deste regulamento e os preços desses produtos na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação.
- (2) As restituições devem ser fixadas atendendo aos elementos referidos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 <sup>(4)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 <sup>(5)</sup>.
- (3) No que respeita às farinhas, às sêmolas de trigo ou de centeio, a restituição aplicável a esses produtos deve ser calculada tendo em conta a quantidade de cereais necessária ao fabrico dos produtos considerados. Essas quantidades foram fixadas no Regulamento (CE) n.º 1501/95.

- (4) A situação do mercado mundial ou as exigências específicas de certos mercados podem tornar necessária a diferenciação da restituição para certos produtos, conforme o seu destino.
- (5) A restituição deve ser fixada uma vez por mês. Ela pode ser alterada.
- (6) A aplicação dessas modalidades à situação actual do mercado no sector dos cereais e, nomeadamente, as cotações ou preços desses produtos na Comunidade e mercado mundial, implica a fixação da restituição ao nível dos montantes constantes do anexo.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

As restituições à exportação dos produtos referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, com excepção do malte, são fixadas no nível dos montantes constantes do anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

<sup>(4)</sup> JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

<sup>(5)</sup> JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

## ANEXO

**do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis à exportação dos cereais, das farinhas, dos grumos e das sêmolas de trigo ou de centeio**

Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições	Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições
1001 10 00 9200	—	EUR/t	—	1101 00 15 9130	C14	EUR/t	0
1001 10 00 9400	—	EUR/t	—	1101 00 15 9150	C14	EUR/t	0
1001 90 91 9000	—	EUR/t	—	1101 00 15 9170	C14	EUR/t	0
1001 90 99 9000	C14	EUR/t	0	1101 00 15 9180	C14	EUR/t	0
1002 00 00 9000	C14	EUR/t	0	1101 00 15 9190	—	EUR/t	—
1003 00 10 9000	—	EUR/t	—	1101 00 90 9000	—	EUR/t	—
1003 00 90 9000	C14	EUR/t	0	1102 10 00 9500	C14	EUR/t	38,25
1004 00 00 9200	—	EUR/t	—	1102 10 00 9700	C14	EUR/t	30,25
1004 00 00 9400	C14	EUR/t	0	1102 10 00 9900	—	EUR/t	—
1005 10 90 9000	—	EUR/t	—	1103 11 10 9200	C14	EUR/t	0 <sup>(1)</sup>
1005 90 00 9000	C14	EUR/t	0	1103 11 10 9400	C14	EUR/t	0 <sup>(1)</sup>
1007 00 90 9000	—	EUR/t	—	1103 11 10 9900	—	EUR/t	—
1008 20 00 9000	—	EUR/t	—	1103 11 90 9200	C14	EUR/t	0 <sup>(1)</sup>
1101 00 11 9000	—	EUR/t	—	1103 11 90 9800	—	EUR/t	—
1101 00 15 9100	C14	EUR/t	0				

<sup>(1)</sup> Se este produto contiver sêmolas aglomeradas, não será concedida nenhuma restituição.

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os outros destinos são definidos do seguinte modo:

C14 Todos os destinos com excepção da Bulgária, de Chipre, da Estónia, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, de Malta, da Polónia, da República Checa, da Roménia, da Eslováquia e da Eslovénia.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1132/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**  
**que fixa a correcção aplicável à restituição em relação aos cereais**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum dos mercados no sector dos cereais <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 8 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Por força do n.º 8 do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, a restituição aplicável às exportações de cereais no dia do depósito do pedido de certificado deve ser aplicada, a pedido, a uma exportação a realizar durante o prazo de validade do certificado; que, neste caso, pode ser aplicada uma correcção à restituição.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como às medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 <sup>(4)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 <sup>(5)</sup>, permitiu a fixação de uma correcção para os produtos constantes do n.º 1, alínea c), do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92; esta correcção deve ser calculada atendendo aos elementos constantes do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95.

- (3) A situação do mercado mundial ou as exigências específicas de determinados mercados podem tornar necessária a diferenciação da correcção segundo o destino.
- (4) A correcção deve ser fixada simultaneamente à restituição e segundo o mesmo processo; que pode ser alterada no intervalo de duas fixações.
- (5) Das disposições anteriormente referidas, resulta que a correcção deve ser fixada em conformidade com o anexo do presente regulamento.
- (6) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

A correcção aplicável às restituições fixadas antecipadamente em relação às exportações de cereais, referida no n.º 1, alíneas a), b) e c), do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, com excepção do malte, está fixada no anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

<sup>(4)</sup> JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

<sup>(5)</sup> JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

## ANEXO

## do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a correcção aplicável à restituição em relação aos cereais

(em EUR/t)

Código do produto	Destino	Corrente 7	1.º período 8	2.º período 9	3.º período 10	4.º período 11	5.º período 12	6.º período 1
1001 10 00 9200	—	—	—	—	—	—	—	—
1001 10 00 9400	—	—	—	—	—	—	—	—
1001 90 91 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1001 90 99 9000	A00	0	0	0	0	0	—	—
1002 00 00 9000	A00	0	0	0	0	0	—	—
1003 00 10 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1003 00 90 9000	A00	0	0	0	0	0	—	—
1004 00 00 9200	—	—	—	—	—	—	—	—
1004 00 00 9400	A00	0	0	0	0	0	—	—
1005 10 90 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1005 90 00 9000	A00	0	0	0	0	0	—	—
1007 00 90 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1008 20 00 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1101 00 11 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1101 00 15 9100	A00	0	0	0	0	0	—	—
1101 00 15 9130	A00	0	0	0	0	0	—	—
1101 00 15 9150	A00	0	0	0	0	0	—	—
1101 00 15 9170	A00	0	0	0	0	0	—	—
1101 00 15 9180	A00	0	0	0	0	0	—	—
1101 00 15 9190	—	—	—	—	—	—	—	—
1101 00 90 9000	—	—	—	—	—	—	—	—
1102 10 00 9500	A00	0	0	0	0	0	—	—
1102 10 00 9700	A00	0	0	0	0	0	—	—
1102 10 00 9900	—	—	—	—	—	—	—	—
1103 11 10 9200	A00	0	0	0	0	0	—	—
1103 11 10 9400	A00	0	0	0	0	0	—	—
1103 11 10 9900	—	—	—	—	—	—	—	—
1103 11 90 9200	A00	0	0	0	0	0	—	—
1103 11 90 9800	—	—	—	—	—	—	—	—

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento (CE) n.º 1779/2002 da Comissão (JO L 269 de 5.10.2002, p. 6).

**REGULAMENTO (CE) N.º 1133/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**  
**que fixa as restituições aplicáveis à exportação no que respeita ao malte**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum dos mercados no sector dos cereais <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2, terceiro parágrafo, do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 a diferença entre as cotações ou os preços no mercado mundial dos produtos referidos no artigo 1.º deste regulamento e os preços destes produtos na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação.
- (2) As restituições devem ser fixadas atendendo aos elementos referidos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2001 <sup>(4)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 <sup>(5)</sup>.
- (3) A restituição aplicável ao malte deve ser calculada em função da quantidade de cereais necessária para o fabrico dos produtos considerados; estas quantidades foram fixadas no Regulamento (CE) n.º 1501/95.

- (4) A situação do mercado mundial ou as exigências específicas de determinados mercados podem tornar necessária a diferenciação da restituição, em relação a certos produtos, segundo o seu destino.
- (5) A restituição deve ser fixada uma vez por mês; que pode ser alterada no intervalo.
- (6) A aplicação destas normas à situação actual do mercado no sector dos cereais, nomeadamente às cotações ou preços desses produtos na Comunidade e no mercado mundial, leva a fixar a restituição nos montantes constantes do anexo.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

As restituições à exportação do malte, referidas no n.º 1 da alínea c) do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 são fixadas nos montantes indicados no anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

<sup>(4)</sup> JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

<sup>(5)</sup> JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

## ANEXO

**do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis à exportação em relação ao malte**

Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições
1107 10 19 9000	C14	EUR/t	0,00
1107 10 99 9000	C14	EUR/t	0,00
1107 20 00 9000	C14	EUR/t	0,00

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento da Comissão (CE) n.º 1779/2002 (JO L 269 de 5.10.2002, p. 6).

Os outros destinos são definidos do seguinte modo:

C14 Todos os destinos com excepção da Bulgária, de Chipre, da Estónia, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, de Malta, da Polónia, da República Checa, da Roménia, da Eslováquia e da Eslovénia.



**REGULAMENTO (CE) N.º 1134/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**  
**que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo à organização comum de mercado no sector dos cereais <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 8 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, a restituição aplicável às exportações de cereais no dia do depósito do pedido de certificado, ajustada em função do preço limiar que estará em vigor durante o mês da exportação, deve ser aplicada, a pedido, a uma exportação a realizar durante o período de validade do certificado. Neste caso pode ser aplicada uma correcção à restituição.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 <sup>(4)</sup>,

alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 <sup>(5)</sup>, permitiu a fixação de uma correcção para o malte constante do n.º 1, alínea c), do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92. Esta correcção deve ser calculada atendendo aos elementos constantes do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95.

- (3) Das disposições já referidas, resulta que a correcção deve ser fixada em conformidade com o anexo do presente regulamento.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

A correcção aplicável às restituições fixadas antecipadamente para as exportações de malte, referida no n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, é fixada no anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

<sup>(4)</sup> JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

<sup>(5)</sup> JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

## ANEXO

**do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa a correcção aplicável à restituição no que respeita ao malte**

(EUR/t)

Código do produto	Destino	Corrente 7	1.º período 8	2.º período 9	3.º período 10	4.º período 11	5.º período 12
1107 10 11 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 19 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 91 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 99 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 20 00 9000	A00	0	0	0	0	0	0

(EUR/t)

Código do produto	Destino	6.º período 1	7.º período 2	8.º período 3	9.º período 4	10.º período 5	11.º período 6
1107 10 11 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 19 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 91 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 10 99 9000	A00	0	0	0	0	0	0
1107 20 00 9000	A00	0	0	0	0	0	0

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento (CE) n.º 1779/2002 (JO L 269 de 5.10.2002, p. 6).

**REGULAMENTO (CE) N.º 1135/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa os preços mínimos de venda de manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 122.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo à organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão <sup>(2)</sup> e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2571/97 da Comissão, de 15 de Dezembro de 1997, relativo à venda a preço reduzido de manteiga e à concessão de uma ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada destinadas ao fabrico de produtos de pastelaria, de gelados alimentares e de outros produtos alimentares <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 635/2000 <sup>(4)</sup>, os organismos de intervenção procedem, por concurso, à venda de certas quantidades de manteiga que detêm e à concessão de uma ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada. O artigo 18.º do citado regulamento dispõe que, tendo em conta as propostas recebidas para cada concurso especial, é fixado um preço mínimo de venda da manteiga,

bem como um montante máximo da ajuda para a nata, a manteiga e a manteiga concentrada, que podem ser diferenciados segundo o destino, o teor de matéria gorda de manteiga e a via de utilização, ou é decidido não dar seguimento ao concurso. O ou os montantes das garantias de transformação devem ser fixados em conformidade.

- (2) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Em relação ao 122.º concurso especial no âmbito do concurso permanente previsto pelo Regulamento (CE) n.º 2571/97, os preços mínimos de venda, o montante máximo das ajudas, bem como os montantes das garantias de transformação, são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

<sup>(2)</sup> JO L 79 de 22.3.2002, p. 15.

<sup>(3)</sup> JO L 350 de 20.12.1997, p. 3.

<sup>(4)</sup> JO L 76 de 25.3.2000, p. 9.

## ANEXO

do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa os preços mínimos de venda da manteiga e os montantes máximos de ajuda à nata, à manteiga e à manteiga concentrada no que respeita ao 122.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CE) n.º 2571/97

(EUR/100 kg)

Fórmula			A		B	
Via de utilização			Com marcadores	Sem marcadores	Com marcadores	Sem marcadores
Preço mínimo de venda	Manteiga ≥ 82 %	Em natureza	—	—	—	—
		Concentrada	—	—	—	—
Garantia de transformação		Em natureza	—	—	—	—
		Concentrada	—	—	—	—
Montante máximo da ajuda	Manteiga ≥ 82 %		85	81	85	81
	Manteiga < 82 %		83	79	—	—
	Manteiga concentrada		105	101	105	101
	Nata		—	—	36	34
Garantia de transfor- mação	Manteiga		94	—	94	—
	Manteiga concentrada		116	—	116	—
	Nata		—	—	40	—

**REGULAMENTO (CE) N.º 1136/2003 DA COMISSÃO****de 27 de Junho de 2003****que fixa o preço máximo de compra da manteiga para o 75.º concurso efectuado no âmbito do concurso permanente regido pelo Regulamento (CE) n.º 2771/1999**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 2771/1999 da Comissão, de 16 de Dezembro de 1999, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho no referente a medidas de intervenção no mercado da manteiga e da nata <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 359/2003 <sup>(4)</sup>, dispõe que, tendo em conta as propostas recebidas para cada concurso, será fixado um preço máximo de compra em função do preço de intervenção aplicável ou será decidido não dar seguimento ao concurso.

- (2) Atendendo às propostas recebidas, é conveniente fixar o preço máximo de compra no nível referido *infra*.

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Para o 75.º concurso efectuado a título do Regulamento (CE) n.º 2771/1999 e cujo prazo de apresentação das propostas terminou em 24 de Junho de 2003, o preço máximo de compra é fixado em 295,38 EUR/100 kg.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

<sup>(2)</sup> JO L 79 de 22.3.2002, p. 15.

<sup>(3)</sup> JO L 333 de 24.12.1999, p. 11.

<sup>(4)</sup> JO L 53 de 28.2.2003, p. 17.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1137/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa o montante máximo de ajuda à manteiga concentrada para o 294.º concurso especial efectuado no âmbito do concurso permanente previsto no Regulamento (CEE) n.º 429/90**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1255/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo à organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 509/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o seu artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 429/90 da Comissão, de 20 de Fevereiro de 1990, relativo à concessão por concurso de uma ajuda à manteiga concentrada destinada ao consumo directo na Comunidade <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 124/1999 <sup>(4)</sup>, os organismos de intervenção efectuam um concurso permanente com vista à concessão de uma ajuda à manteiga concentrada; o artigo 6.º do referido regulamento prevê que, atendendo às propostas recebidas para cada concurso especial, seja fixado um montante máximo da ajuda para a manteiga concentrada com teor mínimo de matéria gorda de 96 % ou decidido não dar seguimento ao concurso; o montante da garantia de destino deve ser fixado em conformidade.

- (2) Convém fixar, em função das ofertas recebidas, o montante máximo da ajuda ao nível referido a seguir e determinar em consequência a garantia de destino.

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Leite e dos Produtos Lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Para o 294.º concurso especial no âmbito do concurso permanente previsto pelo Regulamento (CEE) n.º 429/90, o montante máximo da ajuda e o montante da garantia de destino são fixados do seguinte modo:

- |                             |                 |
|-----------------------------|-----------------|
| — montante máximo da ajuda: | 105 EUR/100 kg, |
| — garantia de destino:      | 116 EUR/100 kg. |

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 160 de 26.6.1999, p. 48.

<sup>(2)</sup> JO L 79 de 22.3.2002, p. 15.

<sup>(3)</sup> JO L 45 de 21.2.1990, p. 8.

<sup>(4)</sup> JO L 16 de 21.1.1999, p. 19.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1138/2003 DA COMISSÃO****de 27 de Junho de 2003****que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2, terceiro parágrafo, do seu artigo 13.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão <sup>(4)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 2681/74 do Conselho, de 21 de Outubro de 1974, relativo ao financiamento comunitário das despesas resultantes do fornecimento de produtos agrícolas a título de ajuda alimentar <sup>(5)</sup>, prevê que o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, secção «Garantia», seja responsável pela parte das despesas correspondente às restituições à exportação fixadas nesta matéria em conformidade com as regras comunitárias.
- (2) Para facilitar a elaboração e a gestão do orçamento das acções comunitárias de ajuda alimentar e a fim de dar a conhecer aos Estados-Membros o nível de participação

comunitária no financiamento das acções nacionais de ajuda alimentar, é necessário determinar o nível das restituições concedidas às referidas acções.

- (3) As regras gerais e as modalidades de aplicação previstas pelo artigo 13.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 e pelo artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95 relativas às restituições à exportação são aplicáveis *mutatis mutandis* às operações acima citadas.
- (4) Os critérios específicos a tomar em conta no cálculo da restituição à exportação para o arroz serão definidos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95.
- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Para as acções de ajuda alimentar comunitárias e nacionais, efectuadas no âmbito de convenções internacionais ou outros programas complementares bem como de outras acções comunitárias de fornecimento gratuito, as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz, são fixadas em conformidade com o anexo.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

<sup>(4)</sup> JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

<sup>(5)</sup> JO L 288 de 25.10.1974, p. 1.

## ANEXO

**do regulamento da Comissão, de 27 de Junho de 2003, que fixa as restituições aplicáveis aos produtos dos sectores dos cereais e do arroz entregues no âmbito de acções comunitárias e nacionais de ajuda alimentar**

<i>(Em EUR/t)</i>	
Código do produto	Montante das restituições
1001 10 00 9400	0,00
1001 90 99 9000	0,00
1002 00 00 9000	30,00
1003 00 90 9000	17,00
1005 90 00 9000	25,00
1006 30 92 9100	131,00
1006 30 92 9900	131,00
1006 30 94 9100	131,00
1006 30 94 9900	131,00
1006 30 96 9100	131,00
1006 30 96 9900	131,00
1006 30 98 9100	131,00
1006 30 98 9900	131,00
1006 30 65 9900	131,00
1007 00 90 9000	25,00
1101 00 15 9100	0,00
1101 00 15 9130	0,00
1102 10 00 9500	38,25
1102 20 10 9200	38,04
1102 20 10 9400	32,60
1103 11 10 9200	0,00
1103 13 10 9100	48,91
1104 12 90 9100	0,00

NB: Os códigos dos produtos são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.



**REGULAMENTO (CE) N.º 1139/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que altera o Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos programas de vigilância e às matérias de risco especificadas**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1053/2003 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o seu artigo 23.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 estabelece regras para a vigilância de encefalopatia espongiforme transmissível (EET) em ovinos e caprinos, incluindo a vigilância de uma amostra de animais não abatidos para consumo humano. É necessário clarificar a definição deste grupo de animais, por forma a evitar a orientação inadequada de amostras.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 prevê medidas de erradicação no seguimento da confirmação de EET em ovinos e caprinos. Os testes orientados deverão ser efectuados em animais destruídos ao abrigo destas medidas, no sentido de recolher informação epidemiológica.
- (3) Subsiste uma possibilidade teórica de que possa existir EEB na população ovina e caprina. Não é possível, com recurso aos métodos de rotina, distinguir entre EEB e a infecção por tremor epizootico nestes animais. O nível de infecciosidade no íleo em ambas as doenças é significativo desde as fases iniciais da infecção. Como medida de precaução, o íleo dos ovinos e dos caprinos de todas as idades deverá ser acrescentado à lista de matérias de risco especificadas.
- (4) O Comité Científico Director (CCD) recomendou, no seu parecer de 7 e 8 de Novembro de 2002, sobre a distribuição de infecciosidade de EET nos tecidos dos ruminantes, que as amígdalas dos bovinos de todas as idades deveriam ser consideradas como apresentando um risco em termos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB).
- (5) O CCD declarou que deve ser evitada a contaminação com tecido nervoso central e material das amígdalas aquando da desossa da cabeça e do corte da língua de bovinos destinados ao consumo humano, no sentido de prevenir qualquer risco de EEB.

- (6) Uma vez que a condição das cabeças depende principalmente do seu manuseamento cuidadoso e da obturação segura do orifício resultante do abate por pistola e do buraco occipital (*Foramen Magnum*), devem existir sistemas de controlo nos matadouros e nas unidades de desmancha especificamente autorizadas.
- (7) As regras relativas à expedição de carcaças, meias carcaças e quartos de carcaça que não contenham matérias de risco especificadas, à excepção da coluna vertebral, para outro Estado-Membro sem o consentimento prévio deste último deverão ser alargadas às meias carcaças cortadas em menos de três partes para o comércio grossista, reflectindo o comércio real entre Estados-Membros.
- (8) O Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho <sup>(3)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 808/2003 da Comissão <sup>(4)</sup>, estabelece regras de saúde animal e pública para a recolha, o transporte, o armazenamento, o manuseamento, a transformação e a utilização ou destruição de todos os subprodutos animais não destinados ao consumo humano, incluindo a respectiva colocação no mercado e, em determinados casos, a sua exportação e trânsito. Deverão, por conseguinte, ser eliminadas as regras especiais relativas à remoção e destruição de tais produtos prevista no anexo XI do Regulamento (CE) n.º 999/2001.
- (9) O Regulamento (CE) n.º 999/2001 deverá por isso ser alterado em conformidade.
- (10) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Os anexos III e XI do Regulamento (CE) n.º 999/2001 são alterados em conformidade com o anexo do presente regulamento.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Outubro de 2003.

<sup>(1)</sup> JO L 147 de 31.5.2001, p. 1.

<sup>(2)</sup> JO L 152 de 20.6.2003, p. 8.

<sup>(3)</sup> JO L 273 de 10.10.2002, p. 1.

<sup>(4)</sup> JO L 117 de 13.5.2003, p. 1.

A nova disposição da parte A, ponto 1, alínea a), subalínea ii), do anexo XI do Regulamento (CE) n.º 999/2001, tal como estabelecida no ponto 2 do anexo do presente regulamento, é aplicável aos animais abatidos a partir de 1 de Outubro de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
David BYRNE  
*Membro da Comissão*

---

## ANEXO

Os anexos III e XI do Regulamento (CE) n.º 999/2001 são alterados da seguinte forma:

1. O anexo III passa a ter a seguinte redacção:

## «ANEXO III

## SISTEMA DE VIGILÂNCIA

## CAPÍTULO A

## I. VIGILÂNCIA DOS BOVINOS

1. **Generalidades**

A vigilância dos bovinos será levada a cabo em conformidade com os métodos laboratoriais estabelecidos no anexo X, capítulo C, ponto 3.1, alínea b).

2. **Vigilância dos animais abatidos para consumo humano**

2.1. Todos os bovinos com idade superior a 24 meses:

— submetidos ao “abate especial de emergência”, tal como definido na alínea n) do artigo 2.º da Directiva 64/433/CEE do Conselho <sup>(1)</sup>, ou

— abatidos em conformidade com o disposto no ponto 28, alínea c), do capítulo VI do anexo I da Directiva 64/433/CEE, com excepção dos animais sem sinais clínicos de doença, abatidos no contexto de uma campanha de erradicação da doença,

serão testados para detectar a presença de EEB.

2.2. Todos os bovinos com idade superior a 30 meses:

— submetidos a abate normal para consumo humano, ou

— abatidos no contexto de uma campanha de erradicação da doença, em conformidade com o disposto no ponto 28, alínea c), do capítulo VI do anexo I da Directiva 64/433/CEE, mas sem apresentarem sinais clínicos de doença,

serão testados para detectar a presença de EEB.

2.3. Em derrogação ao ponto 2.2, e no que respeita aos bovinos nascidos, criados e abatidos no seu território, a Suécia pode decidir examinar apenas uma amostra aleatória. A amostra deve incluir pelo menos 10 000 animais por ano.

3. **Vigilância dos animais não abatidos para consumo humano**

3.1. Todos os bovinos com idade superior a 24 meses de idade que tenham morrido ou sido mortos mas que:

— não tenham sido mortos para destruição nos termos de Regulamento (CE) n.º 716/96 da Comissão <sup>(2)</sup>,

— não tenham sido mortos no quadro de uma epidemia, como a da febre aftosa,

— não tenham sido abatidos para consumo humano,

serão testados para detectar a presença de EEB.

3.2. Os Estados-Membros podem decidir derrogar ao disposto no ponto 3.1 em áreas remotas com uma baixa densidade animal, onde não se organiza nenhuma recolha de animais mortos. Os Estados-Membros que recorrem a esta derrogação informarão a Comissão deste facto e apresentarão uma lista das áreas derrogadas. A derrogação não deverá abranger mais de 10 % da população bovina do Estado-Membro.

4. **Vigilância dos animais comprados para destruição nos termos de Regulamento (CE) n.º 716/96**

4.1. Todos os animais sujeitos a abate na sequência de acidente ou que apresentem sintomas da doença nas inspecções *ante mortem* serão testados para detectar a presença de EEB.

4.2. Todos os animais com mais de 42 meses, nascidos após 1 de Agosto de 1996, serão testados para detectar a presença de EEB.

4.3. Serão efectuados anualmente testes de detecção de EEB a uma amostra aleatória de pelo menos 10 000 animais não abrangidos pelos pontos 4.1 ou 4.2.

<sup>(1)</sup> JO 121 de 29.7.1964, p. 2012/64.

<sup>(2)</sup> JO L 99 de 20.4.1996, p. 14.

## 5. Vigilância de outros animais

Para além dos testes referidos nos pontos 2 a 4, os Estados-Membros podem, a título facultativo, decidir testar outros bovinos no seu território, designadamente os animais provenientes de países com casos autóctones de EEB, os animais que tenham consumido alimentos potencialmente contaminados ou os animais nascidos ou descendentes de fêmeas infectadas com EEB.

## 6. Medidas a tomar na sequência dos testes

- 6.1. Quando um animal abatido para consumo humano tiver sido seleccionado para um teste destinado a detectar a presença de EEB, a marcação de salubridade prevista no capítulo XI do anexo I da Directiva 64/433/CEE não deve ser efectuada na carcaça desse animal até se obter um teste rápido com resultado negativo.
- 6.2. Os Estados-Membros podem derrogar ao disposto no ponto 6.1 se existir um sistema oficial no matadouro que garanta que nenhuma parte dos animais examinados que apresentem a marca de salubridade sai do matadouro sem que tenha sido obtido um teste rápido com resultado negativo.
- 6.3. Todas as partes do corpo de um animal testado para detectar a presença de EEB, incluindo a pele, devem ser mantidas sob controlo oficial até se obter um teste rápido com resultado negativo, excepto se forem destruídas em conformidade com o anexo V, ponto 3 ou 4.
- 6.4. Todas as partes do corpo de um animal com resultados positivos ao teste rápido, incluindo a pele, serão destruídas em conformidade com o anexo V, ponto 3 ou 4, com excepção das matérias a conservar juntamente com os registos, nos termos do capítulo B, parte III.
- 6.5. Se um animal abatido para consumo humano tiver resultados positivos ao teste rápido, deverão ser destruídas, de acordo com o ponto 6.4, além da carcaça desse animal, pelo menos a carcaça imediatamente anterior e as duas carcaças imediatamente posteriores à carcaça positiva na mesma linha de abate.
- 6.6. Os Estados-Membros podem derrogar ao disposto no ponto 6.5 se existir um sistema no matadouro que previna a contaminação entre as carcaças.

## II. VIGILÂNCIA DE OVINOS E CAPRINOS

### 1. Generalidades

A vigilância dos ovinos e caprinos será levada a cabo em conformidade com os métodos laboratoriais estabelecidos no anexo X, capítulo C, ponto 3.2, alínea b).

### 2. Vigilância dos animais abatidos para consumo humano

Os animais com mais de 18 meses ou que apresentem mais de dois incisivos permanentes que tenham perfurado a gengiva e que sejam abatidos para consumo humano serão testados de acordo com a dimensão das amostras indicada no quadro. A amostragem deve ser representativa de cada região e de cada estação do ano. A selecção das amostras será feita por forma a evitar a representação excessiva de um determinado grupo em termos de origem, espécie, idade, raça, tipo de produção ou qualquer outra característica. A idade dos animais será calculada com base na dentição, nos sinais evidentes de maturidade ou noutras informações fiáveis. Sempre que possível evitar-se-á a amostragem múltipla no mesmo efectivo.

Estado-Membro	Dimensão mínima anual da amostra Animais abatidos <sup>(1)</sup>
Bélgica	3 750
Dinamarca	3 000
Alemanha	60 000
Grécia	60 000
Espanha	60 000
França	60 000
Irlanda	60 000
Itália	60 000
Luxemburgo	250
Países Baixos	39 000

Estado-Membro	Dimensão mínima anual da amostra Animais abatidos <sup>(1)</sup>
Áustria	8 200
Portugal	22 500
Finlândia	1 900
Suécia	5 250
Reino Unido	60 000

(<sup>1</sup>) A dimensão da amostra foi calculada para detectar uma prevalência de 0,005 % com uma margem de confiança de 95 % em animais abatidos nos Estados-Membros que abatem um elevado número de ovinos adultos. Nos Estados-Membros que abatem um número inferior de ovinos adultos, a dimensão da amostra é calculada como 25 % do número calculado ou registado de fêmeas de reforma abatidas em 2000.

Um Estado-Membro pode testar um número de animais inferior ao indicado no quadro, caso as estatísticas oficiais mais recentes relativas aos abates indicarem que este número é equivalente a 25 % das fêmeas de reforma abatidas anualmente no Estado-Membro.

### 3. Vigilância dos animais não abatidos para consumo humano

Os animais com mais de 18 meses ou que apresentem mais de dois incisivos permanentes que tenham perfurado a gengiva que tenham morrido ou sido abatidos mas que:

- abatidos no contexto de uma campanha de erradicação da doença,
- não tenham sido abatidos para consumo humano,

serão testados de acordo com a dimensão das amostras indicada no quadro. A amostragem deve ser representativa de cada região e de cada estação do ano. A selecção das amostras será feita por forma a evitar a representação excessiva de um determinado grupo em termos de origem, espécie, idade, raça, tipo de produção ou qualquer outra característica. A idade dos animais será calculada com base na dentição, nos sinais evidentes de maturidade ou noutras informações fiáveis. Sempre que possível evitar-se-á a amostragem múltipla no mesmo efectivo.

Os Estados-Membros podem decidir excluir da amostragem as áreas remotas com uma baixa densidade animal, onde não se organiza nenhuma recolha de animais mortos. Os Estados-Membros que recorrem a esta derrogação informarão a Comissão deste facto e apresentarão uma lista das áreas derrogadas. A derrogação não deverá abranger mais de 10 % da população ovina e caprina do Estado-Membro.

Estado-Membro	Dimensão mínima anual da amostra Animais mortos <sup>(1)</sup>
Bélgica	450
Dinamarca	400
Alemanha	6 000
Grécia	6 000
Espanha	6 000
França	6 000
Irlanda	6 000
Itália	6 000
Luxemburgo	30
Países Baixos	5 000
Áustria	1 100
Portugal	6 000
Finlândia	250
Suécia	800
Reino Unido	6 000

(<sup>1</sup>) A dimensão da amostra foi calculada para detectar uma prevalência de 0,05 % com uma margem de confiança de 95 % em animais mortos nos Estados-Membros com uma elevada população ovina. Nos Estados-Membros com uma população ovina inferior, a dimensão da amostra é calculada como 50 % do número calculado de animais mortos (mortalidade estimada de 1 %).

#### 4. Vigilância em efectivos infectados

A partir de 1 de Outubro de 2003, os animais com mais de 12 meses ou que apresentem um incisivo permanente que tenha perfurado a gengiva e que sejam abatidos em conformidade com as disposições do ponto 2, subalíneas i) ou ii) da alínea b), ou do ponto 2, alínea c), do anexo VII, serão testados com base na selecção de uma simples amostra aleatória, em conformidade com a dimensão das amostras indicada no quadro.

Número de animais de reforma com mais de 12 meses no efectivo ou no bando	Dimensão mínima da amostra <sup>(1)</sup>
70 ou menos	Todos os animais elegíveis
80	68
90	73
100	78
120	86
140	92
160	97
180	101
200	105
250	112
300	117
350	121
400	124
450	127
500 ou mais	150

<sup>(1)</sup> A dimensão da amostra é calculada por forma a dar uma certeza de 95% de incluir, pelo menos, um positivo caso a doença esteja presente com uma prevalência mínima de 2% na população testada.

#### 5. Vigilância de outros animais

Para além dos programas de vigilância descritos nos pontos 2, 3 e 4, os Estados-Membros podem, a título facultativo, proceder a uma vigilância de outros animais, designadamente:

- animais utilizados para a produção leiteira,
- animais provenientes de países com casos autóctones de EET,
- animais que tenham consumido alimentos potencialmente contaminados,
- animais nascidos ou descendentes de fêmeas infectadas por uma EET,
- animais provenientes de efectivos infectados por uma EET.

#### 6. Medidas subsequentes aos testes efectuados em ovinos e caprinos

- 6.1. Quando um animal abatido para consumo humano for seleccionado para um teste destinado a detectar a presença de EET, a marcação de salubridade prevista no capítulo XI do anexo I da Directiva 64/433/CEE não deve ser efectuada na carcaça desse animal até se obter um teste rápido com resultado negativo.
- 6.2. Os Estados-Membros podem derrogar ao disposto no ponto 6.1 se existir um sistema oficial no matadouro que garanta que nenhuma parte dos animais examinados que apresentem a marca de salubridade sai do matadouro sem que tenha sido obtido um teste rápido com resultado negativo.
- 6.3. Todas as partes do corpo de um animal submetido a um teste, incluindo a pele, devem ser mantidas sob controlo oficial até se obter um teste rápido com resultado negativo, excepto se forem destruídas em conformidade com o anexo V, ponto 3 ou 4.
- 6.4. Todas as partes do corpo de um animal com resultados positivos ao teste rápido, incluindo a pele, serão destruídas em conformidade com o anexo V, ponto 3 ou 4, com excepção das matérias a conservar juntamente com os registos, nos termos do capítulo B, parte III.

## 7. Determinação de genótipos

- 7.1. Para cada caso positivo de EET nos ovinos será determinado o genótipo da proteína do prião. Os casos de EET encontrados em genótipos resistentes (ovinos com genótipos que codificam a alanina em ambos os alelos no códon 136, a arginina em ambos os alelos no códon 154 e a arginina em ambos os alelos no códon 171) serão imediatamente notificados à Comissão. Sempre que possível, será efectuada uma tipagem das estirpes em tais casos. Se não for possível realizar uma tipagem das estirpes, o efectivo de origem e todos os outros efectivos em que o animal tenha estado serão sujeitos a uma vigilância reforçada, a fim de detectar outros casos de EET para tipagem de estirpes.
- 7.2. Além dos animais cujo genótipo foi determinado ao abrigo das disposições do ponto 7.1, deverá ser determinado o genótipo da proteína do prião de uma subamostra aleatória dos ovinos testados em conformidade com as disposições do ponto 2 da secção II do capítulo A. Esta subamostra deverá representar, pelo menos, um por cento do total de amostras para cada Estado-Membro e não deverá ser inferior a 100 animais por Estado-Membro. Em derrogação ao disposto, os Estados-Membros poderão optar por determinar o genótipo de um número equivalente de animais vivos com idade semelhante.

## III. VIGILÂNCIA DE OUTRAS ESPÉCIES ANIMAIS

Os Estados-Membros podem, a título facultativo, proceder à vigilância das EET em espécies animais que não bovina, ovina e caprina.

## CAPÍTULO B

### I. INFORMAÇÕES A APRESENTAR NOS RELATÓRIOS DOS ESTADOS-MEMBROS

1. Número de casos suspeitos, por espécie animal, sujeitos a restrições de circulação em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º
2. Número de casos suspeitos, por espécie animal, submetidos a análises laboratoriais em conformidade com o n.º 2 do artigo 12.º, e resultados das análises.
3. Número de efectivos em que tenham sido notificados e examinados casos suspeitos em ovinos e caprinos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º
4. Dimensão estimada de cada uma das subpopulações mencionadas no capítulo A, parte I, pontos 3 e 4.
5. Número de bovinos testados em cada subpopulação, em conformidade com o capítulo A, parte I, pontos 2 a 5, método para a selecção das amostras e resultados dos testes.
6. Dimensão estimada das subpopulações mencionadas no capítulo A, parte II, pontos 2 e 3, que tenham sido seleccionadas para amostragem.
7. Número de ovinos e caprinos e de efectivos testados em cada subpopulação, em conformidade com o capítulo A, parte II, pontos 2 a 5, método para a selecção das amostras e resultados dos testes.
8. Número, repartição etária e repartição geográfica dos casos positivos de EEB e de tremor epizoótico. País de origem, se diferente do país de notificação, dos casos positivos de EEB e tremor epizoótico. Número e repartição geográfica dos efectivos com casos positivos de tremor epizoótico. Para cada caso de EEB deve ser indicado o ano e, sempre que possível, o mês do nascimento.
9. Casos positivos de EET confirmados em outros animais que não bovinos, ovinos e caprinos.
10. Genótipo e, sempre que possível, raça de cada animal amostrado em cada subpopulação, conforme referido nos pontos 7.1 e 7.2, da parte II do capítulo A.

### II. INFORMAÇÕES A APRESENTAR NA SÚMULA DA COMISSÃO

A súmula será apresentada sob a forma de quadro e incluirá pelo menos as informações mencionadas na parte I em relação a cada Estado-Membro.

## III. REGISTOS

1. A autoridade competente manterá registos, a conservar durante sete anos, com as seguintes informações:
  - número e tipos de animais sujeitos a restrições de circulação, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º,
  - número e resultados dos exames clínicos e epidemiológicos, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º,
  - número e resultados dos exames laboratoriais, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º,

- número, identidade e origem dos animais amostrados no âmbito dos programas de vigilância referidos no capítulo A e, se possível, idade, raça e história clínica,
  - genótipo da proteína do príão de casos positivos de EET em ovinos.
2. O laboratório que efectua os exames conserva, durante sete anos, todos os registos dos mesmos, em especial as fichas de laboratório e, quando adequado, blocos de parafina e fotografias de Western blots.».
2. A parte A do anexo XI passa a ter a seguinte redacção:

## «ANEXO XI

**MEDIDAS TRANSITÓRIAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 22.º E 23.º****A. Relativo a matérias de risco especificadas, carne mecanicamente separada e técnicas de abate**

1. a) São designados como matérias de risco especificadas os seguintes tecidos:
- i) o crânio, excluindo a mandíbula e incluindo o cérebro e os olhos, a coluna vertebral, excluindo as vértebras do rabo e as apófises transversas das vértebras lombares e torácicas e as asas do sacro, mas incluindo os gânglios das raízes dorsais, e a espinal medula dos bovinos com idade superior a 12 meses, bem como as amígdalas, os intestinos, do duodeno ao recto, e o mesentério dos bovinos de qualquer idade,
  - ii) o crânio, incluindo o cérebro e os olhos, amígdalas e espinal medula de ovinos e caprinos com idade superior a 12 meses, ou que apresentem um incisivo permanente que tenha perfurado a gengiva, e o baço e o fígado de ovinos e caprinos de qualquer idade.
- A idade estabelecida *supra* para a remoção da coluna vertebral dos bovinos, poderá ser ajustada através da alteração do presente regulamento à luz da probabilidade estatística da ocorrência de EEB nos grupos etários relevantes da população bovina da Comunidade, com base nos resultados da vigilância da EEB, tal como definida pelo capítulo A.I do anexo III;
- b) Além das matérias de risco especificadas enumeradas na alínea a), devem ser designados como matérias de risco especificadas no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, bem como em Portugal, com excepção da Região Autónoma dos Açores, os seguintes tecidos: cabeça inteira, excluindo a língua e incluindo o cérebro, olhos, gânglios do trigémeo; o timo, o baço e a espinal medula dos bovinos com idade superior a seis meses.
2. Em derrogação ao disposto na alínea a), subalínea i), do ponto 1, pode ser adoptada uma decisão, em conformidade com o procedimento referido no n.º 2 do artigo 24.º, a fim de permitir a utilização da coluna vertebral e dos gânglios das raízes dorsais dos bovinos:
- a) Nascidos, criados permanentemente e abatidos em Estados-Membros para os quais uma avaliação científica tenha estabelecido que a ocorrência de EEB em bovinos autóctones é muito improvável, ou improvável mas não excluída; ou
  - b) Nascidos após a data de aplicação efectiva da proibição da utilização de proteínas derivadas de mamíferos na alimentação dos ruminantes, nos Estados-Membros com casos notificados de EEB em animais autóctones ou para os quais uma avaliação científica tenha estabelecido que é provável a ocorrência de EEB nos bovinos autóctones.

O Reino Unido, Portugal e a Suécia podem beneficiar desta derrogação com base em provas previamente apresentadas e avaliadas. Os outros Estados-Membros podem requerer esta derrogação mediante a apresentação à Comissão de provas concludentes relativas à alínea a) ou b), conforme o caso.

Os Estados-Membros que beneficiem desta derrogação devem assegurar, para além dos requisitos previstos na parte I do capítulo A do anexo III, que é aplicado um dos testes rápidos aprovados, referidos no ponto 4 do capítulo C do anexo X, a todos os bovinos com idade superior a 30 meses que:

- i) tenham morrido na exploração ou durante o transporte, mas que não tenham sido abatidos para consumo humano, à excepção dos animais mortos em regiões remotas onde a densidade dos animais seja baixa situadas em Estados-Membros onde a ocorrência de EEB seja improvável,
- ii) Tenham sido sujeitos a abate normal para consumo humano.

Esta derrogação não será concedida para autorizar a utilização da coluna vertebral e dos gânglios das raízes dorsais de bovinos com mais de 30 meses de idade provenientes do Reino Unido e de Portugal, com excepção da região autónoma dos Açores.

Os peritos da Comissão podem efectuar controlos no local para comprovar os dados apresentados em conformidade com o disposto no artigo 21.º

3. Os ossos de bovinos, ovinos e caprinos não deverão ser utilizados na produção de carne separada mecanicamente.



4. Nos bovinos, ovinos ou caprinos cuja carne se destina ao consumo humano ou animal, não deverá ser utilizada a laceração do tecido nervoso central através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana, após atordoamento.
5. As matérias de risco especificadas deverão ser removidas em:
  - a) matadouros, ou, se for caso disso, outros locais de abate,
  - b) Instalações de desmancha, no caso da coluna vertebral de bovinos;
  - c) sempre adequado, unidades intermédias referidas no artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho <sup>(1)</sup>, ou utilizadores e centros de recolha autorizados e registados ao abrigo do n.º 2, subalíneas iv), vi) e vii) da alínea c) do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1774/2002.

As disposições mencionadas *supra* não são aplicáveis à categoria 1, matérias para a alimentação de aves necrófagas, em conformidade com o n.º 2, alínea d), do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1774/2002.

6. As línguas de bovinos de todas as idades destinados ao consumo humano ou animal deverão ser removidas no matadouro através de um corte transversal rostral do processo lingual do osso basi-hióide.
7. A carne da cabeça dos bovinos com mais de 12 meses de idade será removida nos matadouros, em conformidade com um sistema de controlo reconhecido pela autoridade competente, por forma a garantir a prevenção de eventual contaminação da carne da cabeça com tecido do sistema nervoso central. O sistema incluirá, no mínimo, as seguintes disposições:
  - a remoção terá lugar num espaço dedicado a essa função, separado fisicamente de outras partes da linha de abate,
  - sempre que as cabeças sejam removidas da cintura transportadora ou dos ganchos antes de ser removida a carne da cabeça, o orifício resultante do abate por pistola e o buraco occipital deverão ser selados com um vedante impermeável e durável. Sempre que sejam colhidas amostras o tronco cerebral para testes laboratoriais à EEB, o buraco occipital deverá ser selado imediatamente após aquela amostragem,
  - a carne da cabeça não será removida das cabeças sempre que os olhos se encontrem danificados ou sejam perdidos imediatamente antes ou após o abate ou que se encontrem danificadas de tal forma que possa resultar na contaminação da cabeça com tecido do sistema nervoso central,
  - a carne da cabeça não será removida das cabeças que não tenham sido adequadamente seladas em conformidade com o segundo travessão,
  - sem prejuízo de regras gerais de higiene, deverão existir instruções de serviço específicas, por forma a evitar a contaminação da carne da cabeça durante a remoção, nomeadamente nos casos em que o vedante referido no segundo travessão se tenha perdido ou em que os olhos tenham sido danificados durante a actividade,
  - deverá existir um plano de amostragem com recurso a um teste laboratorial adequado para detectar tecido do sistema nervoso central, no sentido de verificar que as medidas destinadas a reduzir a contaminação são adequadamente aplicadas.
8. Em derrogação aos requisitos do disposto no n.º 7, os Estados-Membros podem decidir aplicar no matadouro um sistema de controlo alternativo para a remoção de carne da cabeça de bovinos que tenha como resultado uma redução equivalente do nível de contaminação da carne da cabeça com tecido do sistema nervoso central. Deverá existir um plano de amostragem com recurso a um teste laboratorial adequado para detectar tecido do sistema nervoso central, no sentido de verificar que as medidas destinadas a reduzir a contaminação são adequadamente aplicadas. Os Estados-Membros que recorram a esta derrogação deverão informar a Comissão e os restantes Estados-Membros no âmbito do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal acerca do respectivo sistema de controlo e dos resultados da amostragem.
9. As disposições dos pontos 7 e 8 não são aplicáveis à remoção da língua, em conformidade com o ponto 6, nem com a remoção da carne da faceira no matadouro caso esta seja efectuada sem retirar a cabeça do bovino da cinta transportadora ou do gancho.
10. Em derrogação aos pontos 5 e 7, os Estados-Membros poderão decidir permitir:
  - a) A remoção da espinal medula de ovinos e caprinos em instalações de desmancha especificamente autorizadas para este fim;
  - b) Remoção da coluna vertebral de carcaças ou parte de carcaças em talhos especificamente autorizados, controlados e registados para esse fim.
  - c) a remoção da carne da cabeça de bovinos em unidades de desmancha especificamente autorizadas para este fim em conformidade com as seguintes disposições:

As cabeças de bovino destinadas ao transporte para unidades de desmancha especificamente autorizadas para a remoção da carne da cabeça, deverão cumprir as seguintes disposições:

- as cabeças deverão ser colocadas numa grade durante o período de armazenamento e o transporte do matadouro para a unidade de desmancha especificamente autorizada,

<sup>(1)</sup> JO L 273 de 10.10.2002, p. 1.

- o orifício resultante do abate por pistola e o buraco occipital deverão ser adequadamente selados com um vedante impermeável e durável antes de serem deslocadas das cintas de transporte ou dos ganchos para as grades. Sempre que sejam colhidas amostras do tronco cerebral para testes laboratoriais à EEB, o buraco occipital deverá ser selado imediatamente após aquela amostragem,
- as cabeças que não tenham sido adequadamente seladas em conformidade com o segundo travessão, sempre que os olhos se encontrem danificados ou sejam perdidos imediatamente antes ou após o abate ou que se encontrem danificadas de tal forma que possa resultar na contaminação da cabeça com tecido do sistema nervoso central, serão excluídas do transporte para as unidades de corte especificamente autorizadas,
- deverá existir um plano de amostragem com recurso a um teste laboratorial adequado para detectar tecido do sistema nervoso central, no sentido de verificar que a aplicação adequada das medidas destinadas a reduzir a contaminação.

A remoção de carne da cabeça de bovinos em unidades de desmancha especificamente autorizadas para este fim, será efectuada em conformidade com um sistema de controlo reconhecido pela autoridade competente, para garantir a prevenção de uma eventual contaminação da carne da cabeça. O sistema incluirá, pelo menos, os seguintes aspectos:

- todas as cabeças deverão ser controladas visualmente em busca de sinais de contaminação ou de danificação e da obturação adequada antes do início da remoção da carne da cabeça,
  - a carne da cabeça não será removida de cabeças que não tenham sido adequadamente seladas, sempre que os olhos se encontrem danificados, ou que se encontrem danificadas de tal forma que possa resultar na contaminação da cabeça com tecido do sistema nervoso central; a carne da cabeça não será removida das cabeças sempre que exista uma suspeita de contaminação de tais cabeças,
  - sem prejuízo de regras gerais de higiene, deverão existir instruções de serviço específicas, por forma a evitar a contaminação da carne da cabeça durante o transporte e a remoção, nomeadamente sempre que o vedante se tenha perdido ou em que os olhos tenham sido danificados durante a actividade,
  - deverá existir um plano de amostragem com recurso a um teste laboratorial adequado para detectar tecido do sistema nervoso central, no sentido de verificar que as medidas destinadas a reduzir a contaminação são adequadamente aplicadas.
11. Todas as matérias de risco especificadas devem ser marcadas com um corante ou, conforme adequado, marcadas imediatamente após a sua remoção, e destruídas em conformidade com as disposições previstas no Regulamento (CE) n.º 1774/2002 e, nomeadamente, no n.º 2 do seu artigo 4.º
  12. Os Estados-Membros efectuarão inspecções oficiais frequentes destinadas a verificar a aplicação correcta da presente parte e deverá garantir a tomada de medidas para evitar qualquer contaminação, nomeadamente, em matadouros, unidades de desmancha ou noutros locais onde sejam removidas matérias de risco específicas, tais como talhos ou outros estabelecimentos referidos na alínea c) do ponto 5.

Os Estados-Membros devem estabelecer um sistema destinado a garantir e a verificar que:

- a) as matérias de risco especificadas utilizadas para os fins autorizados em conformidade com o n.º 2 do artigo 1.º e do Regulamento (CE) n.º 1774/2002 são apenas utilizadas para os fins autorizados;
  - b) as matérias de risco especificadas são destruídas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1774/2002.
13. Os Estados-Membros poderão permitir o transporte de cabeças ou carcaças com matérias de risco especificadas para outros Estados-Membros se estes aceitarem não só recebê-las como aplicar as condições específicas a este transporte.

No entanto, as carcaças, as meias carcaças ou as meias carcaças cortadas em menos de três partes para o comércio grossista e os quartos que apenas contenham como matérias de risco especificadas a coluna vertebral, incluindo os gânglios das raízes dorsais, podem ser importados para um Estado-Membro ou expedidos para outro Estado-Membro sem o acordo prévio deste último.

14. Deverá ser colocado em prática um sistema de controlo da remoção da coluna vertebral, tal como especificado na alínea a), subalínea i), do ponto 1. O sistema incluirá, no mínimo, as seguintes medidas:
  - a) sempre que não seja exigida a remoção da coluna vertebral, as carcaças ou as partes destinadas ao comércio grossista de bovinos contendo a coluna vertebral, deverão ser identificadas através de uma riscas azul no rótulo referido no Regulamento (CE) n.º 1760/2000;
  - b) Deverá ser acrescentada ao documento comercial referido no ponto ii), subalínea f) da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Directiva 64/433/CEE ou, conforme adequado, ao documento referido no n.º 2 do artigo 1.º da Decisão 93/13/CEE da Comissão <sup>(1)</sup>, uma indicação específica do número de carcaças ou partes de carcaça de bovinos destinadas ao comércio grossista das quais é ou não exigida a remoção da coluna vertebral;
  - c) Os talhos deverão manter durante, pelo menos, um ano os documentos comerciais referidos na alínea b).

<sup>(1)</sup> JO L 9 de 15.1.1993, p. 3.

15. a) Os produtos de origem animal adiante enumerados estarão sujeitos às condições de importação para a Comunidade definidas na alínea b):

- as matérias de risco especificadas referidas na alínea a) do ponto 1,
- carne fresca: a carne definida na Directiva 64/433/CEE,
- carnes picadas e preparados de carnes: as carnes picadas e os preparados de carne definidos na Directiva 94/65/CE <sup>(1)</sup>,
- produtos à base de carne: os produtos à base de carne definidos na Directiva 77/99/CEE <sup>(2)</sup>,
- outros produtos de origem animal: outros produtos de origem animal, na acepção da Directiva 77/99/CEE,
- gorduras fundidas na acepção do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- gelatina, na acepção da Directiva 92/118/CEE e do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- alimentos para animais de companhia, na acepção do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- produtos do sangue, na acepção do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- as proteínas animais transformadas na acepção do regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- ossos e produtos à base de ossos, na acepção do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,
- matérias da categoria 3, na acepção do Regulamento (CE) n.º 1774/2002,

Qualquer referência feita no presente artigo a “produtos de origem animal” designa os produtos de origem animal enumerados no presente ponto e não diz respeito a outros produtos de origem animal que contenham esses produtos de origem animal ou deles sejam derivados.

b) Quando os produtos de origem animal atrás referidos que contenham matérias derivadas de bovinos, ovinos ou caprinos forem importados para a Comunidade a partir de países terceiros ou de regiões de países terceiros, os certificados sanitários serão acompanhados de uma declaração assinada pela autoridade competente do país produtor, com a seguinte redacção:

“O presente produto não contém e não é derivado:

quer (\*)

de matérias de risco especificadas, na acepção da secção A do anexo XI do Regulamento (CE) n.º 999/2001, produzidas após 31 de Março de 2001, ou carne mecanicamente separada obtida de ossos de bovinos, ovinos ou caprinos produzida após 31 de Março de 2001. Depois de 31 de Março de 2001, os bovinos, ovinos e caprinos, a partir dos quais o presente produto é derivado, não foram abatidos após atordoamento através da injeção de gás na cavidade craniana, nem mortos pelo mesmo método, e não foram abatidos por laceração do tecido do sistema nervoso central, após atordoamento, através de um instrumento comprido de forma cilíndrica introduzido na cavidade craniana.

As carcaças, as meias-carcaças e os quartos de carcaças podem conter coluna vertebral aquando da importação;

ou (\*)

matérias bovinas, ovinas e caprinas, excepto as derivadas de animais nascidos, criados permanentemente e abatidos nos seguintes países:

- Argentina
- Austrália
- Botsuana
- Brasil
- Chile
- Costa Rica
- Salvador
- Islândia
- Namíbia
- Nova Zelândia
- Nicarágua
- Panamá
- Paraguai
- Singapura
- Suazilândia
- Uruguai
- Vanuatu.

(\*) Eliminar uma destas opções, conforme adequado.”»

<sup>(1)</sup> Directiva 94/65/CE do Conselho, de 14 de Dezembro de 1994, que institui os requisitos de produção e de colocação no mercado de carnes picadas e de preparados de carnes (JO L 368 de 31.12.1994, p. 10).

<sup>(2)</sup> Directiva 77/99/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1976, relativa aos problemas sanitários em matéria de comércio intracomunitário de produtos à base de carne (JO L 26 de 31.1.1977, p. 85). Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 97/76/CE (JO L 10 de 16.1.1998, p. 25).

**REGULAMENTO (CE) N.º 1140/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que altera, no sector do açúcar, os Regulamentos (CE) n.º 779/96 que estabelece normas de execução no que respeita às comunicações e (CE) n.º 314/2002 que estabelece as normas de execução do regime de quotas**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar <sup>(1)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 680/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º, o n.º 8 do seu artigo 15.º e o segundo parágrafo do seu artigo 41.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 314/2002 da Comissão <sup>(3)</sup> dispõe, no seu artigo 4.º que os Estados-Membros estabelecerão as produções de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina. À luz da experiência adquirida, é conveniente precisar de forma mais rigorosa as obrigações dos Estados-Membros no que se refere a esta disposição e prever a comunicação à Comissão dos dados relativos a essas produções.
- (2) Os dados respeitantes às existências devem ser comunicados de modo específico pelos Estados-Membros e os dados relativos ao comércio externo devem ser comunicados pela base de dados Comext do Eurostat. É, por conseguinte, conveniente prever as comunicações adequadas dos Estados-Membros sobre as existências dos produtos em causa, com base numa definição clara e precisa do conceito de existências que assegure uma aplicação homogénea em cada Estado-Membro. Importa igualmente estabelecer que seja precisado em final de campanha, a fim de serem estabelecidos balanços por Estado-Membro.
- (3) Dado que as estatísticas aduaneiras não distinguem as quantidades exportadas como açúcar C, é conveniente deduzi-las do total das exportações de açúcar no seu estado inalterado e, para esse efeito, prever comunicações mensais, das empresas aos Estados-Membros e destes à Comissão, sobre as quantidades de açúcar C exportadas.
- (4) O n.º 4 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 314/2002 prevê o modo de determinação da quantidade de açúcar, isoglucose e xarope de inulina escoadas para consumo na Comunidade a que se referem os artigos 15.º e 16.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001. A experiência revelou a necessidade de precisar no citado número que a quantidade em questão se obtém por adição das quantidades produzidas e importadas e dedução das quantidades exportadas, após ajustamento da variação das existências.

- (5) Para simplificar as tarefas administrativas, convém aligeirar ou suprimir certas disposições do Regulamento (CE) n.º 779/96 da Comissão <sup>(4)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 995/2002 <sup>(5)</sup>, que as supracitadas adaptações do Regulamento (CE) n.º 314/2002 tornam caducas ou que são inúteis para uma boa gestão do mercado.
- (6) É necessário alterar os Regulamentos (CE) n.º 779/96 e (CE) n.º 314/2002 em conformidade.
- (7) O Comité de Gestão do Açúcar não emitiu qualquer parecer no prazo limite estabelecido pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

O Regulamento (CE) n.º 779/96 é alterado do seguinte modo:

1. No primeiro parágrafo do artigo 1.º, a expressão «todas as semanas, em relação à semana anterior» é substituída pela expressão «a seu pedido».
2. É suprimido o n.º 1 do artigo 3.º;
3. No n.º 1 do artigo 5.º, a expressão «todas as semanas, em relação à semana anterior» é substituída pela expressão «todos os meses, em relação ao mês anterior».
4. O artigo 6.º é alterado do seguinte modo:
  - a) No n.º 1, a expressão «todas as semanas, em relação à semana anterior» é substituída pela expressão «todos os meses, em relação ao mês anterior»;
  - b) É suprimido o n.º 2.
5. São suprimidos os artigos 9.º e 10.º
6. São suprimidos os capítulos V, VI e VII;
7. São suprimidos os anexos I a V.

*Artigo 2.º*

O Regulamento (CE) n.º 314/2002 é alterado do seguinte modo:

1. O artigo 4.º passa a ter a seguinte redacção:

*«Artigo 4.º*

1. Para cada campanha de comercialização, é estabelecido um balanço comunitário de abastecimento de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina, bem como um balanço de abastecimento de açúcar por Estado-Membro. Estes balanços serão consolidados no final da campanha seguinte.

<sup>(1)</sup> JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.

<sup>(2)</sup> JO L 104 de 20.4.2002, p. 26.

<sup>(3)</sup> JO L 50 de 21.2.2002, p. 40.

<sup>(4)</sup> JO L 106 de 30.4.1996, p. 9.

<sup>(5)</sup> JO L 152 de 12.6.2002, p. 11.

2. Os Estados-Membros estabelecerão e comunicarão à Comissão, antes de 1 de Março de cada ano, a produção provisória de açúcar e de xarope de inulina da campanha em curso de cada empresa situada nos seus territórios. A produção de açúcar é discriminada por mês.

Relativamente aos departamentos franceses da Guadalupe e da Martinica, bem como relativamente à produção de açúcar de cana de Espanha, a produção provisória deve ser estabelecida e comunicada antes de 1 de Julho de cada ano.

3. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes de 1 de Junho de cada ano, as superfícies e as produções de beterraba destinada à produção de açúcar, álcool e outros produtos, por um lado, e de chicória destinada à produção de xarope de inulina, por outro, da campanha em curso e, a título previsional, da campanha seguinte.

4. Os Estados-Membros estabelecerão e comunicarão à Comissão, antes de 5 de Setembro de cada ano, as produções definitivas A, B e C de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina, respectivamente, da campanha anterior para cada empresa situada nos respectivos territórios. A produção total de açúcar é discriminada por mês.

5. No caso de ser necessário alterar a produção definitiva de açúcar com base nas informações comunicadas referidas no n.º 4, a diferença resultante dessa alteração é tomada em consideração para o estabelecimento da produção definitiva da campanha durante a qual tal diferença foi constatada.

6. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes de 1 de Março de cada ano, a repartição pelas empresas das atribuições das quotas A e B de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina relativas à campanha em curso.»

2. São aditados os artigos 4.ºA, 4.ºB e 4.ºC seguintes:

#### «Artigo 4.ºA

1. Cada empresa produtora de isoglucose comunicará ao Estado-Membro em cujo território tiver sido efectuada a sua produção, antes do dia 15 de cada mês, as quantidades, expressas em matéria seca, efectivamente produzidas durante o mês anterior.

Os Estados-Membros estabelecerão e comunicarão à Comissão, para cada mês e antes do final do segundo mês seguinte, a produção de isoglucose de cada empresa em causa.

As quantidades produzidas sob o regime de aperfeiçoamento activo devem ser comunicadas separadamente. As quantidades de isoglucose produzidas sob o regime de aperfeiçoamento activo não serão tomadas em consideração para o estabelecimento da produção referida no segundo parágrafo.

2. Em derrogação do n.º 1, primeiro e segundo parágrafos, as autoridades competentes do Estado-Membro podem decidir, em relação a uma empresa produtora de isoglucose e mediante pedido escrito prévio e devidamente fundamentado:

a) Quer acumular a produção dos meses de Maio e Junho da campanha de comercialização anterior para imputação na conta da campanha de comercialização em curso;

b) Quer acumular a totalidade ou parte da produção do mês de Junho de uma campanha com a do mês de Julho da campanha de comercialização seguinte, para imputação na conta desta última.

No caso previsto na alínea b) do primeiro parágrafo, o pedido de acumulação deve indicar, no mínimo, a quantidade da produção do mês de Junho a acumular com a do mês de Julho. Essa quantidade não pode exceder 7 % da soma das quotas A e B da empresa em causa aplicáveis à campanha de comercialização durante a qual é apresentado o pedido de acumulação. A quantidade assim acumulada é considerada como primeira produção das quotas da empresa em causa.

Na sua decisão, o Estado-Membro terá em conta a situação de produção da empresa e a procura do mercado, nomeadamente face às quotas e quotizações à produção. Durante uma mesma campanha, cada empresa apenas pode beneficiar de uma das acumulações referidas no primeiro parágrafo.

3. Após acordo do Estado-Membro, a empresa produtora de isoglucose em causa comunicar-lhe-á, antes do dia 15 de Julho seguinte, no caso referido no n.º 2, alínea a) do primeiro parágrafo, e antes do dia 15 de Agosto seguinte, no caso referido no n.º 2, alínea b) do primeiro parágrafo, as quantidades, expressas em matéria seca, efectivamente produzidas durante o período de dois meses em causa, tendo em conta, se for caso disso, a quantidade a acumular referida na alínea b) do n.º 2.

4. O Estado-Membro estabelecerá e comunicará à Comissão, antes de 15 de Outubro, a produção acumulada de isoglucose da empresa em questão durante os dois meses em causa, que deve ser imputada ao cálculo da produção da campanha de comercialização em questão, em conformidade com o disposto, respectivamente, no n.º 2, alínea a) ou b) do primeiro parágrafo.

5. O disposto no n.º 2, alínea b) do primeiro parágrafo, e no segundo parágrafo não é aplicável à última campanha de comercialização referida no n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001.

#### Artigo 4.ºB

1. Cada empresa a que tenha sido atribuída uma quota de produção de açúcar e cada refinador, na acepção do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, comunicará ao organismo competente do Estado-Membro em cujo território ocorre a produção ou a refinação, antes do dia 20 de cada mês, o total, expresso em açúcar branco, das quantidades de açúcar e de xarope referidas no n.º 1, alíneas a) a d), do artigo 1.º:

- de que é proprietária ou que sejam objecto de um *warrant* e
- armazenadas em livre prática no território da Comunidade no final do mês anterior.

Essas quantidades serão discriminadas por Estado-Membro de armazenagem em:

- açúcar produzido pela empresa no âmbito das quotas A e B,



— açúcar reportado em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001,

— açúcar C, e

— outro açúcar.

2. O organismo referido no n.º 1 pode exigir que as empresas em causa lhe transmitam dados complementares relativos aos locais exactos de armazenagem, às compras e às vendas de açúcar, nomeadamente, para efeitos de controlo administrativo e físico.

Em caso de armazenagem em Estados-Membros diferentes daquele que efectua a comunicação à Comissão, este último informará os Estados-Membros em causa, antes do final do mês seguinte, das quantidades armazenadas e dos locais de armazenagem no seu território.

Cada Estado-Membro comunicará à Comissão, antes do fim do segundo mês seguinte ao mês em causa, a quantidade de açúcar armazenada no fim de cada mês pelas empresas referidas no n.º 1, discriminadas por tipo de açúcar referido no segundo parágrafo do n.º 1.

Todavia, a comunicação das existências em 30 de Junho discriminará todos os tipos de açúcar armazenado por Estado-Membro em que a armazenagem foi efectuada. Quando o tipo de açúcar armazenado fora do Estado-Membro de produção não for determinado, esse açúcar será imputado às quotas A e B.

Os Estados-Membros comunicarão, antes de 31 de Agosto de 2003, as existências de açúcar em 30 de Junho de 2002 e em 30 de Junho de 2003, determinadas e discriminadas por Estado-Membro de armazenagem e por tipo de açúcar, em conformidade com o n.º 1.

3. Cada empresa a que tenha sido atribuída uma quota de produção de isoglucose ou de xarope de inulina comunicará ao organismo competente do Estado-Membro de produção, antes de 1 de Agosto, as quantidades, expressas em equivalente-açúcar branco, de isoglucose ou de xarope de inulina de que é proprietária armazenadas em livre prática no território da Comunidade no final da campanha anterior, discriminadas por:

— isoglucose ou xarope de inulina produzidos pela empresa no âmbito das quotas A e B,

— isoglucose C ou xarope de inulina C, e

— outros.

Cada Estado-Membro comunicará à Comissão, antes de 1 de Setembro, as quantidades de isoglucose e de xarope de inulina armazenadas no final da campanha anterior, discriminadas em conformidade com o disposto no primeiro parágrafo.

#### Artigo 4.ºC

1. As empresas produtoras de açúcar C comunicarão às autoridades competentes do Estado-Membro em que o açúcar foi produzido, antes do final de cada mês, as quantidades de açúcar C exportadas durante o mês anterior. Estas quantidades são discriminadas por Estado-Membro de exportação.

Os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes do final do segundo mês seguinte, a quantidade mensal de açúcar C exportada pelas empresas referidas no primeiro parágrafo, discriminada em conformidade com o disposto no mesmo parágrafo.

Com base nas provas de exportação referidas no artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 2670/81 da Comissão (\*), os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes de 15 de Maio, a quantidade de açúcar C mensalmente exportado durante a campanha anterior pelas empresas referidas no primeiro parágrafo, discriminada em conformidade com o disposto no mesmo parágrafo.

2. As empresas que tiverem produzido açúcar C durante, pelo menos, uma das campanhas 2001/2002 e 2002/2003 comunicarão às autoridades competentes do Estado-Membro de produção, antes de 1 de Agosto de 2003, as quantidades de açúcar C exportado durante a campanha de 2002/2003, discriminadas por Estado-Membro de exportação.

Os Estados-Membros comunicarão à Comissão, antes de 5 de Setembro de 2003, as quantidades de açúcar C exportadas pelas empresas referidas no primeiro parágrafo durante a campanha de 2002/2003, discriminadas em conformidade com o disposto no mesmo parágrafo.

(\*) JO L 262 de 16.9.1981, p. 14.»

3. O n.º 4 do artigo 6.º passa a ter a seguinte redacção:

«4. A quantidade escoada para consumo na Comunidade a verificar em aplicação do n.º 1, alínea b), e do n.º 2, alínea a), do artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 é estabelecida com base na soma das quantidades, expressas em açúcar branco, de açúcar e xarope referidas no n.º 1, alíneas a) a d), do artigo 1.º, de isoglucose e de xarope de insulina:

a) Armazenadas no início da campanha;

b) Produzidas no âmbito das quotas A e B;

c) Importadas no seu estado inalterado;

d) Contidas nos produtos transformados importados;

Do valor referido no primeiro parágrafo, são deduzidas as quantidades, expressas em açúcar branco, de açúcar, de isoglucose e de xarope de inulina:

a) Exportadas no seu estado inalterado;

b) Contidas nos produtos transformados exportados;

c) Armazenadas no final da campanha;

- d) Que tenham sido objecto de títulos de restituições à produção referidos no n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1260/01.

As quantidades referidas nas alíneas c) e d) do primeiro parágrafo e das alíneas a) e b) do segundo parágrafo são extraídas das bases de dados de Eurostat e referem-se, na ausência de dados completos para uma campanha, aos doze últimos meses disponíveis. As quantidades sob o regime de aperfeiçoamento activo não são tomadas em consideração.

A alínea c) do primeiro parágrafo e a alínea a) do segundo parágrafo têm em conta as quantidades destinadas às ilhas Canárias, à Madeira e aos Açores, referidas no n.º 1A do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 2670/81.

As quantidades de açúcar, isoglucose e xarope de inulina contidas nos produtos referidos na alínea d) do primeiro parágrafo e na alínea b) do segundo parágrafo são estabelecidas com base nos teores médios de açúcar constatados para os produtos em causa e nos dados de Eurostat.

As quantidades referidas na alínea a) do segundo parágrafo excluem o açúcar C, a isoglucose C e o xarope de inulina C, bem como a ajuda alimentar.».

#### *Artigo 3.º*

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Julho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

---

**REGULAMENTO (CE) N.º 1141/2003 DA COMISSÃO****de 27 de Junho de 2003****que fixa, para a campanha de comercialização de 2002/2003, a produção efectiva de algodão não descaroçado, bem como a redução do preço de objectivo resultante**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão da Grécia, e, nomeadamente, o Protocolo n.º 4 relativo ao algodão, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1050/2001 do Conselho <sup>(1)</sup>,Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1051/2001 do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativo à ajuda à produção de algodão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2, terceiro travessão, do seu artigo 19.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O n.º 3, primeiro parágrafo, do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 da Comissão, de 2 de Agosto de 2001, que estabelece as regras de execução do regime de ajuda para o algodão <sup>(3)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1486/2002 <sup>(4)</sup>, prevê que a produção efectiva da campanha de comercialização em curso seja estabelecida antes de 15 de Junho da campanha em causa.
- (2) O n.º 2, terceiro travessão, do artigo 19.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001 prevê que a produção efectiva seja estabelecida tendo em conta, nomeadamente, as quantidades para as quais foi solicitada a ajuda.
- (3) O n.º 3, segundo parágrafo, do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 precisa as condições a respeitar para que a quantidade de algodão não descaroçado produzida seja contabilizada como produção efectiva.
- (4) Tendo em conta o critério de qualidade que consiste no rendimento em fibras, as autoridades gregas consideraram elegíveis para ajuda 1 166 268 toneladas de algodão não descaroçado.
- (5) Uma quantidade de 24 778 toneladas de algodão não descaroçado que, em 15 de Maio de 2003, não foi considerada elegível para ajuda pelas autoridades gregas comporta, de acordo com as informações comunicadas pelas referidas autoridades, 6 149 toneladas provenientes de superfícies que não foram declaradas em conformidade com o artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001, 12 172 toneladas que não respeitaram as disposições nacionais de redução das superfícies tomadas a título do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001 e 6 457 toneladas provenientes de superfícies em relação às quais foi concedida aos produtores em causa uma indemnização financeira em virtude de condições climáticas adversas.
- (6) Dado que a indemnização financeira foi concedida em função das perdas realmente sofridas pelos produtores em causa, não se justifica a exclusão da produção efec-

tiva das 6 457 toneladas de algodão não descaroçado. Além disso, esta quantidade responde aos critérios previstos no n.º 3, segundo parágrafo, do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 e deve, consequentemente, ser acrescentada à quantidade de 1 166 268 toneladas.

- (7) Por conseguinte, tendo em conta o critério de qualidade que consiste no rendimento em fibras, a quantidade de 1 172 925 toneladas deve ser considerada como a produção efectiva grega de algodão não descaroçado relativa à campanha de 2002/2003.
- (8) Tendo em conta o critério de qualidade que consiste no rendimento em fibras, as autoridades espanholas consideraram elegíveis para ajuda 321 539 toneladas de algodão não descaroçado.
- (9) Uma quantidade de 3 268 toneladas de algodão não descaroçado que, em 15 de Maio de 2003, não foi considerada elegível para ajuda pelas autoridades espanholas comporta, de acordo com as informações comunicadas pelas referidas autoridades, 3 038 toneladas que não respeitaram as disposições nacionais de redução das superfícies tomadas a título do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, 182 toneladas que não são de qualidade sã, íntegra e comercializável em conformidade com o n.º 1 do artigo 15.º do referido regulamento e 48 toneladas que não cumpriram as regras relativas ao contrato referidas no artigo 11.º do regulamento citado.
- (10) Não se justifica a exclusão da produção efectiva das 48 toneladas de algodão não descaroçado devido ao incumprimento das regras relativas aos contratos. Além disso, esta quantidade responde aos critérios previstos no n.º 3, segundo parágrafo, do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 e deve, consequentemente, ser acrescentada à quantidade de 321 359 toneladas.
- (11) Por conseguinte, tendo em conta o critério de qualidade que consiste no rendimento em fibras, a quantidade de 321 588,5 toneladas deve ser considerada como a produção efectiva espanhola de algodão não descaroçado relativa à campanha de 2002/2003.
- (12) Tendo em conta o critério de qualidade que consiste no rendimento em fibras, as autoridades espanholas consideraram elegíveis para ajuda 843 toneladas de algodão não descaroçado provenientes de superfícies semeadas em Portugal. Esta quantidade responde aos critérios previstos no n.º 3, segundo parágrafo, do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 e deve, consequentemente, ser considerada como a produção efectiva portuguesa de algodão não descaroçado relativa à campanha de 2002/2003.

<sup>(1)</sup> JO L 148 de 1.6.2001, p. 1.<sup>(2)</sup> JO L 148 de 1.6.2001, p. 3.<sup>(3)</sup> JO L 210 de 3.8.2001, p. 10.<sup>(4)</sup> JO L 223 de 20.8.2002, p. 3.



- (13) O n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001 prevê que se a soma das produções efectivas fixadas para a Espanha e a Grécia exceder 1 031 000 toneladas, o preço de objectivo fixado no n.º 1 do artigo 3.º do referido regulamento será diminuído em todos os Estados-Membros em que a produção efectiva exceda a quantidade nacional garantida.
- (14) Para a campanha de 2002/2003, a superação da quantidade nacional garantida foi constatada simultaneamente em Espanha e na Grécia. A redução do preço de objectivo para a Espanha e a Grécia deve ser fixada com base na percentagem de superação da sua quantidade nacional garantida respectiva.
- (15) Em conformidade com o n.º 4, primeiro parágrafo, do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, a redução do preço de objectivo é igual, em cada Estado-Membro em causa, a 50 % da percentagem da superação da sua quantidade nacional garantida.
- (16) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão das Fibras Naturais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

1. Para a campanha de comercialização de 2002/2003, a produção efectiva de algodão não descaroçado é fixada em:

- 1 172 925 toneladas para a Grécia,
- 321 588,5 toneladas para a Espanha,
- 843 toneladas para Portugal.

2. O montante de que é reduzido o preço de objectivo para a campanha 2002/2003 é fixado em:

- 26,575 euros por 100 kg de algodão não descaroçado para a Grécia,
- 15,520 euros por 100 kg de algodão não descaroçado para a Espanha,
- 0 euros por 100 kg de algodão não descaroçado para Portugal.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

**REGULAMENTO (CE) N.º 1142/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que altera o Regulamento (CE) n.º 2125/95 no respeitante aos contingentes pautais de conservas de cogumelos do género *Agaricus* atribuídos à Bulgária**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2201/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 453/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 15.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 2125/95 da Comissão <sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 225/2003 <sup>(4)</sup>, prevê a abertura e as formas de gestão dos contingentes pautais de conservas de cogumelos.
- (2) A Decisão 2003/286/CE do Conselho, de 8 de Abril de 2003, relativa à celebração de um protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Bulgária, por outro, a fim de ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre novas concessões agrícolas mútuas <sup>(5)</sup>, aprovou as disposições aplicáveis à importação para a Comunidade de determinados produtos agrícolas originários da Bulgária.
- (3) As referidas disposições entraram em vigor em 1 de Junho de 2003.
- (4) A atribuição de contingentes de conservas de cogumelos do género *Agaricus* dos códigos CN 0711 51 00, 2003 10 20 e 2003 10 30 originários da Bulgária constante do anexo I do Regulamento (CE) n.º 2125/95 deve ser alterada em conformidade.
- (5) Importa, por conseguinte, alterar o Regulamento (CE) n.º 2125/95.

- (6) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Produtos Transformados à base de Frutos e Produtos Hortícolas,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

O artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2125/95 passa a ter a seguinte redacção:

*«Artigo 1.º*

1. Os contingentes pautais de conservas de cogumelos do género *Agaricus* dos códigos CN 0711 51 00, 2003 10 20 e 2003 10 30 constantes do anexo I são abertos de acordo com as normas de execução estabelecidas no presente regulamento.

2. A taxa do direito aplicável é de 12 % *ad valorem* para os produtos do código CN 0711 51 00 (número de ordem 09.4062) e de 23 % para os produtos dos códigos CN 2003 10 20 e 2003 10 30 (número de ordem 09.4063). Todavia, é aplicável a taxa única de 8,4 % aos produtos supracitados originários da Roménia (número de ordem 09.4726), não sendo aplicável qualquer direito aos produtos originários da Bulgária (número de ordem 09.4725).».

*Artigo 2.º*

O anexo I do Regulamento (CE) n.º 2125/95 é substituído pelo texto que consta do anexo do presente regulamento.

*Artigo 3.º*

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável a partir de 1 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 297 de 21.11.1996, p. 29.

<sup>(2)</sup> JO L 72 de 14.3.2002, p. 9.

<sup>(3)</sup> JO L 212 de 7.9.1995, p. 16.

<sup>(4)</sup> JO L 31 de 6.2.2003, p. 10.

<sup>(5)</sup> JO L 102 de 24.4.2003, p. 60.

## ANEXO

## «ANEXO I

**Repartição referida no artigo 2.º, expressa em toneladas (peso líquido escorrido)**

Países fornecedores	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano
Bulgária	2 625 (*)
Roménia	500
China	22 750
Outros	3 290
Reserva	1 000

(\*) De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2003, o contingente atribuído à Bulgária é de 2 313 toneladas.  
A partir de 1 de Janeiro de 2005, o contingente atribuído à Bulgária é aumentado de 250 toneladas por ano.»

**REGULAMENTO (CE) N.º 1143/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa o montante da ajuda para o algodão não descaroçado, entre 1 de Julho de 2002 e 31 de Março de 2003, no que respeita à campanha de comercialização de 2002/2003**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão da Grécia e, nomeadamente, o Protocolo n.º 4 relativo ao algodão, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1050/2001 do Conselho <sup>(1)</sup>,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1051/2001 do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativo à ajuda à produção de algodão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 2.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001 prevê a fixação do montante da ajuda à produção de algodão não descaroçado com base na diferença existente entre, por um lado, o preço de objectivo, estabelecido em conformidade com o n.º 1 do artigo 3.º, bem como no artigo 7.º do regulamento citado, e, por outro lado, o preço do mercado mundial determinado em conformidade com o artigo 4.º do referido regulamento.
- (2) O n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1591/2001 da Comissão, de 2 de Agosto de 2001, que estabelece as regras de execução do regime de ajuda para o algodão <sup>(3)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1486/2002 <sup>(4)</sup>, prevê a fixação, antes de 30 de Junho, do montante da ajuda para o algodão não descaroçado aplicável a cada período em relação ao qual tenha sido determinado um preço de mercado mundial do referido produto.

- (3) Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, o Regulamento (CE) n.º 1141/2003 da Comissão <sup>(5)</sup> fixou, para a campanha de comercialização de 2002/2003, a produção efectiva de algodão não descaroçado bem como a redução do preço de objectivo resultante.
- (4) Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1051/2001, o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado foi fixado periodicamente durante a campanha de 2002/2003.
- (5) Consequentemente, é conveniente fixar, para a campanha de 2002/2003, os montantes das ajudas válidos para cada período para o qual foi determinado um preço de mercado mundial do algodão não descaroçado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Em relação ao período compreendido entre 1 de Julho de 2002 e 31 de Março de 2003, os montantes da ajuda para o algodão não descaroçado correspondentes aos preços do mercado mundial fixados nos regulamentos que constam do anexo são fixados, no referido anexo, a partir da data de entrada em vigor dos regulamentos em causa.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

J. M. SILVA RODRÍGUEZ  
*Director-Geral da Agricultura*

<sup>(1)</sup> JO L 148 de 1.6.2001, p. 1.

<sup>(2)</sup> JO L 148 de 1.6.2001, p. 3.

<sup>(3)</sup> JO L 210 de 3.8.2001, p. 12.

<sup>(4)</sup> JO L 223 de 20.8.2002, p. 3.

<sup>(5)</sup> Ver página 37 do presente Jornal Oficial.

## ANEXO

## Ajuda para o algodão não descaroçado

(em euros/100 quilogramas)

Regulamento da Comissão que fixa o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado (CE) n.º	Montante da ajuda		
	Grécia	Espanha	Portugal
1175/2002 <sup>(1)</sup>	57,373	68,428	83,948
1183/2002 <sup>(2)</sup>	55,658	66,713	82,233
1189/2002 <sup>(3)</sup>	57,162	68,217	83,737
1201/2002 <sup>(4)</sup>	55,470	66,525	82,045
1245/2002 <sup>(5)</sup>	55,670	66,725	82,245
1289/2002 <sup>(6)</sup>	57,093	68,148	83,668
1317/2002 <sup>(7)</sup>	57,555	68,610	84,130
1391/2002 <sup>(8)</sup>	55,648	66,703	82,223
1405/2002 <sup>(9)</sup>	55,487	66,542	82,062
1438/2002 <sup>(10)</sup>	57,077	68,132	83,652
1443/2002 <sup>(11)</sup>	55,394	66,449	81,969
1464/2002 <sup>(12)</sup>	55,340	66,395	81,915
1492/2002 <sup>(13)</sup>	55,275	66,330	81,850
1559/2002 <sup>(14)</sup>	55,336	66,391	81,911
1591/2002 <sup>(15)</sup>	57,147	68,202	83,722
1610/2002 <sup>(16)</sup>	55,606	66,661	82,181
1641/2002 <sup>(17)</sup>	57,197	68,252	83,772
1661/2002 <sup>(18)</sup>	55,717	66,772	82,292
1678/2002 <sup>(19)</sup>	57,166	68,221	83,741
1692/2002 <sup>(20)</sup>	55,616	66,671	82,191
1743/2002 <sup>(21)</sup>	55,569	66,624	82,144
1785/2002 <sup>(22)</sup>	57,351	68,406	83,926
1810/2002 <sup>(23)</sup>	55,655	66,710	82,230
1822/2002 <sup>(24)</sup>	57,098	68,153	83,673
1848/2002 <sup>(25)</sup>	55,425	66,480	82,000
1872/2002 <sup>(26)</sup>	55,308	66,363	81,883
1960/2002 <sup>(27)</sup>	55,047	66,102	81,622
2003/2002 <sup>(28)</sup>	55,006	66,061	81,581
2063/2002 <sup>(29)</sup>	54,805	65,860	81,380
2126/2002 <sup>(30)</sup>	53,769	64,824	80,344
2194/2002 <sup>(31)</sup>	54,107	65,162	80,682
2199/2002 <sup>(32)</sup>	51,892	62,947	78,467
2247/2002 <sup>(33)</sup>	53,628	64,683	80,203
2281/2002 <sup>(34)</sup>	51,995	63,050	78,570
2314/2002 <sup>(35)</sup>	52,084	63,139	78,659
2339/2002 <sup>(36)</sup>	51,887	63,050	78,462
12/2003 <sup>(37)</sup>	53,730	64,785	80,305
40/2003 <sup>(38)</sup>	51,921	62,976	78,496
53/2003 <sup>(39)</sup>	53,698	64,753	80,273
99/2003 <sup>(40)</sup>	54,052	65,107	80,627
196/2003 <sup>(41)</sup>	54,192	65,247	80,767
252/2003 <sup>(42)</sup>	54,066	65,121	80,641
264/2003 <sup>(43)</sup>	51,923	62,978	78,498

(em euros/100 quilogramas)

Regulamento da Comissão que fixa o preço do mercado mundial do algodão não descaroçado (CE) n.º	Montante da ajuda		
	Grécia	Espanha	Portugal
299/2003 <sup>(44)</sup>	53,586	64,641	80,161
311/2003 <sup>(45)</sup>	51,949	63,004	78,524
333/2003 <sup>(46)</sup>	51,881	62,936	78,456
394/2003 <sup>(47)</sup>	51,753	62,808	78,328
441/2003 <sup>(48)</sup>	51,843	62,898	78,418
503/2003 <sup>(49)</sup>	50,195	61,250	76,770
518/2003 <sup>(50)</sup>	50,150	61,205	76,725

- <sup>(1)</sup> JO L 170 de 29.6.2002, p. 68  
<sup>(2)</sup> JO L 172 de 2.7.2002, p. 23  
<sup>(3)</sup> JO L 173 de 3.7.2002, p. 9  
<sup>(4)</sup> JO L 174 de 4.7.2002, p. 30  
<sup>(5)</sup> JO L 181 de 11.7.2002, p. 12.  
<sup>(6)</sup> JO L 187 de 16.7.2002, p. 29.  
<sup>(7)</sup> JO L 192 de 20.7.2002, p. 26.  
<sup>(8)</sup> JO L 201 de 31.7.2002, p. 36.  
<sup>(9)</sup> JO L 203 de 1.8.2002, p. 51.  
<sup>(10)</sup> JO L 211 de 7.8.2002, p. 6.  
<sup>(11)</sup> JO L 212 de 8.8.2002, p. 7.  
<sup>(12)</sup> JO L 215 de 10.8.2002, p. 9.  
<sup>(13)</sup> JO L 224 de 21.8.2002, p. 53.  
<sup>(14)</sup> JO L 234 de 31.8.2002, p. 15.  
<sup>(15)</sup> JO L 239 de 6.9.2002, p. 17.  
<sup>(16)</sup> JO L 243 de 11.9.2002, p. 12.  
<sup>(17)</sup> JO L 247 de 14.9.2002, p. 18.  
<sup>(18)</sup> JO L 251 de 19.9.2002, p. 8.  
<sup>(19)</sup> JO L 253 de 21.9.2002, p. 8.  
<sup>(20)</sup> JO L 258 de 26.9.2002, p. 26.  
<sup>(21)</sup> JO L 263 de 1.10.2002, p. 28.  
<sup>(22)</sup> JO L 270 de 8.10.2002, p. 9.  
<sup>(23)</sup> JO L 274 de 11.10.2002, p. 32.  
<sup>(24)</sup> JO L 276 de 12.10.2002, p. 25.  
<sup>(25)</sup> JO L 279 de 17.10.2002, p. 32.  
<sup>(26)</sup> JO L 281 de 19.10.2002, p. 9.  
<sup>(27)</sup> JO L 299 de 1.11.2002, p. 37.  
<sup>(28)</sup> JO L 308 de 9.11.2002, p. 21.  
<sup>(29)</sup> JO L 317 de 21.11.2002, p. 26.  
<sup>(30)</sup> JO L 325 de 30.11.2002, p. 14.  
<sup>(31)</sup> JO L 334 de 11.12.2002, p. 20.  
<sup>(32)</sup> JO L 335 de 12.12.2002, p. 7.  
<sup>(33)</sup> JO L 341 de 17.12.2002, p. 60.  
<sup>(34)</sup> JO L 347 de 20.12.2002, p. 33.  
<sup>(35)</sup> JO L 348 de 21.12.2002, p. 110.  
<sup>(36)</sup> JO L 349 de 24.12.2002, p. 33.  
<sup>(37)</sup> JO L 1 de 4.1.2003, p. 64.  
<sup>(38)</sup> JO L 5 de 10.1.2003, p. 13.  
<sup>(39)</sup> JO L 7 de 11.1.2003, p. 73.  
<sup>(40)</sup> JO L 14 de 21.1.2003, p. 53.  
<sup>(41)</sup> JO L 27 de 1.2.2003, p. 25.  
<sup>(42)</sup> JO L 34 de 11.2.2003, p. 15.  
<sup>(43)</sup> JO L 37 de 13.2.2003, p. 18.  
<sup>(44)</sup> JO L 43 de 18.2.2003, p. 34.  
<sup>(45)</sup> JO L 45 de 19.2.2003, p. 14.  
<sup>(46)</sup> JO L 47 de 21.2.2003, p. 39.  
<sup>(47)</sup> JO L 55 de 1.3.2003, p. 51.  
<sup>(48)</sup> JO L 66 de 11.3.2003, p. 24.  
<sup>(49)</sup> JO L 74 de 20.3.2003, p. 25.  
<sup>(50)</sup> JO L 75 de 21.3.2003, p. 32.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1144/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que altera os Regulamentos (CE) n.º 1279/98, (CE) n.º 1128/1999 e (CE) n.º 1247/1999 no que respeita a determinados contingentes pautais para determinados animais vivos da espécie bovina e produtos do sector da carne de bovino originários da República da Bulgária e da República da Polónia**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1254/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino<sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003<sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 32.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Decisão 2003/299/CE do Conselho, de 14 de Abril de 2003, relativa à celebração de um protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro, a fim de ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre novas concessões agrícolas mútuas<sup>(3)</sup>, estabelece novas concessões em relação à importação de determinados animais vivos e produtos do sector bovino no âmbito dos contingentes pautais abertos pelo referido acordo, aplicáveis a partir de 1 de Maio de 2003.
- (2) A Decisão 2003/286/CE do Conselho, de 8 de Abril de 2003, relativa à celebração de um protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Bulgária, por outro, a fim de ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre novas concessões agrícolas mútuas<sup>(4)</sup>, estabelece novas concessões em relação à importação de determinados animais vivos e produtos do sector bovino no âmbito dos contingentes pautais abertos pelo referido acordo, aplicáveis a partir de 1 de Junho de 2003.
- (3) O Regulamento (CE) n.º 1279/98 da Comissão, de 19 de Junho de 1998, que estabelece as normas de execução respeitantes aos contingentes pautais de carne de bovino previstos pelos Regulamentos (CE) n.º 2290/2000, (CE) n.º 2433/2000, (CE) n.º 2434/2000 e (CE) n.º 1408/2002 do Conselho, e pelas Decisões 2003/18/CE e 2003/263/CE do Conselho, para a Bulgária, a República Checa, a Eslováquia, a Hungria, a Roménia e a Polónia<sup>(5)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 673/2003<sup>(6)</sup>, o Regulamento (CE) n.º 1128/1999 da Comissão, de 28 de Maio de 1999, que estabelece as normas de execução relativas a um contingente pautal de vitelos, de peso não superior a 80 quilogramas, originários de determinados países

terceiros<sup>(7)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 673/2003, e o Regulamento (CE) n.º 1247/1999 da Comissão, de 16 de Junho de 1999, que estabelece as normas de execução relativas a um contingente pautal de animais vivos da espécie bovina, de peso compreendido entre 80 e 300 quilogramas, originários de determinados países terceiros<sup>(8)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 673/2003, devem, por conseguinte, ser alterados.

- (4) A Decisão 2003/298/CE do Conselho, de 14 de Abril de 2003, relativa à celebração de um protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Checa, por outro, a fim de ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre as novas concessões agrícolas mútuas<sup>(9)</sup> e a Decisão 2003/285/CE do Conselho, de 18 de Março de 2003, relativa à celebração do protocolo que adapta os aspectos comerciais do Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Hungria, por outro, a fim de ter em conta o resultado das negociações entre as partes sobre as novas concessões agrícolas mútuas<sup>(10)</sup> revogaram, respectivamente, o Regulamento (CE) n.º 2433/2000 do Conselho, de 17 de Outubro de 2000, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a República Checa<sup>(11)</sup> e o Regulamento (CE) n.º 1408/2002 do Conselho, de 29 de Julho de 2002, que estabelece sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Hungria<sup>(12)</sup>. É, por conseguinte, conveniente substituir as referências feitas a esses regulamentos no Regulamento (CE) n.º 1279/98.
- (5) O Regulamento (CE) n.º 1279/98 previu a apresentação trimestral dos pedidos de certificados de importação a fim de assegurar que as quantidades fixadas sejam importadas de forma regular; apesar de se cumprir esse objectivo, é necessário, de acordo com a experiência, permitir a apresentação de pedidos semestrais, prorrogando, em conformidade, o período de eficácia dos certificados de importação. Importa, por conseguinte, alterar esse regulamento com efeitos a partir de 1 de Julho de 2003.

<sup>(1)</sup> JO L 160 de 26.6.1999, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 122 de 16.5.2003, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 107 de 30.4.2003, p. 36.

<sup>(4)</sup> JO L 102 de 24.4.2003, p. 60.

<sup>(5)</sup> JO L 176 de 20.6.1998, p. 12.

<sup>(6)</sup> JO L 97 de 15.4.2003, p. 18.

<sup>(7)</sup> JO L 135 de 29.5.1999, p. 50.

<sup>(8)</sup> JO L 150 de 17.6.1999, p. 18.

<sup>(9)</sup> JO L 107 de 30.4.2003, p. 12.

<sup>(10)</sup> JO L 102 de 24.4.2003, p. 32.

<sup>(11)</sup> JO L 280 de 4.11.2000, p. 1.

<sup>(12)</sup> JO L 205 de 2.8.2002, p. 9.



- (6) A Decisão 2003/299/CE e a Decisão 2003/286/CE prevêem novas concessões, respectivamente, a partir de 1 de Maio de 2003 e 1 de Junho de 2003. Por conseguinte, devem ser previstas disposições para a aplicabilidade retroactiva dessas concessões.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

### Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 1279/98 é alterado do seguinte modo:

#### 1. O título passa a ter a seguinte redacção:

«Regulamento (CE) n.º 1279/98 da Comissão, de 19 de Junho de 1998, que estabelece as normas de execução respeitantes aos contingentes pautais de carne de bovino previstos pelas Decisões 2003/286/CE, 2003/298/CE, 2003/299/CE, 2003/18/CE, 2003/263/CE e 2003/285/CE para a República da Bulgária, a República Checa, a República Eslovaca, a República da Hungria, a República da Polónia e a Roménia.».

#### 2. O primeiro parágrafo do artigo 1.º passa a ter a seguinte redacção:

«A importação para a Comunidade de produtos referidos no anexo I do presente regulamento ao abrigo dos contingentes pautais previstos pelas Decisões 2003/286/CE (\*), 2003/298/CE (\*\*), 2003/299/CE (\*\*\*), 2003/18/CE (\*\*\*\*), 2003/263/CE (\*\*\*\*\*) e 2003/285/CE (\*\*\*\*\*\*) para a Bulgária, a República Checa, a Eslováquia, a Hungria, a Polónia e a Roménia está subordinada à apresentação de um certificado de importação.

(\*) JO L 102 de 24.4.2003, p. 60.

(\*\*) JO L 107 de 30.4.2003, p. 12.

(\*\*\*) JO L 107 de 30.4.2003, p. 36.

(\*\*\*\*) JO L 8 de 14.1.2003, p. 18.

(\*\*\*\*\*) JO L 97 de 15.4.2003, p. 53.

(\*\*\*\*\*\*) JO L 102 de 24.4.2003, p. 32.».

#### 3. O artigo 2.º passa a ter a seguinte redacção:

##### «Artigo 2.º

As quantidades referidas no artigo 1.º para cada período previsto no anexo I são repartidas do seguinte modo:

- 50 % durante o período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Dezembro,
- 50 % durante o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho.

Se as quantidades objecto de pedidos de certificados de importação apresentados para o primeiro período especificado no parágrafo anterior forem inferiores às quantidades disponíveis, as quantidades restantes serão adicionadas às quantidades disponíveis para o período seguinte.»

#### 4. No artigo 3.º, o segundo parágrafo do n.º 1, alínea c), passa a ter a seguinte redacção:

«Por “grupo de produtos” na acepção da alínea c) entendem-se:

- quer os produtos dos códigos NC 0201 e 0202 originários de um dos países visados no anexo I,
- quer os produtos dos códigos NC 0206 10 95, 0206 29 91, 0210 20 10, 0210 20 90 originários da Eslováquia e da Hungria, e NC 0210 99 51, 0210 99 59 e 0210 99 90 originários da Hungria,
- quer os produtos dos códigos NC 0206 10 95, 0206 29 91, 0210 20 e 0210 99 51 originários da Roménia,
- quer os produtos do código NC 1602 50 10 originários da Polónia,
- quer os produtos do código NC 1602 50 originários da Eslováquia e da Roménia.».

#### 5. No artigo 5.º, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. Os certificados de importação emitidos ao abrigo do presente regulamento são válidos por 180 dias a contar da data da sua emissão efectiva na acepção do n.º 2 do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000 da Comissão, de 9 de Junho de 2000, que estabelece normas comuns de execução do regime de certificados de importação, de exportação e de prefixação para os produtos agrícolas (\*). Todavia, todos os certificados caducam no dia 30 de Junho seguinte à data da emissão.

(\*) JO L 152 de 24.6.2000, p. 1.».

#### 6. O anexo I é alterado do seguinte modo:

- no número de ordem 09.4824, coluna «Descrição», travessão do último parágrafo, a nota de pé-de-página 1 passa a ter a seguinte redacção:
 

«Coeficiente de conversão em carne fresca = 2,14, desde que o teor de carne seja > 60 %».
- no número de ordem 09.4624, coluna «Direito aplicável», a percentagem de «20 %» é substituída por «isenção»;
- no número de ordem 09.4651, coluna «Direito aplicável», a percentagem de «20 %» é substituída por «isenção».



— são introduzidos os seguintes contingentes:

País de origem	Número de ordem	Código NC	Descrição	Direito aplicável (% do NMF)	Quantidade anual de 1.7.2002 a 30.6.2003 (toneladas)	Quantidade anual de 1.7.2003 a 30.6.2004 (toneladas)	Aumento anual a partir de 1.7.2004 (toneladas)
«Eslováquia	09.4644	0206 10 95 0206 29 91 0210 20	Carnes de animais da espécie bovina (miudezas)	Isenção	500	1 000	0
	09.4648	1602 50	Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue, da espécie bovina	Isenção	100	200	0»

#### Artigo 2.º

O n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1128/1999 passa a ter a seguinte redacção:

«2. No que respeita à quantidade referida no n.º 1, a taxa de direitos aduaneiros é:

- reduzida de 80 %, para os animais originários da República Checa, da Eslováquia, da Estónia, da Letónia e da Lituânia,
- reduzida de 90 %, para os animais originários da Bulgária, da Hungria e da Roménia,
- suprimida para os animais originários da Polónia.».

#### Artigo 3.º

O n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1247/1999 passa a ter a seguinte redacção:

«2. No que respeita à quantidade referida no n.º 1, a taxa de direitos aduaneiros é:

- reduzida de 80 %, para os animais originários da República Checa, da Eslováquia, da Estónia, da Letónia e da Lituânia,
- reduzida de 90 %, para os animais originários da Bulgária, da Hungria e da Roménia,
- suprimida para os animais originários da Polónia.».

#### Artigo 4.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Os n.ºs 3 e 5 do artigo 1.º são aplicáveis a partir de 1 de Julho de 2003.

O n.º 4 do artigo 1.º é aplicável a partir de 1 de Maio de 2003.

O n.º 6 do artigo 1.º é aplicável:

- a partir de 1 de Abril de 2003, no que respeita ao número de ordem 09.4824,
- a partir de 1 de Maio de 2003, no que respeita aos números de ordem 09.4624, 09.4644 e 09.4648,
- a partir de 1 de Junho de 2003, no que respeita ao número de ordem 09.4651.

Os artigos 2.º e 3.º são aplicáveis a partir de 1 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

---

**REGULAMENTO (CE) N.º 1145/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que altera o Regulamento (CE) n.º 1685/2000 no que diz respeito às regras de elegibilidade para co-financiamento pelos Fundos estruturais**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos estruturais <sup>(1)</sup>, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1447/2001 <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 30.º e o n.º 2 do seu artigo 53.º,

Após consulta do comité instituído nos termos do artigo 147.º do Tratado, do Comité de Gestão das Estruturas Agrícolas e do Desenvolvimento Rural e do Comité de Gestão Permanente das Estruturas da Pesca,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1685/2000 da Comissão, de 28 de Julho de 2000, relativo às regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho no que diz respeito à elegibilidade das despesas no âmbito das operações co-financiadas pelos Fundos estruturais <sup>(3)</sup>, adoptou um conjunto comum de regras de elegibilidade que constam do seu anexo. Esse regulamento entrou em vigor em 5 de Agosto de 2000.
- (2) A experiência na aplicação dessas regras demonstrou, contudo, a necessidade de as alterar em vários aspectos.
- (3) Em especial, é adequado reconhecer a elegibilidade dos encargos de operações financeiras transnacionais no âmbito de intervenções a título de PEACE II e das iniciativas comunitárias, sujeitas a dedução dos juros credores sobre os pagamentos por conta.
- (4) Deve também ser clarificado que os pagamentos nos fundos de capital de risco, de empréstimo e de garantia constituem despesas efectivamente pagas.
- (5) É necessário explicitar que a elegibilidade do IVA para co-financiamento não depende do facto de o beneficiário final ser uma entidade pública ou privada.
- (6) Deve ser clarificado, no que respeita ao desenvolvimento rural, que a regra de que a comprovação das despesas pode ser feita por facturas pagas se aplica ao desenvolvimento rural, mas sem prejuízo das regras específicas, previstas no Regulamento (CE) n.º 445/2002 da

Comissão, de 26 de Fevereiro de 2002, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) <sup>(4)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 963/2003 <sup>(5)</sup> sempre que os preços unitários relativos a certos investimentos na silvicultura tenham de ser determinados.

- (7) Por razões de clareza e de oportunidade, o anexo do Regulamento (CE) n.º 1685/2000 deve ser totalmente substituído.
- (8) As disposições regulamentares relativas aos pagamentos nos fundos de capital de risco, nos fundos de empréstimo e nos fundos de garantia e à elegibilidade do IVA suscitaram dificuldades de interpretação.
- (9) Tendo em consideração o princípio da igualdade de tratamento, e a fim de se tomar em conta os encargos relativos a operações financeiras transnacionais, as disposições do presente regulamento devem ser aplicadas retroactivamente.
- (10) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité para o Desenvolvimento e a Reconversão das Regiões,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

O anexo do Regulamento (CE) n.º 1685/2000 é substituído pelo texto constante do anexo do presente regulamento.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Os seguintes pontos do anexo produzem efeitos desde 5 de Agosto de 2000:

- a) Relativamente à regra n.º 1, os pontos 1.2, 1.3, 2.1, 2.2 e 2.3;
- b) Relativamente à regra n.º 3, o ponto 1;
- c) Relativamente à regra n.º 7, os pontos 1 a 5.

<sup>(1)</sup> JO L 161 de 26.6.1999, p. 1.

<sup>(2)</sup> JO L 198 de 21.7.2001, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 193 de 29.7.2000, p. 39.

<sup>(4)</sup> JO L 74 de 15.3.2002, p. 1.

<sup>(5)</sup> JO L 138 de 5.6.2003, p. 32.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Michel BARNIER

*Membro da Comissão*

---

## ANEXO

## «ANEXO

**REGRAS DE ELEGIBILIDADE****Regra n.º 1. Despesas efectivamente pagas****1. PAGAMENTOS EXECUTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS FINAIS**

- 1.1. Os pagamentos executados pelos beneficiários finais, nos termos do n.º 1, terceiro parágrafo, do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 (seguidamente designado “regulamento geral”), serão pagamentos em dinheiro, salvo as excepções indicadas no ponto 1.5.
- 1.2. No caso dos regimes de auxílios previstos no artigo 87.º do Tratado e dos auxílios concedidos por organismos designados pelos Estados-Membros, entende-se por “pagamentos executados pelos beneficiários finais” os auxílios pagos, pelos organismos que concedem os auxílios, aos destinatários últimos, definidos, para efeitos da presente regra, como os organismos públicos ou privados que realizam as operações individuais. Os pagamentos de auxílios efectuados pelos beneficiários finais têm de ser justificados relativamente às condições e aos objectivos do auxílio.
- 1.3. Os pagamentos nos fundos de capital de risco, de empréstimo e de garantia (incluindo os fundos de participação em capital de risco) são considerados “despesas efectivamente pagas”, nos termos do n.º 1, terceiro parágrafo, do artigo 32.º do regulamento geral, desde que os fundos satisfaçam as exigências das regras n.ºs 8 e 9, respectivamente.
- 1.4. Nos restantes casos, para além dos referidos no ponto 1.2, entende-se por “pagamentos executados pelos beneficiários finais” os pagamentos efectuados por organismos ou empresas públicas ou privadas do tipo definido no complemento de programação em conformidade com o disposto no n.º 3, alínea b), do artigo 18.º do regulamento geral, que tenham uma responsabilidade directa pela encomenda da operação em causa.
- 1.5. Nas condições fixadas nos pontos 1.6, 1.7 e 1.8, as amortizações, as contribuições em espécie e as despesas gerais podem igualmente ser consideradas pagamentos nos termos do ponto 1.1. A participação dos Fundos estruturais no financiamento de uma operação não pode, no entanto, exceder o montante das despesas totais elegíveis no final da operação, excluindo as contribuições em espécie.
- 1.6. As amortizações de imóveis ou de bens de equipamento relativamente às quais existe uma ligação directa com os objectivos da operação são despesas elegíveis, desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
  - a) Não terem sido utilizadas subvenções nacionais ou comunitárias para a compra destes imóveis ou equipamentos;
  - b) A amortização ser calculada em conformidade com as regras de contabilidade pertinentes; e
  - c) A amortização referir-se exclusivamente ao período de co-financiamento da operação em questão.
- 1.7. As contribuições em espécie são despesas elegíveis, desde que estejam preenchidas as seguintes condições:
  - a) Corresponderem a um contributo em terrenos ou em imóveis, em bens de equipamento ou materiais, em actividades profissionais ou de investigação ou em trabalho voluntário não remunerado,
  - b) Não serem realizadas no âmbito das medidas de engenharia financeira referidas nas regras 8, 9 e 10,
  - c) O seu valor poder ser objecto de avaliação e auditoria por entidades independentes,
  - d) No caso de um contributo em terrenos ou em imóveis, o seu valor deve ser certificado por um avaliador qualificado independente ou por um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito,
  - e) No caso de trabalho voluntário não remunerado, o valor do trabalho prestado é determinado em função do tempo consagrado e da taxa horária ou diária normal para o trabalho realizado e
  - f) No caso de despesas relativas às regras 4, 5 e 6, o seu conteúdo deva ser respeitado.
- 1.8. As despesas gerais são despesas elegíveis, desde que se baseiem nos custos reais incorridos com a execução da operação co-financiada pelos Fundos estruturais e sejam imputadas à operação numa base segundo um método de cálculo justo e equitativo e devidamente justificado.
- 1.9. O disposto nos pontos 1.5 a 1.8 é aplicável aos destinatários últimos a que se refere o ponto 1.2 no caso de regimes de auxílio ao abrigo artigo 87.º do Tratado e dos auxílios concedidos por organismos designados pelos Estados-Membros.
- 1.10. Os Estados-Membros podem aplicar regras nacionais mais estritas para efeitos de determinação das despesas elegíveis ao abrigo dos pontos 1.6, 1.7 e 1.8.

## 2. DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DAS DESPESAS

- 2.1. Em regra geral, os pagamentos executados pelos beneficiários finais, declarados como pagamentos intermédios e pagamentos do saldo final, devem ser comprovados pelas respectivas facturas pagas. Se tal não for possível, os pagamentos devem ser comprovados por documentos contabilísticos de valor probatório equivalente.
- 2.2. No que se refere ao desenvolvimento rural, o disposto no ponto 2.1 é aplicável sem prejuízo das regras específicas estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 445/2002 para o caso da determinação dos custos unitários normais relativos a certos investimentos na silvicultura.
- 2.3. Além disso, nos casos em que as operações sejam realizadas no quadro de procedimentos de contratos públicos, os pagamentos executados pelos beneficiários finais, declarados como pagamentos intermédios e pagamentos do saldo final, têm de ser comprovados por facturas pagas emitidas em conformidade com as cláusulas dos contratos assinados. Em todos os outros casos, incluindo a concessão de subvenções públicas, os pagamentos executados pelos beneficiários finais, declarados como pagamentos intermédios e pagamentos do saldo final, têm de ser comprovados por despesas efectivamente pagas (incluindo as despesas referidas no ponto 1.5) pelos destinatários últimos referidos no ponto 1.2.

## 3. SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1. Sem prejuízo da aplicação de regras nacionais mais estritas, não são elegíveis para co-financiamento pelos Fundos estruturais as despesas relacionadas com os seguintes tipos de subcontratação:
  - a) Operações de subcontratação que aumentem o custo de execução da operação, sem que lhe seja acrescentado um valor proporcional a esse custo;
  - b) Subcontratos celebrados com intermediários ou consultores que impliquem um pagamento definido em percentagem do custo total da operação, salvo se o beneficiário final comprovar que o pagamento realizado é justificado, com base no valor efectivo do trabalho realizado ou dos serviços prestados.
- 3.2. Os subcontratantes comprometem-se a fornecer aos organismos de auditoria e de controlo, relativamente a todos os contratos, todas as informações necessárias relativas às actividades subcontratadas.

### **Regra n.º 2. Dedução de receitas em despesas elegíveis**

1. Entende-se por “receitas”, para os fins da presente regra, os recursos recebidos no âmbito de uma operação durante o período do seu co-financiamento ou durante um período mais alargado que venha a ser fixado pelos Estados-Membros e que não poderá ir além do termo da intervenção, a título de vendas, alugueres, serviços prestados, direitos de inscrição/propinas ou outras receitas equivalentes, excluindo:
  - a) As receitas obtidas ao longo de toda a vida económica dos investimentos co-financiados que são objecto das disposições específicas do n.º 4 do artigo 29.º do regulamento geral;
  - b) As receitas obtidas no âmbito das medidas de engenharia financeira a que se referem as regras 8, 9 e 10;
  - c) As contribuições do sector privado para o co-financiamento das operações, que figuram, conjuntamente com as contribuições do sector público, nos quadros financeiros da intervenção em causa.
2. As receitas referidas no ponto 1 devem constituir recursos que reduzem o montante da participação dos Fundos estruturais exigida para a operação em questão. Antes de se proceder ao cálculo da participação dos Fundos estruturais, e o mais tardar aquando do encerramento da intervenção, são subtraídas às despesas elegíveis da operação, na sua totalidade ou proporcionalmente, consoante tenham resultado total ou parcialmente da operação co-financiada.

### **Regra n.º 3. Encargos financeiros, outros encargos e despesas de contencioso**

#### 1. ENCARGOS FINANCEIROS

Os juros devedores (excluindo as despesas relativas a bonificações de juros destinadas a reduzir o custo da contracção de empréstimos para as empresas, no âmbito de um regime de auxílios estatal aprovado), os encargos de operações financeiras, as comissões e perdas cambiais e as outras despesas meramente financeiras não são elegíveis para efeitos de co-financiamento pelos Fundos estruturais. No entanto, os encargos de operações financeiras transnacionais no âmbito de intervenções a título de PEACE II e das iniciativas comunitárias (INTERREG III, LEADER+, EQUAL e URBAN II) são elegíveis para co-financiamento pelos Fundos estruturais, após dedução dos juros recebidos sobre os pagamentos por conta. Além disso, no caso das subvenções globais, são elegíveis os juros devedores que são assumidos pelo intermediário designado antes do pagamento do saldo final da intervenção, após dedução dos juros recebidos sobre os pagamentos por conta.

#### 2. ENCARGOS BANCÁRIOS RELATIVOS A CONTAS

Sempre que o co-financiamento pelos Fundos estruturais exigir a abertura de uma ou mais contas distintas para a realização de uma operação, as despesas bancárias relativas à abertura e manutenção das contas são elegíveis.

3. HONORÁRIOS DE CONSULTAS JURÍDICAS, DESPESAS NOTARIAIS, DESPESAS DE PERITAGEM TÉCNICA OU FINANCEIRA E DESPESAS DE CONTABILIDADE OU DE AUDITORIA

Estas despesas são elegíveis se estiverem directamente ligadas à operação e se forem necessárias para a sua preparação ou execução ou, no que diz respeito às despesas de contabilidade e de auditoria, se estiverem relacionadas com exigências da autoridade de gestão.

4. CUSTOS DE GARANTIAS PRESTADAS POR BANCOS OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Estes custos são elegíveis desde que as garantias sejam exigidas pela legislação nacional ou comunitária ou pela decisão da Comissão que aprova a intervenção.

5. MULTAS, SANÇÕES FINANCEIRAS E DESPESAS COM PROCESSOS JUDICIAIS

Estas despesas não são elegíveis.

#### **Regra n.º4. Compra de equipamento em segunda mão**

Os custos relativos à compra de equipamento em segunda mão são elegíveis para co-financiamento pelos Fundos estruturais, desde que estejam preenchidas as três condições seguintes e sem prejuízo da aplicação de regras nacionais mais estritas:

- a) O vendedor do equipamento deve fornecer uma declaração que ateste a respectiva origem e confirme que o equipamento não foi adquirido, em nenhum momento durante os sete anos precedentes, com a ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias,
- b) O preço do equipamento não pode exceder o seu valor de mercado e deve ser inferior ao custo de equipamento similar novo, e
- c) O equipamento deve ter as características técnicas necessárias para a operação e estar em conformidade com as normas aplicáveis.

#### **Regra n.º 5. Compra de terrenos**

1. REGRA GERAL

- 1.1. O custo da compra de terrenos sem construções só é uma despesa elegível para efeitos de co-financiamento pelos Fundos estruturais desde que estejam satisfeitas as seguintes três condições e sem prejuízo da aplicação de regras nacionais mais estritas:

- a) Deve existir uma relação directa entre a compra do terreno e os objectivos da operação em causa;
- b) A compra de terrenos não pode exceder 10 % da despesa elegível total da operação, com excepção dos casos mencionados no ponto 2, a menos que uma percentagem mais elevada seja fixada na intervenção aprovada pela Comissão;
- c) Deve ser solicitado a um avaliador qualificado independente ou a um organismo devidamente autorizado para o efeito um atestado no qual seja declarado que o preço de compra não excede o valor de mercado.

- 1.2. No caso dos regimes de auxílios no âmbito do artigo 87.º do Tratado, a elegibilidade da compra de terrenos deve ser apreciada em relação ao regime de auxílios em causa, no seu conjunto.

2. OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE

No caso das operações de protecção do ambiente, devem ser cumulativamente preenchidas as seguintes condições para que as despesas sejam elegíveis:

- a compra deve ser objecto de uma decisão positiva da autoridade de gestão,
- o terreno deve ser afectado ao destino previsto durante o período determinado na decisão,
- o destino do terreno não pode ser agrícola, excepto nos casos devidamente justificados e aprovados pela autoridade de gestão,
- a compra deve ser realizada por uma instituição pública ou por um organismo regido pelo direito público, ou por sua conta.

**Regra n.º 6. Compra de imóveis****1. REGRA GERAL**

O custo da compra de imóveis, ou seja, de edifícios já construídos e dos terrenos em que estão implantados, é elegível para efeitos de co-financiamento pelos Fundos estruturais desde que exista uma relação directa entre a compra e os objectivos da operação, nos termos das condições enumeradas no ponto 2, sem prejuízo da aplicação de regras nacionais mais estritas.

**2. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**

- 2.1. Deve ser obtido um atestado de um avaliador qualificado independente ou de um organismo oficial devidamente autorizado para ao efeito, no qual seja declarado que o preço não excede o valor de mercado e que ou certifique que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou especifique quais os pontos que não são conformes que deverão ser previsivelmente rectificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.
- 2.2. O edifício não deve ter beneficiado, nos 10 anos precedentes, de qualquer subvenção nacional ou comunitária que possa dar origem a uma duplicação de auxílios em caso de co-financiamento da compra pelos Fundos estruturais.
- 2.3. O imóvel deve ser afectado ao destino previsto durante o período decidido pela autoridade de gestão.
- 2.4. O edifício só pode ser utilizado em conformidade com os objectivos da operação em causa. Em especial, só pode ser utilizado por serviços da administração pública, se essa utilização estiver em conformidade com as actividades elegíveis do Fundo estrutural em causa.

**Regra n.º 7. IVA e outros impostos, contribuições e taxas**

1. O IVA não constitui uma despesa elegível, salvo se for efectiva e definitivamente suportado pelo beneficiário final ou pelo destinatário último no âmbito de regimes de auxílio ao abrigo do artigo 87.º do Tratado e no caso de auxílios concedidos pelos organismos designados pelos Estados-Membros. O IVA recuperável, por qualquer meio que seja, não pode ser considerado elegível, mesmo que não seja efectivamente recuperado pelo beneficiário final ou pelo destinatário último. O estatuto público ou privado do beneficiário final ou do destinatário último não é tido em conta para determinar se o IVA constitui uma despesa elegível em aplicação da presente regra.
2. O IVA que, por força de regras nacionais específicas, não seja recuperável pelo beneficiário final ou pelo destinatário último só constituirá uma despesa elegível se tais regras forem inteiramente conformes à sexta Directiva do Conselho 77/388/CEE <sup>(1)</sup> relativa ao IVA.
3. Sempre que o beneficiário final ou o destinatário último esteja sujeito a um regime forfetário ao abrigo do título XIV Directiva 77/388/CEE o IVA pago é considerado recuperável para efeitos de aplicação do ponto 1.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 29.º do regulamento geral, o co-financiamento comunitário não pode ser superior ao custo total elegível, com exclusão do IVA.
5. Quaisquer outros impostos, contribuições ou taxas (nomeadamente impostos directos e contribuições para a segurança social sobre as remunerações e salários) relativos às operações co-financiadas pelos Fundos estruturais não constituem despesas elegíveis, salvo se forem efectiva e definitivamente suportados pelo beneficiário final ou pelo destinatário último.

**Regra n.º 8. Fundos de capital de risco e de empréstimo****1. REGRA GERAL**

Os Fundos estruturais podem participar no financiamento de fundos de capital de risco e/ou de fundos de empréstimo, ou de fundos de participação em capital de risco (a seguir designados “fundos”), nas condições enumeradas no ponto 2. Entende-se por “fundos de capital de risco e fundos de empréstimo” os instrumentos de investimento criados especificamente para disponibilizar capital ou outras formas de capital de risco, incluindo empréstimos, às pequenas e médias empresas, tais como foram definidas na Recomendação 96/280/CE da Comissão <sup>(2)</sup>. Entende-se por “fundos de participação em capital de risco” os fundos criados para realizar investimentos em vários fundos de capital de risco e fundos de empréstimo. A participação dos Fundos estruturais nestes fundos pode ser acompanhada de co-investimentos ou de garantias fornecidas por outros instrumentos de financiamento comunitários.

<sup>(1)</sup> JO L 145 de 13.6.1977, p. 1.

<sup>(2)</sup> JO L 107 de 30.4.1996, p. 4.



## 2. CONDIÇÕES

- 2.1. Os co-financiadores ou patrocinadores do fundo têm de apresentar um plano de actividades prudente, especificando designadamente o mercado-alvo, os critérios, os termos e condições de financiamento, o orçamento operacional do fundo, o regime de propriedade e os participantes no co-financiamento, a competência, o profissionalismo e a independência da gestão, os estatutos do fundo, a justificação e a utilização prevista da contribuição dos Fundos estruturais, a política de saída dos investimentos e as regras de liquidação do fundo, incluindo a reafecção dos rendimentos imputáveis à contribuição dos Fundos estruturais. O plano de actividades tem de ser criteriosamente avaliado e a sua aplicação supervisionada pela autoridade de gestão ou sob a sua responsabilidade.
- 2.2. O fundo deve ser estabelecido como entidade juridicamente independente regida por acordos entre os participantes ou como bloco financeiro autónomo no âmbito de uma instituição financeira existente. Neste último caso, o fundo deve ser objecto de uma convenção de execução específica, prevendo nomeadamente uma contabilidade separada que diferencie os novos recursos investidos no fundo (incluindo os provenientes dos Fundos estruturais) dos recursos iniciais da instituição. Todos os participantes no fundo têm de realizar a sua contribuição em dinheiro.
- 2.3. A Comissão não pode tornar-se subscritora nem participante do fundo.
- 2.4. A contribuição dos Fundos estruturais está sujeita aos limites fixados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 29.º do regulamento geral.
- 2.5. Os fundos só podem realizar investimentos em PME, nas respectivas fases de implantação, de arranque (incluindo capital de arranque) ou de expansão e unicamente em actividades que sejam consideradas potencialmente viáveis em termos económicos pelos gestores do fundo. A avaliação da viabilidade deve ter em conta todas as fontes de receita para as empresas em causa. Os fundos não podem investir em empresas em dificuldades, nos termos das Orientações comunitárias dos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade <sup>(1)</sup>.
- 2.6. Devem ser tomadas precauções para minimizar as distorções de concorrência nos mercados de capitais de risco e de crédito. Em especial, os rendimentos dos investimentos de capital e dos empréstimos (após dedução de uma parte proporcional para despesas de gestão) podem ser afectados preferencialmente aos participantes do sector privado, até ao nível de remuneração fixado no acordo entre os participantes, e devem seguidamente ser atribuídos equitativamente numa base *pro rata* a todos os participantes e aos Fundos estruturais. Os rendimentos do fundo imputáveis às contribuições dos Fundos estruturais devem ser reafectados a actividades de desenvolvimento das PME na mesma área elegível.
- 2.7. As despesas de gestão não podem exceder 5 % do valor médio anual do capital realizado durante o período da intervenção, a menos que, na sequência de um concurso público, se venha a comprovar ser necessária uma percentagem mais elevada.
- 2.8. Aquando do encerramento da operação, as despesas elegíveis do fundo (o beneficiário final) correspondem ao capital do fundo que foi investido ou que foi emprestado a PME, após dedução das despesas de gestão.
- 2.9. As contribuições dos Fundos estruturais e outras contribuições públicas para os fundos, bem como os investimentos realizados por estes fundos em diferentes PME, estão sujeitas às regras relativas aos auxílios estatais.

## 3. RECOMENDAÇÕES

- 3.1. A Comissão recomenda que sejam aplicadas aos fundos beneficiários de contribuições dos Fundos estruturais as normas de boas práticas referidas nos pontos 3.2 a 3.6. A Comissão considerará a observância destas recomendações um elemento positivo para avaliar a compatibilidade do fundo com as regras relativas aos auxílios estatais. As recomendações não são vinculativas para efeitos de elegibilidade das despesas.
- 3.2. A contribuição financeira do sector privado deve ser substancial e superior a 30 %.
- 3.3. Os fundos devem ter uma dimensão suficientemente grande e cobrir uma população-alvo suficientemente vasta para que as suas operações sejam potencialmente viáveis em termos económicos, com um calendário dos investimentos compatível com o período de participação dos Fundos estruturais e concentrar-se nos sectores em que o funcionamento do mercado conduz a uma situação insuficiente.
- 3.4. O ritmo dos pagamentos de capital em proveito do fundo deve ser idêntico para os Fundos estruturais e os participantes e proporcional às participações subscritas.
- 3.5. Os fundos devem ser geridos por equipas profissionais e independentes que disponham de experiência suficiente para dar provas da credibilidade e da capacidade necessárias para a gestão de um fundo de capital de risco. As equipas de gestão devem ser seleccionadas mediante concurso, tendo em consideração o nível de remuneração previsto.
- 3.6. Em princípio, os fundos não devem adquirir participações maioritárias nas empresas e devem ter por objectivo realizar todos os investimentos durante o período da sua existência.

<sup>(1)</sup> JO C 288 de 9.10.1999, p. 2.

**Regra n.º 9. Fundos de garantia****1. REGRA GERAL**

Os Fundos estruturais podem participar no financiamento do capital dos fundos de garantia nas condições estabelecidas no ponto 2. Para efeitos da presente regra, entende-se por “fundos de garantia” os instrumentos de financiamento que garantem os fundos de capital de risco e os fundos de empréstimos, nos termos da regra n.º 8 e os outros regimes de financiamento de capitais de risco (incluindo empréstimos) contra perdas que resultem dos seus investimentos em PME, tais como definidas na Recomendação 96/280/CE. Os fundos podem ser fundos comuns que beneficiam de um apoio público subscritos por PME, fundos subscritos por parceiros do sector privado geridos em bases comerciais, ou fundos inteiramente financiados pelo sector público. A participação dos Fundos estruturais deve ser acompanhada de garantias parciais fornecidas por outros instrumentos de financiamento comunitários.

**2. CONDIÇÕES**

- 2.1. Os co-financiadores ou patrocinadores do fundo têm de apresentar um plano de actividades prudente, como no caso dos fundos de capital de risco (regra n.º 8), *mutatis mutandis*, que especifique a carteira de garantias projectada. O plano de actividades tem de ser criteriosamente avaliado e a sua aplicação supervisionada pela autoridade de gestão ou sob a sua responsabilidade.
- 2.2. O fundo deve ser estabelecido como entidade juridicamente independente regida por acordos entre os participantes ou como bloco financeiro autónomo no âmbito de uma instituição financeira existente. Neste último caso, o fundo deve ser objecto de uma convenção de execução específica, prevendo nomeadamente uma contabilidade separada que diferencie os novos recursos investidos no fundo (incluindo os provenientes dos Fundos estruturais) dos recursos iniciais da instituição.
- 2.3. A Comissão não pode tornar-se subscritora nem participante do fundo.
- 2.4. Os fundos só podem garantir os investimentos realizados em actividades que sejam consideradas potencialmente viáveis em termos económicos. Os fundos não podem prestar garantias às empresas em dificuldades nos termos das orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade.
- 2.5. Qualquer parte remanescente da contribuição dos Fundos estruturais, após terem sido honradas as garantias, deve ser reafectada a actividades de desenvolvimento das PME na mesma área elegível.
- 2.6. As despesas de gestão não podem exceder 2 % do valor médio anual do capital realizado durante o período da intervenção, a menos que, na sequência de um concurso público, se venha a comprovar ser necessária uma percentagem mais elevada.
- 2.7. Aquando do encerramento da operação de intervenção, as despesas elegíveis do fundo (o beneficiário final) correspondem à parte do capital realizado, que seja necessária, com base numa auditoria independente, para cobrir as garantias prestadas, incluindo os custos de gestão incorridos.
- 2.8. As contribuições dos Fundos estruturais e as outras contribuições públicas para os fundos de garantia, bem como as garantias prestadas por estes fundos às diferentes PME, estão sujeitas às regras relativas aos auxílios estatais.

**Regra n.º 10. Locação Financeira****1. REGRA GERAL**

As despesas incorridas no âmbito das operações de locação financeira são elegíveis para co-financiamento dos Fundos estruturais nas condições fixadas nos pontos 2 a 4.

**2. AJUDA CONCEDIDA ATRAVÉS DO LOCADOR**

- 2.1. O locador é o destinatário directo do co-financiamento comunitário que é utilizado para reduzir o montante das prestações pagas pelo locatário em relação aos bens que são objecto do contrato de locação financeira.
- 2.2. Os contratos de locação financeira que beneficiam de financiamento comunitário devem comportar uma opção de compra ou prever um período mínimo de locação, equivalente à duração de vida útil do bem que é objecto do contrato.
- 2.3. Em caso de rescisão antecipada do contrato, que ocorra antes do termo do período mínimo de locação e que não tenha sido previamente aprovado pelas autoridades competentes, o locador compromete-se a reembolsar às autoridades nacionais competentes (a crédito do Fundo em causa) a parte do financiamento comunitário que corresponde ao período remanescente de locação.

- 2.4. A compra do bem pelo locador, justificada por factura liquidada, ou por documento contabilístico de valor probatório equivalente, constitui a despesa elegível para co-financiamento. O montante máximo elegível para co-financiamento comunitário não pode exceder o valor de mercado do bem objecto de locação.
- 2.5. Os custos, para além dos referidos no ponto 2.4, relacionados com o contrato de locação financeira (nomeadamente impostos, margem do locador, juros do refinanciamento, despesas gerais e prémios de seguro) não constituem despesas elegíveis.
- 2.6. O financiamento comunitário pago ao locador deve ser utilizado integralmente em proveito do locatário por meio de uma redução uniforme do montante de todas as prestações até ao final do período de locação.
- 2.7. O locador deve apresentar provas de que a subvenção comunitária será repercutida integralmente para o locatário, através de uma discriminação das prestações ou, em alternativa, aplicando um método que dê garantias equivalentes.
- 2.8. Os custos referidos no ponto 2.5, a utilização dos benefícios fiscais que resultam da operação de locação financeira e as outras condições do contrato devem ser equivalentes aos que seriam aplicáveis na ausência de qualquer intervenção financeira da Comunidade.

### 3. AJUDA CONCEDIDA AO LOCATÁRIO

- 3.1. O locatário é o destinatário directo do co-financiamento comunitário.
- 3.2. As prestações pagas ao locador pelo locatário, acompanhados de factura liquidada ou documento contabilístico de valor probatório equivalente, constituem a despesa elegível para co-financiamento.
- 3.3. Em caso de contrato de locação financeira que contenha uma opção de compra ou preveja um período mínimo de locação equivalente à duração da vida útil do bem que é objecto do contrato, o montante máximo elegível para co-financiamento comunitário não pode exceder o valor de mercado do bem objecto do contrato. Os outros custos relacionados com o contrato de locação financeira (impostos, margem do locador, juros de refinanciamento, despesas gerais, prémios de seguro, etc.) não constituem despesas elegíveis.
- 3.4. O financiamento comunitário relacionado com os contratos de locação financeira referidos no ponto 3.3 é pago ao locatário em uma ou várias fracções, tendo em conta as prestações efectivamente pagas. Se o termo do contrato de locação financeira for posterior à data final prevista para os pagamentos ao abrigo da intervenção comunitária, só podem ser consideradas elegíveis as despesas relacionadas com as prestações devidas e pagas pelo locatário até essa data final de pagamento ao abrigo da intervenção.
- 3.5. Em caso de contrato de locação financeira que não contenha uma opção de compra e cuja duração seja inferior à duração da vida útil do bem que é objecto do contrato, as prestações são elegíveis para co-financiamento comunitário proporcionalmente ao período da operação elegível. Contudo, o locatário deve estar em condições de comprovar que a locação financeira é o método mais rentável para obter o gozo do equipamento. Se se comprovar que os custos teriam sido inferiores em caso de recurso a um método alternativo (aluguer do equipamento, por exemplo), os custos adicionais serão deduzidos das despesas elegíveis.
- 3.6. Os Estados-Membros podem aplicar regras nacionais mais estritas para efeitos da determinação das despesas elegíveis ao abrigo dos pontos 3.1 a 3.5.

### 4. VENDA COM SUBSEQUENTE LOCAÇÃO

As prestações pagas pelo locatário no âmbito de uma venda com subsequente locação financeira do mesmo bem (lease-back) podem ser consideradas despesas elegíveis ao abrigo das regras definidas no ponto 3. As despesas de aquisição do bem não são elegíveis para co-financiamento comunitário.

## Regra n.º 11. Custos incorridos no âmbito da gestão e execução dos Fundos estruturais

### 1. REGRA GERAL

Os custos incorridos pelos Estados-Membros para a gestão, execução, acompanhamento e controlo dos Fundos estruturais não são elegíveis para efeitos de co-financiamento, à excepção das categorias previstas no ponto 2 e desde que respeitem os requisitos estabelecidos no ponto 2.1.

## 2. CATEGORIAS DE DESPESAS DE GESTÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO ELEGÍVEIS PARA EFEITOS DE CO-FINANCIAMENTO

2.1. As seguintes categorias de despesas são elegíveis para co-financiamento no âmbito de uma intervenção, desde que sejam satisfeitas as condições estabelecidas nos pontos 2.2 a 2.7:

- as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna da intervenção e das operações (com exclusão das despesas para a aquisição e instalação de sistemas computadorizados de gestão, acompanhamento e avaliação),
- as despesas com reuniões de comités ou subcomités de acompanhamento relacionados com a execução das intervenções. Estas despesas podem igualmente abranger as despesas com peritos ou outros participantes nesses comités, incluindo participantes extracomunitários, se o respectivo presidente considerar que a sua presença é indispensável para a execução da intervenção,
- as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações.

2.2. As despesas com remuneração de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, só são elegíveis nos seguintes casos:

- a) Funcionários estatutários ou outros agentes públicos afectos por força de decisão devidamente documentada da autoridade competente para realizar as tarefas referidas no ponto 2.1;
- b) Outro pessoal contratado para realizar as tarefas referidas no ponto 2.1.

O período de afectação ou do contrato de trabalho não pode terminar numa data posterior à data-limite de elegibilidade das despesas, estabelecida na decisão que aprova a intervenção.

2.3. A contribuição dos Fundos estruturais para as despesas previstas no ponto 2.1 está limitada a um montante máximo fixado na intervenção aprovada pela Comissão e não poderá exceder os limites fixados nos pontos 2.4 e 2.5.

2.4. Para todas as intervenções, com excepção das iniciativas comunitárias, do programa especial PEACE II e das acções inovadoras, o limite será igual à soma dos seguintes montantes:

- 2,5 % da parcela da contribuição total dos Fundos estruturais que seja igual ou inferior a 100 milhões de euros,
- 2 % da parcela da contribuição total dos Fundos estruturais superior a 100 milhões de euros, mas inferior ou igual a 500 milhões de euros,
- 1 % da parcela da contribuição total dos Fundos estruturais superior a 500 milhões de euros, mas inferior ou igual a 1 000 milhões de euros,
- 0,5 % da parcela da contribuição total dos Fundos estruturais superior a 1 000 milhões de euros.

2.5. Para as iniciativas comunitárias, acções inovadoras e programa especial PEACE II, o limite corresponde a 5 % da contribuição total dos Fundos estruturais. Nos casos em que estas intervenções implicam a participação de mais de um Estado-Membro, o limite será aumentado para ter em conta o acréscimo de custos de gestão e de execução, sendo fixado na decisão da Comissão.

2.6. Para efeitos do cálculo dos limites previstos nos pontos 2.4 e 2.5, o total da contribuição dos Fundos estruturais será o total fixado em cada intervenção aprovada pela Comissão.

2.7. A aplicação dos pontos 2.1 a 2.6 desta regra será acordada entre a Comissão e os Estados-Membros e consagrada na intervenção. A taxa de participação comunitária é fixada em conformidade com o n.º 7 do artigo 29.º do regulamento geral. Para fins de controlo, os custos referidos no ponto 2.1 serão objecto de uma medida ou de uma submedida separada no âmbito da assistência técnica.

## 3. OUTRAS DESPESAS AO ABRIGO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

As operações susceptíveis de serem co-financiadas no âmbito da assistência técnica, com a excepção das referidas no ponto 2 (tais como estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas e aquisição e instalação de sistemas computadorizados de gestão, acompanhamento e avaliação) não estão sujeitas às condições enumeradas nos pontos 2.4 a 2.6. As despesas com a remuneração de funcionários ou outros agentes públicos envolvidos na execução dessas operações não são elegíveis.

## 4. DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

As seguintes despesas das administrações públicas são elegíveis para um co-financiamento distinto da assistência técnica, se estiverem relacionadas com a execução de uma operação, desde que esta não decorra das obrigações de serviço público da entidade em causa, nem das funções correntes de gestão, acompanhamento e controlo dessa entidade:

- a) Os custos com serviços profissionais prestados por um serviço público no âmbito da execução de uma operação. Os custos devem ser facturados a um beneficiário final (público ou privado), ou comprovados com base em documentos de valor probatório equivalente que permita a identificação dos custos efectivamente incorridos pelo serviço público para a execução desta operação;

- b) Os custos ligados à execução de uma operação, comportando as despesas relativas à prestação de serviços, incorridas por um organismo público que seja beneficiário final e que execute a operação por sua própria conta, sem recorrer a técnicos externos ou a outras empresas. Os custos visados devem estar relacionados com as despesas efectiva e directamente pagas relativamente à operação co-financiada e comprovados através de documentos que permitam a identificação dos custos efectivamente incorridos pelo serviço público em causa para a execução desta operação.

#### **Regra n.º 12. Elegibilidade das despesas em função da localização da operação**

##### **1. REGRA GERAL**

Em regra geral, as operações co-financiadas pelos Fundos estruturais devem situar-se na região a que diz respeito a intervenção.

##### **2. EXCEPÇÕES**

- 2.1. Caso a região a que diz respeito a intervenção beneficie integralmente ou em parte de uma operação localizada fora dessa região, a operação pode ser aceite pela autoridade que gere o co-financiamento, desde que sejam satisfeitas todas as condições estabelecidas nos pontos 2.2 a 2.4. Nos demais casos, uma operação pode ser aceite como elegível para co-financiamento nos termos do procedimento previsto no ponto 3. No que diz respeito às operações financiadas no âmbito do instrumento financeiro de orientação da pesca (IFOP), deve ser sempre seguido o procedimento previsto no ponto 3.
- 2.2. As operações deverão situar-se em zonas NUTS III do Estado-Membro contíguas à região a que diz respeito a intervenção.
- 2.3. As despesas máximas elegíveis da operação serão calculadas em proporção dos seus benefícios previstos para a região, e basear-se-ão numa avaliação efectuada por um organismo independente. Esses benefícios serão avaliados tendo em conta os objectivos específicos da intervenção e o seu impacto esperado. A operação não poderá ser aceite para co-financiamento quando a proporção de benefícios for inferior a 50 %.
- 2.4. Para cada medida da intervenção, as despesas elegíveis das operações aceites nos termos do ponto 2.1 não podem exceder 10 % das despesas elegíveis totais da medida. Além disso, a despesa elegível da totalidade das operações da intervenção aceites nos termos do ponto 2.1 não deverão exceder 5 % do total de despesas elegíveis da intervenção.
- 2.5. As operações aceites pela autoridade gestora nos termos do ponto 2.1 serão indicadas nos relatórios de execução anuais e finais das intervenções.

##### **3. OUTROS CASOS**

No caso das operações localizadas fora da região a que diz respeito a intervenção mas que não satisfazem as condições enunciadas no ponto 2, e das operações financiadas no âmbito do IFOP, a aceitação da operação para co-financiamento dependerá da autorização prévia da Comissão, que será concedida numa base casuística, mediante requerimento apresentado pelo Estado-membro, tendo nomeadamente em consideração a proximidade da operação relativamente à região, o nível de benefícios que se prevêem para a região e o montante da despesa em proporção da despesa total no âmbito da medida e no âmbito da intervenção. No caso de intervenções relacionadas a regiões ultraperiféricas, aplica-se o procedimento previsto no presente ponto.»

**REGULAMENTO (CE) N.º 1146/2003 DA COMISSÃO****de 27 de Junho de 2003****relativo à abertura e modo de gestão de um contingente pautal de importação de carne de bovino congelada destinada a transformação (1 de Julho de 2003 a 30 de Junho de 2004)**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1254/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino<sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003<sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 32.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A lista CXL da Organização Mundial do Comércio requer que a Comunidade proceda à abertura de um contingente pautal de importação anual de 50 700 toneladas de carne de bovino congelada destinada a transformação. É necessário estabelecer as normas de execução para o ano de contingência de 2003 a 2004, que tem início em 1 de Julho de 2003.
- (2) A importação de carne de bovino congelada ao abrigo do contingente pautal está sujeita aos montantes de direitos aduaneiros de importação e às condições fixadas na terceira parte, número de ordem 13 do anexo 7, do anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho<sup>(3)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2176/2002 da Comissão<sup>(4)</sup>. É conveniente repartir o contingente pautal pelos dois regimes de importação em causa, tendo em conta a experiência adquirida no passado com importações similares.
- (3) A fim de evitar a especulação, é conveniente autorizar o acesso ao contingente apenas aos transformadores em actividade que efectuem a transformação num estabelecimento de aprovado em conformidade com o artigo 8.º da Directiva 77/99/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1976, relativa a problemas sanitários em matéria de produção e colocação no mercado de produtos à base de carne e de determinados outros produtos de origem animal<sup>(5)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 807/2003<sup>(6)</sup>.
- (4) As importações para a Comunidade a título do contingente pautal estão sujeitas à apresentação de um certificado de importação em conformidade com o n.º 1, primeiro parágrafo, do artigo 29.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999. Os certificados devem poder ser emitidos após a atribuição dos direitos de importação com base nos pedidos apresentados pelos transformadores elegíveis. As disposições do Regulamento (CE) n.º 1291/2000 da Comissão, de 9 de Junho de 2000, que estabelece normas comuns de execução do regime de

certificados de importação, de exportação e de prefecção para os produtos agrícolas<sup>(7)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 325/2003<sup>(8)</sup>, e do Regulamento (CE) n.º 1445/95 da Comissão, de 26 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução do regime dos certificados de importação e de exportação no sector da carne de bovino e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2377/80<sup>(9)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 852/2003<sup>(10)</sup>, devem ser aplicáveis aos certificados de importação emitidos a título do presente regulamento.

- (5) A fim de evitar a especulação, os certificados de importação devem ser emitidos para os transformadores apenas em relação às quantidades para as quais lhes tenham sido atribuídos direitos de importação. Além disso, pelo mesmo motivo, deve ser constituída uma garantia aquando do pedido de direitos de importação. O pedido de certificados de importação correspondentes aos direitos atribuídos deve constituir uma exigência principal na aceção do Regulamento (CEE) n.º 2220/85 da Comissão, de 22 de Julho de 1985, que fixa as regras comuns de aplicação do regime de garantias para os produtos agrícolas<sup>(11)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1932/1999<sup>(12)</sup>.
- (6) Para permitir a total utilização do volume contingente, é conveniente fixar uma data-limite para a apresentação dos pedidos de certificados de importação e prever disposições relativas à atribuição de novas quantidades para as quais não tenham, até essa data, sido apresentados pedidos de importação. À luz da experiência adquirida, essa atribuição deve ser reservada aos transformadores que tenham convertido em certificados de importação todos os seus direitos de importação inicialmente atribuídos.
- (7) A aplicação do presente contingente pautal exige uma vigilância estrita das importações e controlos eficazes no que respeita à sua utilização e destino. É, por conseguinte, necessário autorizar a transformação apenas no estabelecimento indicado no certificado de importação.
- (8) Deve ser prevista a constituição de uma garantia a fim de assegurar que a carne importada seja utilizada em conformidade com as especificações do contingente pautal. É necessário fixar o montante da garantia atendendo à diferença entre os direitos aduaneiros aplicáveis no âmbito do regime de contingente e fora dele.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Bovino,

<sup>(1)</sup> JO L 160 de 26.6.1999, p. 21.

<sup>(2)</sup> JO L 122 de 16.5.2003, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 256 de 7.9.1987, p. 1.

<sup>(4)</sup> JO L 331 de 7.12.2002, p. 3.

<sup>(5)</sup> JO L 26 de 31.1.1977, p. 85.

<sup>(6)</sup> JO L 122 de 16.5.2003, p. 36.

<sup>(7)</sup> JO L 152 de 24.6.2000, p. 1.

<sup>(8)</sup> JO L 47 de 21.2.2003, p. 21.

<sup>(9)</sup> JO L 143 de 27.6.1995, p. 35.

<sup>(10)</sup> JO L 123 de 17.5.2003, p. 9.

<sup>(11)</sup> JO L 205 de 3.8.1985, p. 5.

<sup>(12)</sup> JO L 240 de 10.9.1999, p. 11.



ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

#### Artigo 1.º

É aberto, para o período compreendido entre 1 de Julho de 2003 e 30 de Junho de 2004, nas condições estabelecidas no presente regulamento um contingente pautal de importação de 50 700 toneladas, em equivalente carne não desossada, de carne de bovino congelada dos códigos NC 0202 20 30, 0202 30 10, 0202 30 50, 0202 30 90 ou 0206 29 91, destinada a transformação na Comunidade (a seguir designado por «o contingente»).

#### Artigo 2.º

1. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por produto A, um produto transformado dos códigos NC 1602 10, 1602 50 31, 1602 50 39 ou 1602 50 80, que não contenha carne que não seja de bovino, com uma proporção colagénio/proteína não superior a 0,45 e que contenha, em peso, pelo menos 20 % de carne magra, com exclusão das miudezas e gordura, representando a carne e a geleia pelo menos 85 % do peso líquido total.

É considerado como teor de colagénio o teor de hidroxiprolina multiplicado pelo factor 8. O teor de hidroxiprolina deve ser determinado pelo método ISO 3496-1994.

O teor de carne de bovino magra, com exclusão da gordura, é determinado de acordo com o processo de análise que consta do anexo do Regulamento (CEE) n.º 2429/86 da Comissão <sup>(1)</sup>.

As miudezas incluem o seguinte: cabeça e partes da cabeça (compreendendo as orelhas), patas, rabos, corações, úberes, fígados, rins, timos (molejas), pâncreas, miolos, bofes (pulmões), goelas, diafragmas, baços, línguas, redenhos, espinais medulas, peles comestíveis, órgãos reprodutores (isto é, úteros, ovários e testículos), tiróides e hipófises.

O produto deve ser submetido a um tratamento pelo calor, suficiente para assegurar a coagulação das proteínas da carne na totalidade do produto, o qual, por conseguinte, não deve apresentar vestígios de um líquido rosado na sua superfície de corte, no caso de ser cortado ao longo de uma linha que passa pela sua parte mais espessa.

2. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por produto B, um produto transformado que contenha carne de bovino, com excepção:

- a) Dos produtos especificados no n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999,
- b) Dos produtos referidos no n.º 1.

Contudo, será considerado produto B um produto transformado do código NC 0210 20 90 que tenha sido secado ou fumado de tal modo que a cor e consistência de carne fresca tenham desaparecido totalmente e que apresente uma proporção de água/proteína não superior a 3,2.

#### Artigo 3.º

1. A quantidade global referida no artigo 1.º é dividida em duas partes:

- a) 40 000 toneladas de carne de bovino congelada destinada ao fabrico de produtos A;

- b) 10 700 toneladas de carne de bovino congelada destinada ao fabrico de produtos B.

2. O contingente tem os seguintes números de ordem:

- 09.4057 no que diz respeito à quantidade referida na alínea a) do n.º 1,
- 09.4058 no que diz respeito à quantidade referida na alínea b) do n.º 1.

3. Os montantes de direitos aduaneiros de importação para a carne de bovino congelada a título do contingente são fixados na terceira parte, número de ordem 13 do anexo 7, do anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87.

#### Artigo 4.º

1. Só podem beneficiar do contingente os estabelecimentos de transformação aprovados em conformidade com o artigo 8.º da Directiva 77/99/CEE que tenham exercido uma actividade no sector da produção de produtos transformados que contenham carne de bovino pelo menos uma vez desde 1 de Julho de 2002.

O pedido de direitos de importação deve ser introduzido por, ou em nome de, um estabelecimento que respeite essas condições.

Relativamente a cada quantidade referida no n.º 1 do artigo 3.º, só pode ser aceite um pedido de direitos de importação, não superior a 10 % de cada quantidade disponível, para cada estabelecimento de transformação aprovado.

Os pedidos de direitos de importação só podem ser apresentados no Estado-Membro em que o operador esteja registado para efeitos de IVA.

2. Deve ser constituída uma garantia de 6 euros por 100 kg aquando do pedido de direitos de importação.

3. A autoridade nacional competente estabelece as provas documentais aceites do respeito das condições dos n.ºs 1 e 2.

Essas provas são apresentadas com o pedido de direitos de importação.

#### Artigo 5.º

1. Qualquer pedido de direitos de importação para o fabrico de produtos A ou de produtos B será expresso em equivalente carne não desossada.

Para efeitos da aplicação do presente número, 100 quilogramas de carne de bovino não desossada equivalem a 77 quilogramas de carne de bovino desossada.

2. Cada pedido relativo quer a produtos A quer a produtos B deve ser recebido pela autoridade competente até 4 de Julho de 2003 às 13 horas, hora de Bruxelas.

3. Os Estados-Membros transmitirão à Comissão, até 11 de Julho de 2003, uma lista dos requerentes e das quantidades objecto de um pedido a título de cada uma das duas categorias, bem como o número de aprovação dos estabelecimentos de transformação em causa.

Todas as comunicações, incluindo as comunicações relativas à inexistência de pedidos, serão efectuadas por fax nos formulários constantes dos anexos I e II.

<sup>(1)</sup> JO L 210 de 1.8.1986, p. 39.

4. A Comissão decidirá, o mais rapidamente possível, em que medida serão aceites os pedidos, se necessário em percentagem das quantidades solicitadas.

#### Artigo 6.º

1. Qualquer importação de carne de bovino congelada para a qual tenham sido atribuídos direitos de importação em conformidade com o n.º 4 do artigo 5.º fica subordinada à apresentação de um certificado de importação.

2. No respeitante à garantia referida no n.º 2 do artigo 4.º, o pedido de certificados de importação correspondentes aos direitos de importação atribuídos constitui uma exigência principal na aceção do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento (CEE) n.º 2220/85.

Sempre que, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º, a Comissão fixe um coeficiente de redução, a garantia constituída será liberada em relação aos direitos de importação solicitados que excedem os direitos de importação atribuídos.

3. No limite dos direitos de importação que lhe tenham sido atribuídos, um transformador pode requerer certificados de importação até 20 de Fevereiro de 2004.

4. Os direitos de importação atribuídos aos transformadores autorizam-nos a pedir certificados de importação para quantidades equivalentes aos direitos atribuídos.

Os pedidos de certificados só podem ser apresentados:

- a) No Estado-Membro em que tenha sido apresentado o pedido de direitos de importação;
- b) Por transformadores ou em nome de transformadores a quem tenham sido atribuídos direitos de importação.

5. Será constituída perante a autoridade competente, no momento da importação, uma garantia destinada a assegurar que o transformador a quem tenham sido atribuídos direitos de importação transforme a totalidade da quantidade de carne importada em produtos acabados no estabelecimento indicado no pedido de certificado, no prazo de três meses a contar do dia da importação.

Os montantes da garantia são fixados no anexo III.

#### Artigo 7.º

Salvo disposição contrária do presente regulamento, são aplicáveis as disposições dos Regulamentos (CE) n.º 1291/2000 e (CE) n.º 1445/95.

#### Artigo 8.º

1. Do pedido de certificado e do certificado devem constar:

- a) Na secção 8, o país de origem;
- b) Na secção 16, um dos códigos NC elegíveis;
- c) Na secção 20, pelo menos uma das seguintes menções:
  - Certificado válido em ... (Estado miembro expedidor)/carne destinada a la transformación... [productos A] [productos B] (táchese lo que no proceda) en ... (designación exacta y número de registro del establecimiento en el que vaya a procederse a la transformación)/Reglamento (CE) n.º 1146/2003.

— Licens gyldig i ... (udstedende medlemsstat)/Kød bestemt til forarbejdning til [A-produkter] [B-produkter] (det ikke gældende overstreges) i ... (nøjagtig betegnelse for den virksomhed, hvor forarbejdningen sker)/Forordning (EF) nr. 1146/2003.

— In ... (ausstellender Mitgliedstaat) gültige Lizenz/Fleisch für die Verarbeitung zu [A-Erzeugnissen] [B-Erzeugnissen] (Nichtzutreffendes bitte streichen) in ... (genaue Bezeichnung des Betriebs, in dem die Verarbeitung erfolgen soll)/Verordnung (EG) Nr. 1146/2003.

— Η άδεια ισχύει ... (κράτος μέλος έκδοσης)/Κρέας που προορίζεται για μεταποίηση ...[προϊόντα Α] [προϊόντα Β] (διαγράφεται η περιττή ένδειξη) ... (ακριβής περιγραφή και αριθμός έγκρισης της εγκατάστασης όπου πρόκειται να πραγματοποιηθεί η μεταποίηση)/Κανονισμός (ΕΚ) αριθ. 1146/2003.

— Licence valid in ... (issuing Member State)/Meat intended for processing ... [A-products] [B-products] (delete as appropriate) at ... (exact designation and approval No of the establishment where the processing is to take place)/Regulation (EC) No 1146/2003.

— Certificat valable ... (État membre émetteur)/Viande destinée à la transformation de ... [produits A] [produits B] (rayer la mention inutile) dans ... (désignation exacte et numéro d'agrément de l'établissement dans lequel la transformation doit avoir lieu)/Règlement (CE) n.º 1146/2003.

— Titolo valido in ... (Stato membro di rilascio)/Carni destinate alla trasformazione ... [prodotti A] [prodotti B] (depennare la voce inutile) presso ... (esatta designazione e numero di riconoscimento dello stabilimento nel quale è prevista la trasformazione)/Regolamento (CE) n. 1146/2003.

— Certificaat geldig in ... (lidstaat van afgifte)/Vlees bestemd voor verwerking tot [A-producten] [B-producten] (doorhalen wat niet van toepassing is) in ... (nauwkeurige aanduiding en toelatingsnummer van het bedrijf waar de verwerking zal plaatsvinden)/Verordening (EG) nr. 1146/2003.

— Certificado válido em ... (Estado-Membro emissor)/carne destinada à transformação ... [produtos A] [produtos B] (riscar o que não interessa) em ... (designação exacta e número de aprovação do estabelecimento em que a transformação será efectuada)/Regulamento (CE) n.º 1146/2003.

— Todistus on voimassa ... (myöntäjäsenvaltio) / Liha on tarkoitettu [A-luokan tuotteet] [B-luokan tuotteet] (tarpeeton poistettava) jalostukseen ...ssa (tarkka ilmoitus laitoksesta, jossa jalostus suoritetaan, hyväksyntänumero mukaan lukien)/Asetus (EY) N:o 1146/2003.

— Licensen är giltig i ... (utfärdande medlemsstat)/Kött avsett för bearbetning ... [A-produkter] [B-produkter] (stryk det som inte gäller) vid ... (exakt angivelse av och godkännandenummer för anläggningen där bearbetningen skall ske)/Förordning (EG) nr. 1146/2003.

2. Os certificados de importação são válidos durante 120 dias a contar da data da sua emissão, na aceção do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000. Contudo, nenhum certificado será válido após 30 de Junho de 2004.



3. Em aplicação do n.º 1 do artigo 50.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000, será cobrada a integralidade do direito da pauta aduaneira comum aplicável na data da introdução em livre prática relativamente às quantidades que excedam as indicadas no certificado de importação.

#### Artigo 9.º

1. As quantidades para as quais não tenham sido apresentados pedidos de direitos antes do prazo referido no n.º 2 do artigo 5.º, bem como as quantidades para as quais não tenham sido apresentados pedidos de certificados até 20 de Fevereiro de 2004, ficarão sujeitas a uma outra atribuição de direitos de importação

Para o efeito, até 27 de Fevereiro de 2004, os Estados-Membros transmitirão à Comissão informações sobre as quantidades para as quais não tenham sido recebidos pedidos de certificado.

2. A Comissão decidirá, o mais rapidamente possível, da repartição das quantidades referidas no n.º 1 em produtos A e em produtos B. Para o efeito, pode ser tomada em consideração a utilização efectiva dos direitos de importação atribuídos nos termos do n.º 4 do artigo 5.º a título de cada uma das duas categorias.

3. A atribuição das quantidades restantes será reservada aos transformadores que tenham solicitado certificados de importação relativamente a todos os direitos de importação que lhes tenham sido atribuídos nos termos do n.º 4 do artigo 5.º

4. Os artigos 4.º a 8.º são aplicáveis à importação das quantidades restantes.

Contudo, nesse caso, a data do pedido referida no n.º 2 do artigo 5.º será a de 19 de março de 2004 e a data da comunicação referida no n.º 3 do artigo 5.º será a de 26 de Março de 2004.

#### Artigo 10.º

Os Estados-Membros devem estabelecer um sistema de controlo físico e documental destinado a velar por que, num prazo de três meses a contar do dia da importação, toda a carne seja transformada no estabelecimento de transformação e na categoria de produto especificados no certificado de importação em causa.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

O sistema deve incluir controlos físicos de quantidade e de qualidade no início da transformação, durante a transformação e após ter sido completada a transformação. Para o efeito, os transformadores devem, em qualquer momento, poder demonstrar a identidade e a utilização da carne importada através de registos de produção adequados.

Na sequência de uma verificação técnica do método de produção pela autoridade competente, na medida do necessário, podem ser toleradas perdas por escorrimentos e aparas.

A fim de verificar a qualidade do produto acabado e estabelecer a correspondência com a fórmula do transformador relativa à composição do produto, os Estados-Membros procederão à colheita de amostras representativas e à análise de todos os produtos. Os custos dessas operações ficarão a cargo do transformador em causa.

#### Artigo 11.º

1. A garantia referida no n.º 5 do artigo 6.º será liberada proporcionalmente à quantidade para a qual, num prazo de sete meses, tenha sido apresentada à autoridade competente a prova de que a totalidade ou parte da carne importada foi transformada nos produtos previstos no prazo de três meses a contar do dia da importação, no estabelecimento designado.

No entanto, se a transformação tiver ocorrido após o prazo de três meses supracitado, a garantia a liberar será reduzida de 15 %, mais 2 % do montante restante por cada dia de superação do prazo.

Se a prova de transformação for estabelecida no prazo de sete meses supracitado e apresentada nos 18 meses seguintes aos referidos sete meses, o montante executado será reembolsado após dedução de 15 % do montante da garantia.

2. Os montantes não liberados da garantia referida no n.º 5 do artigo 6.º serão executados e retidos a título de direito aduaneiro

#### Artigo 12.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*



## ANEXO II

### Formulário (\*)

Aplicação dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1146/2003

Produto B — N.º de ordem 09.4058

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS — DG AGRI D.2 — SECTOR DA CARNE DE BOVINO

## PEDIDO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO

Data: ..... Período:.....

Estado-Membro:.....

<p> Numéro do requerente (1) </p>	<p> Requerente (nome e endereço) </p>	<p> Número de aprovação </p>	<p> Quantidades (em toneladas, carne não desos- sada) </p>
<p>Total</p>			

Estado-Membro:..... Fax: .....

Tel: .....

(<sup>1</sup>) Numeração contínua.

(\*) A enviar ao n.º de fax CE: (32-2) 296 60 27/(32-2) 295 36 13.

## ANEXO III

**MONTANTES DAS GARANTIAS <sup>(1)</sup>**

(EUR/1 000 kg líquidos)		
Produto (código NC)	Para o fabrico de produtos A	Para o fabrico de produtos B
0202 20 30	1 414	420
0202 30 10	2 211	657
0202 30 50	2 211	657
0202 30 90	3 041	903
0206 29 91	3 041	903

<sup>(1)</sup> A taxa de câmbio a aplicar será a taxa do dia anterior ao da constituição da garantia.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1147/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos longos B com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1898/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1898/2002 da Comissão <sup>(3)</sup>, foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão <sup>(4)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 <sup>(5)</sup>, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas, segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir sobre a fixação duma restituição máxima à exportação. Para esta fixação devem ser tidos em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95. O concurso será atribuído a todo o concorrente cuja proposta se situe ao nível da restituição máxima à exportação ou a um nível inferior.

(3) A aplicação dos critérios referidos anteriormente à situação actual do mercado do arroz leva a fixar a restituição máxima à exportação no montante referido no artigo 1.º

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

A restituição máxima à exportação de arroz branqueado B de grãos longos com destino a certos países terceiros é fixada, com base nas propostas apresentadas de 23 a 26 de Junho de 2003, em 295,00 euros/t no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1898/2002.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

<sup>(2)</sup> JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

<sup>(3)</sup> JO L 287 de 25.10.2002, p. 11.

<sup>(4)</sup> JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

<sup>(5)</sup> JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1148/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa a subvenção máxima à expedição de arroz descascado de grãos longos B com destino à ilha da Reunião, no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1895/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum de mercado do arroz <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 10.º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2692/89 da Comissão, de 6 de Setembro de 1989, que estabelece as regras de execução relativas às expedições de arroz para a ilha da Reunião <sup>(3)</sup>, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1453/1999 <sup>(4)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 9.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1895/2002 da Comissão <sup>(5)</sup> abriu um concurso para a determinação da subvenção à expedição de arroz com destino à ilha da Reunião.
- (2) Nos termos do artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 2692/89, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas e segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir a fixação de uma subvenção máxima.

(3) Para essa fixação, devem ser tomados em conta, nomeadamente, os critérios previstos nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2692/89. O concurso é atribuído ao(s) proponente(s) cuja(s) oferta(s) se situe(m) ao nível da subvenção máxima ou a um nível inferior.

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

É fixada uma subvenção máxima à expedição de arroz descascado de grãos longos B do código NC 1006 20 98 com destino à ilha da Reunião, com base nas propostas apresentadas de 23 a 26 de Junho de 2003, em 302,00 euros/t, no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1895/2002.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

<sup>(2)</sup> JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

<sup>(3)</sup> JO L 261 de 7.9.1989, p. 8.

<sup>(4)</sup> JO L 167 de 2.7.1999, p. 19.

<sup>(5)</sup> JO L 287 de 25.10.2002, p. 3.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1149/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a determinados países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1896/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1896/2002 da Comissão <sup>(3)</sup>, foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão <sup>(4)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 <sup>(5)</sup>, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir sobre a fixação duma restituição máxima à exportação. Para esta fixação devem ser tidos em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95. O concurso será atribuído a todo o concorrente cuja proposta se situe ao nível da restituição máxima à exportação ou a um nível inferior.

(3) A aplicação dos critérios referidos anteriormente à situação actual do mercado do arroz em questão leva a fixar a restituição máxima à exportação no montante referido no artigo 1.º

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

A restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos redondos com destino a certos países terceiros é fixada com base das propostas apresentadas, de 23 a 26 de Junho de 2003, em 134,00 EUR/t no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1896/2002.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*  
Franz FISCHLER  
*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

<sup>(2)</sup> JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

<sup>(3)</sup> JO L 287 de 25.10.2002, p. 5.

<sup>(4)</sup> JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

<sup>(5)</sup> JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1150/2003 DA COMISSÃO**  
**de 27 de Junho de 2003**

**que fixa a restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1897/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, que estabelece a organização comum do mercado do arroz <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 411/2002 da Comissão <sup>(2)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 13.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 1897/2002 da Comissão <sup>(3)</sup> foi aberto um concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz.
- (2) Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão <sup>(4)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 <sup>(5)</sup>, a Comissão pode, com base nas propostas apresentadas segundo o processo previsto no artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95, decidir sobre a fixação duma restituição máxima à exportação. Para esta fixação devem ser tidos em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95. O concurso será atribuído a todo o concorrente cuja proposta se situe ao nível da restituição máxima à exportação ou a um nível inferior.

(3) A aplicação dos critérios referidos anteriormente à situação actual do mercado do arroz em questão leva a fixar a restituição máxima à exportação no montante referido no artigo 1.º

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

A restituição máxima à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A com destino a certos países terceiros é fixada com base das propostas apresentadas, de 23 a 26 de Junho de 2003, em 131,00 euros/t no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 1897/2002.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor em 28 de Junho de 2003.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

<sup>(1)</sup> JO L 329 de 30.12.1995, p. 18.

<sup>(2)</sup> JO L 62 de 5.3.2002, p. 27.

<sup>(3)</sup> JO L 287 de 25.10.2002, p. 8.

<sup>(4)</sup> JO L 61 de 7.3.1975, p. 25.

<sup>(5)</sup> JO L 299 de 1.11.2002, p. 18.



## II

*(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)*

## CONSELHO

**DECISÃO N.º 2/2003 DO CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO UE-REPÚBLICA ESLOVACA  
de 30 de Abril de 2003**

**que prorroga o sistema de duplo controlo instituído pela Decisão n.º 3/97 do Conselho de Associação durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor da presente decisão e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia**

(2003/478/CE)

O CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO,

Considerando o seguinte:

- (1) O grupo de contacto referido no artigo 10.º do Protocolo n.º 2 do Acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro <sup>(1)</sup>, que entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 1995, reuniu-se em 28 de Outubro de 2002, tendo decidido recomendar ao Conselho de Associação, instituído ao abrigo do artigo 104.º do acordo, que o sistema de duplo controlo criado em 1998 pela Decisão n.º 3/97 do Conselho de Associação <sup>(2)</sup>, prorrogado pela Decisão n.º 1/1999 <sup>(3)</sup> para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1999, pela Decisão n.º 1/2000 <sup>(4)</sup> para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2000, pela Decisão n.º 1/2001 para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2001 e pela Decisão n.º 3/2002 <sup>(5)</sup> para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002, fosse prorrogado durante o período compreendido entre a data de entrada em vigor da presente decisão e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia.
- (2) O Conselho de Associação, tendo recebido todas as informações pertinentes, concordou com essa recomendação,

DECIDE:

*Artigo 1.º*

O sistema de duplo controlo criado pela Decisão n.º 3/97 do Conselho de Associação continua a ser aplicável para o período compreendido entre a data de entrada em vigor da presente decisão e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia. No preâmbulo e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 1.º da referida decisão, as referências ao «período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2002» são substituídas por referências ao «período compreendido entre 8 de Julho de 2003 e a data de adesão da República Eslovaca à União Europeia».

*Artigo 2.º*

Os produtos expedidos para a Comunidade desde 1 de Janeiro de 2003 até à data de entrada em vigor da presente decisão são excluídos do seu âmbito de aplicação.

<sup>(1)</sup> JO L 359 de 31.12.1994, p. 2.

<sup>(2)</sup> JO L 13 de 19.1.1998, p. 71.

<sup>(3)</sup> JO L 36 de 10.2.1999, p. 18.

<sup>(4)</sup> JO L 67 de 15.3.2000, p. 36.

<sup>(5)</sup> JO L 35 de 6.2.2002, p. 38.

*Artigo 3.º*

A presente decisão entra em vigor 10 dias após o da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 30 de Abril de 2003.

*Pelo Conselho de Associação*

*O Presidente*

G. PAPANDREOU

---

**DECISÃO DO CONSELHO****de 16 de Junho de 2003****relativa ao regime aplicável aos peritos e militares nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho e que revoga de 25 de Junho de 1997 e de 22 de Março de 1999, a Decisão 2001/41/CE e a Decisão 2001/496/PESC**

(2003/479/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 28.º,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 207.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Os peritos nacionais destacados (a seguir designados «PND») e os militares nacionais destacados (a seguir designados «militares destacados») deverão permitir ao Secretariado-Geral do Conselho (a seguir designado SGC) beneficiar do elevado nível dos seus conhecimentos e experiência profissional, nomeadamente em domínios em que tais conhecimentos e experiências não se encontram imediatamente disponíveis.
- (2) A presente decisão destina-se a favorecer o intercâmbio de experiências e de conhecimentos profissionais em matéria de políticas europeias, através da afectação temporária de peritos das administrações dos Estados-Membros aos serviços do SGC. Visa igualmente assegurar uma colaboração mais estreita entre o Conselho e as administrações nacionais ou organizações internacionais, mediante o destacamento de funcionários do SGC junto dessas administrações ou organizações.
- (3) Os PND deverão provir dos Governos ou ministérios dos Estados-Membros ou de organizações internacionais.
- (4) Os direitos e obrigações dos PND e dos militares destacados, que são fixados na presente decisão, deverão assegurar que exerçam as suas funções tendo unicamente em vista os interesses do SGC.
- (5) Dada a natureza temporária das suas funções e tendo em conta o seu estatuto especial, os PND e os militares destacados não deverão exercer atribuições que incumbam ao SGC ao abrigo das suas prerrogativas de direito público.
- (6) A presente decisão deverá definir todas as condições de trabalho dos PND e dos militares destacados, aplicáveis independentemente da origem das dotações orçamentais utilizadas para cobrir as despesas correspondentes.
- (7) Deverão fixar-se, além disso, disposições próprias para os militares destacados junto do SGC, tendo em vista constituir o Estado-Maior da União Europeia.

- (8) Atendendo a que o presente regime substitui o fixado nas Decisões de 25 de Junho de 1997, de 22 de Março de 1999, bem como na Decisão 2001/41/CE e na Decisão 2001/496/PESC, estas decisões deverão ser revogadas,

DECIDE:

## CAPÍTULO I

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

## Artigo 1.º

**Âmbito de aplicação**

1. O presente regime é aplicável aos peritos nacionais destacados («PND») destacados junto do SGC por uma administração pública nacional, regional ou local. É igualmente aplicável aos peritos destacados por uma organização internacional.
2. As pessoas abrangidas pelo presente regime permanecem ao serviço do seu empregador durante o período de destacamento, continuando a ser remuneradas por esse empregador.
3. O SGC decide, em função das necessidades e das possibilidades orçamentais, da contratação de PND. As modalidades dessa contratação são da responsabilidade do secretário-geral adjunto.
4. Salvo derrogação concedida pelo secretário-geral adjunto, derrogação que é excluída em matéria de PESC/PESD, os PND devem possuir a nacionalidade de um Estado-Membro. O recrutamento de PND deve ter uma base geográfica tão alargada quanto possível dentre os nacionais dos Estados-Membros. Os Estados-Membros e o SGC cooperam tendo em vista assegurar, tanto quanto possível, o respeito do equilíbrio entre homens e mulheres e o respeito pelo princípio da igualdade de oportunidades.
5. O destacamento é efectuado através de troca de cartas entre a Direcção-Geral do Pessoal e da Administração do SGC e a Representação Permanente do Estado-Membro em questão ou, se disso for caso, a organização internacional. A troca de cartas deve ser anexada uma cópia do regime aplicável aos PND junto do SGC.

## Artigo 2.º

### Período de destacamento

1. O período de destacamento não pode ser inferior a seis meses nem superior a dois anos e pode ser sucessivamente prorrogado até um período total não superior a quatro anos.

2. O período de destacamento previsto deve ser fixado no momento da colocação à disposição, na troca de cartas a que se refere o n.º 5 do artigo 1.º Em caso de renovação do período de destacamento, deve ser aplicado o mesmo procedimento.

3. Um PND que já tenha estado destacado junto do SGC pode ser de novo destacado, em conformidade com as regras internas que definem a duração máxima da permanência dessas pessoas nos serviços do SGC e respeitando sempre as seguintes condições:

- a) O PND deve continuar a satisfazer as condições de elegibilidade para o destacamento;
- b) Deve ter decorrido um período de, pelo menos, seis anos entre o termo do período de destacamento anterior e o novo destacamento; se, no termo do primeiro destacamento, o PND tiver beneficiado de um contrato suplementar diferente, o período de seis anos começa a contar a partir do termo desse contrato. A presente disposição não impede o SGC de aceitar o destacamento de um PND cujo destacamento inicial tenha durado menos de quatro anos, mas, nesse caso, o novo destacamento não deve exceder a parte restante do período de quatro anos.

## Artigo 3.º

### Local de destacamento

Os PND são colocados em Bruxelas ou num gabinete de ligação do SGC.

## Artigo 4.º

### Funções

1. O PND assiste os funcionários ou agentes temporários do SGC e exerce as funções que lhe forem atribuídas.

As funções a exercer são definidas de comum acordo entre o SGC e a administração que destaca o perito nacional no interesse dos serviços e tendo em consideração as qualificações do candidato.

2. Um PND só participa em deslocações em serviço ou reuniões:

- a) Se acompanhar um funcionário ou agente temporário do SGC; ou
- b) Sozinho, na qualidade de observador ou apenas para fins de informação.

Em determinadas circunstâncias particulares, o director-geral do serviço em questão pode derrogar esta regra através da atribuição de um mandato específico ao PND, depois de se ter

assegurado da inexistência de qualquer conflito de interesses. Salvo mandato especial atribuído, sob autoridade do secretário-geral/alto representante, pelo director-geral do serviço em questão, o PND não pode vincular o SGC em relação ao exterior.

3. O SGC é o único responsável pela aprovação dos resultados de quaisquer tarefas executadas por um PND.

4. Os serviços do SGC em questão, o empregador do PND e o PND devem envidar todos os esforços para evitar conflitos de interesses, bem como o surgimento desses conflitos, em relação com as funções do PND durante o seu destacamento. Para o efeito, o SGC deve informar em tempo útil o PND e o seu empregador das funções previstas e solicitar a cada um deles que confirme, por escrito, que não tem conhecimento de quaisquer razões para que o PND não seja afectado ao exercício dessas funções. Em especial, deve ser solicitado ao PND que declare potenciais conflitos de interesses entre determinadas circunstâncias da sua situação familiar (nomeadamente actividades profissionais de familiares próximos ou quaisquer interesses financeiros do próprio ou desses familiares) e as funções previstas durante o destacamento.

O empregador e o PND devem comprometer-se a declarar ao SGC quaisquer alterações de circunstâncias, ocorridas durante o destacamento, que possam dar origem a conflitos de interesses.

5. Sempre que o SGC considerar que a natureza das funções atribuídas ao PND exige precauções especiais em matéria de segurança, deve ser obtida uma habilitação de segurança antes do respectivo destacamento.

6. Em caso de incumprimento dos n.ºs 2, 3 e 4, o SGC pode pôr termo ao destacamento do PND nos termos do artigo 8.º

## Artigo 5.º

### Direitos e obrigações

1. Durante o período de destacamento:

- a) O PND deve exercer as suas funções e pautar a sua conduta tendo unicamente em vista os interesses do Conselho;
- b) O PND deve abster-se de quaisquer actos, nomeadamente de qualquer expressão pública de opiniões, que possam prejudicar a dignidade da sua função;
- c) Qualquer PND que, no exercício das suas funções, deva pronunciar-se sobre uma questão em cujo tratamento ou em cuja solução tenha um interesse pessoal que possa comprometer a sua independência, deve informar do facto o chefe do serviço em que estiver colocado;
- d) O PND não deve publicar, nem mandar publicar, a título individual ou em colaboração com outrem, qualquer texto cujo conteúdo esteja relacionado com a actividade da União Europeia sem que para tal tenha obtido autorização, nas condições e segundo as regras em vigor no SGC. A autorização só pode ser recusada se a publicação considerada puder pôr em risco os interesses da União Europeia;

- e) Todos os direitos inerentes a trabalhos efectuados pelo PND no exercício das suas funções são pertença do SGC;
- f) O PND deve residir no local da sua colocação ou a uma distância que não prejudique o exercício das suas funções;
- g) O PND deve assistir e aconselhar os superiores hierárquicos junto dos quais esteja destacado, sendo responsável perante esses superiores pela execução das tarefas que lhe forem atribuídas;
- h) O PND não deve aceitar, no exercício das suas funções, quaisquer instruções do seu empregador ou do seu Governo, nem realizar quaisquer actividades por conta do seu empregador, de Governos ou de qualquer outra pessoa, empresa privada ou administração pública.

2. Durante e após o destacamento, o PND deve manter a maior discrição relativamente a todos os factos e informações de que tenha tomado conhecimento no exercício ou durante o exercício das suas funções. Não deve comunicar, seja sob que forma for, a pessoas não habilitadas para deles ter conhecimento, quaisquer documentos ou quaisquer informações ainda não tornados públicos licitamente, nem deve utilizar tais documentos ou informações para benefício pessoal.

3. No termo do destacamento, o PND permanece vinculado à obrigação de agir com integridade e discrição no exercício das novas funções que lhe forem atribuídas e quanto à aceitação de determinados postos ou vantagens.

Para o efeito, durante os três anos que se seguirem ao período de destacamento, o PND deve informar de imediato o SGC das funções ou tarefas que deva efectuar por conta do seu empregador e que possam dar origem a um conflito de interesses ligado às funções por si exercidas durante o destacamento.

4. O PND está sujeito às regras de segurança em vigor no SGC.

5. O incumprimento do disposto no presente artigo durante o destacamento pode levar o SGC a pôr termo ao destacamento do PND ao abrigo do artigo 8.º

#### Artigo 6.º

### Nível, experiência profissional e conhecimentos linguísticos

1. Para poder ser destacado junto do SGC, o PND deve possuir uma experiência profissional de, pelo menos, três anos a tempo inteiro no desempenho de funções administrativas, científicas, técnicas, de consultoria ou de supervisão que possam ser consideradas equivalentes às das categorias A ou B definidas no Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias e no Regime aplicável aos Outros Agentes das Comunidades. Antes do destacamento, o empregador do PND deve fornecer ao SGC uma declaração de emprego do perito que abranja os últimos 12 meses.

2. O PND deve possuir um conhecimento profundo de uma língua comunitária e um conhecimento de uma segunda língua que seja suficiente para o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

#### Artigo 7.º

### Suspensão do destacamento

1. O SGC pode autorizar suspensões do destacamento e fixar as respectivas condições. Durante tais suspensões:

- a) Não são pagos os subsídios a que se referem os artigos 15.º e 16.º;
- b) As despesas a que se referem os artigos 18.º e 19.º só são reembolsadas se a suspensão ocorrer a pedido do SGC.

2. O SGC deve informar o empregador do PND.

#### Artigo 8.º

### Termo do destacamento

1. Sob reserva do n.º 2, pode ser posto termo ao destacamento a pedido do SGC ou do empregador do PND mediante pré-aviso de três meses, ou a pedido do PND mediante idêntico pré-aviso e sob reserva do acordo do SGC.

2. Em determinadas circunstâncias excepcionais, pode ser posto termo, sem pré-aviso, ao destacamento:

- a) Pelo empregador do PND, se interesses essenciais do empregador o exigirem;
- b) Por acordo entre o SGC e o empregador, mediante pedido do PND apresentado a ambas as partes, se interesses essenciais, pessoais ou profissionais do PND o exigirem;
- c) Pelo SGC, em caso de incumprimento por parte do PND das suas obrigações ao abrigo do presente regime. Nesse caso, o interessado poderá apresentar previamente a sua defesa.

3. Se for posto termo a um destacamento ao abrigo da alínea c) do n.º 2, o SGC deve informar imediatamente o empregador desse facto.

## CAPÍTULO II

### CONDIÇÕES DE TRABALHO

#### Artigo 9.º

### Segurança social

1. Antes do início do destacamento, o empregador de que depende o perito nacional a destacar deve confirmar ao SGC que o PND continua sujeito, durante o seu destacamento, à legislação relativa à segurança social aplicável à administração pública ou organização internacional que o emprega e que toma a seu cargo as despesas efectuadas no estrangeiro.

2. A partir da sua entrada em funções, o PND fica coberto contra riscos de acidente. O SGC deve fornecer-lhe uma cópia das disposições aplicáveis no dia em que o PND se apresentar ao serviço competente da Direcção-Geral do Pessoal e da Administração para cumprir as formalidades administrativas relacionadas com o destacamento.

#### Artigo 10.º

##### Horário de trabalho

1. O PND está sujeito às regras em vigor no SGC em matéria de horários de trabalho. Estas regras podem ser alteradas pelo secretário-geral adjunto em razão de necessidades do serviço.

2. O PND deve trabalhar a tempo inteiro durante todo o período de destacamento. Mediante pedido devidamente fundamentado de uma Direcção-Geral e desde que esteja assegurada a compatibilidade com os interesses do SGC, o director-geral do Pessoal e da Administração pode autorizar que um PND trabalhe a tempo parcial, após acordo do seu empregador.

3. Sempre que o trabalho a tempo parcial seja autorizado, o PND deve trabalhar, pelo menos, metade do tempo normal de trabalho.

4. O PND só pode praticar um horário de trabalho flexível se for autorizado pelo serviço do SGC em que estiver colocado. A autorização deve ser comunicada, para informação, à unidade competente da Direcção-Geral do Pessoal e da Administração.

5. O PND pode beneficiar dos subsídios em vigor no SGC no âmbito do trabalho contínuo ou por turnos.

#### Artigo 11.º

##### Faltas por doença ou acidente

1. Em caso de falta por razão de doença ou acidente, o PND deve, tão cedo quanto possível, comunicar o facto ao seu superior hierárquico, indicando o seu endereço na altura. Se faltar ao trabalho mais de três dias, o PND deve apresentar um atestado médico, podendo ser submetido a um controlo médico organizado pelo SGC.

2. Quando as faltas por doença ou acidente não superiores a três dias excederem um total de 12 dias durante um período de 12 meses, o PND deve apresentar um atestado médico para qualquer nova falta por razão de doença.

3. Se a baixa por doença exceder um mês ou o tempo de serviço prestado pelo PND, sendo tido em conta o período mais longo dos dois, os subsídios fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º serão automaticamente suspensos. A presente disposição não é aplicável em caso de doença relacionada com uma gravidez. Esta baixa por doença não pode prolongar-se para além do período de destacamento do interessado.

4. No entanto, um PND que seja vítima de um acidente relacionado com a sua actividade ocorrido durante o destacamento continua a receber a integralidade dos subsídios fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º durante todo o período da sua incapacidade para o trabalho até ao termo do destacamento.

#### Artigo 12.º

##### Férias anuais, licenças especiais e feriados

1. O PND tem direito a dois dias e meio úteis de férias por cada mês completo de serviço (30 dias por ano civil).

2. As férias estão sujeitas a autorização prévia do serviço em que o PND estiver colocado.

3. O PND pode, mediante pedido fundamentado, beneficiar de um período de licença especial nos seguintes casos:

- casamento do PND: dois dias por ano,
- doença grave do cônjuge: até três dias,
- morte do cônjuge: quatro dias,
- doença grave de um ascendente: até dois dias por ano,
- morte de um ascendente: dois dias,
- nascimento de um filho: dois dias,
- doença grave de um filho: até dois dias por ano,
- morte de um filho: quatro dias.

4. Mediante pedido devidamente fundamentado do empregador do PND, o SGC pode autorizar até dois dias de licença especial por período de 12 meses. Os pedidos são analisados caso a caso.

5. Nos casos de trabalho a tempo parcial, as férias anuais são reduzidas em conformidade.

6. Os dias de férias anuais não utilizados até ao termo do destacamento não dão direito ao seu reembolso.

#### Artigo 13.º

##### Licença de parto

1. Em caso de gravidez, é concedida à PND uma licença de parto de 16 semanas, durante as quais receberá os subsídios fixados no artigo 15.º

2. Se aleitar, a PND pode, a seu pedido, beneficiar, com base num atestado médico que certifique o facto, de uma licença especial de, no máximo, quatro semanas a contar do fim da licença de parto, durante as quais receberá os subsídios fixados no artigo 15.º

3. Quando a legislação nacional a que o empregador da PND esteja submetido fixar uma licença de parto de maior duração, o destacamento é suspenso durante o período que exceda o concedido pelo SGC. Neste caso, e se o interesse do SGC o justificar, é acrescentado ao final do destacamento um período equivalente ao período de suspensão.



4. Em alternativa, a PND pode solicitar uma suspensão de destacamento que abranja a totalidade dos períodos concedidos ao abrigo das licenças de parto e de aleitamento. Neste caso, e se o interesse do SGC o justificar, é acrescentado ao final do destacamento um período equivalente ao período de suspensão.

#### Artigo 14.º

##### Gestão e controlo

A gestão e o controlo das férias e licenças são da responsabilidade da administração do SGC. O controlo do tempo de trabalho e das faltas compete à Direcção-Geral ou ao serviço em que o PND estiver colocado.

#### CAPÍTULO III

##### SUBSÍDIOS E DESPESAS

#### Artigo 15.º

##### Ajudas de custo

1. O PND tem direito, durante todo o período de destacamento, a ajudas de custo diárias. Se a distância entre o local de residência e o local de destacamento for igual ou inferior a 150 km, as ajudas de custo diárias são de 26,78 euros. Se essa distância for superior a 150 km, as ajudas de custo são de 107,1 euros.

2. Se o PND não tiver recebido do SGC, nem do seu empregador, qualquer reembolso das despesas de mudança de residência, é-lhe pago um subsídio mensal suplementar, de acordo com o seguinte quadro:

Distância entre o local de residência e o local de destacamento (km)	Montante em euros
0-150	0
> 150	68,85
> 300	122,40
> 500	198,90
> 800	321,30
> 1 300	504,90
> 2 000	604,35

Este subsídio é pago mensalmente na data do seu vencimento.

3. Estes subsídios são pagos relativamente aos períodos de deslocação em serviço, de férias anuais, de licença de parto, de licenças especiais e de feriados concedidos pelo SGC.

4. Os PND que, durante um período de três anos que tenha terminado seis meses antes do destacamento, residiam habitualmente ou exerciam a sua actividade profissional principal num local situado a uma distância igual ou inferior a 150 km do local de destacamento recebem uma ajuda de custo diária de

26,78 euros. Para o efeito, não são tomadas em consideração as circunstâncias decorrentes de funções exercidas pelos PND por conta de um Estado que não seja o do local de destacamento ou por conta de uma organização internacional.

5. Aquando da sua entrada em funções, o PND tem direito a receber, a título de adiantamento, um montante correspondente a 75 dias de ajudas de custo, pelo que, durante o período correspondente, esse subsídio não lhe será pago. Se for posto termo ao destacamento durante os primeiros 75 dias, o PND deve reembolsar ao SGC o montante do adiantamento correspondente à parte restante desse período.

6. Aquando da troca de cartas a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º, o SGC deve ser informado de quaisquer subsídios semelhantes aos fixados no n.º 1 do presente artigo recebidos pelo PND. As quantias eventualmente em causa serão deduzidas do subsídio correspondente pago pelo SGC nos termos do referido n.º 1.

7. As ajudas de custo diárias e os subsídios mensais são revistos anualmente, sem efeitos retroactivos, em função da adaptação dos vencimentos de base dos funcionários das Comunidades em Bruxelas e no Luxemburgo.

8. No caso dos PND colocados num gabinete de ligação do SGC, as ajudas de custo a que se refere o presente artigo podem ser substituídas por um subsídio de alojamento, quando circunstâncias específicas do país de colocação o justificarem, por decisão fundamentada do director-geral do Pessoal e da Administração.

#### Artigo 16.º

##### Subsídio fixo suplementar

1. Excepto nos casos em que o local de residência do PND esteja a uma distância igual ou inferior a 150 km do local de destacamento, o PND deve receber, eventualmente, um subsídio fixo suplementar igual à diferença entre o vencimento anual ilíquido (excluídas as prestações familiares) pago pelo seu empregador, acrescido das ajudas de custo pagas pelo SGC, e o vencimento de base de um funcionário do escalão 1 do grau A 8 ou do escalão 1 do grau B 5, de acordo com a categoria a que o PND seja equiparado.

2. Este subsídio é revisto uma vez por ano, sem efeitos retroactivos, em função da adaptação dos vencimentos de base dos funcionários das Comunidades.

#### Artigo 17.º

##### Local de residência

1. Para efeitos do presente regime, considera-se local de residência o local em que o PND exercia as suas funções por conta do seu empregador imediatamente antes do destacamento. O local de destacamento é o local em que está situado o serviço do SGC em que o PND for colocado. Ambos os locais devem ser identificados na troca de cartas a que se refere o n.º 5 do artigo 1.º

2. Se, aquando do destacamento enquanto PND, o perito já se encontrava destacado por conta do seu empregador num local diferente daquele onde se situa a sede principal do empregador, será considerado local de residência o local que se encontrar mais próximo do local de destacamento.

3. Considera-se que o local de residência é o local de destacamento:

- a) Se, durante um período de três anos que tenha terminado seis meses antes do destacamento, o PND residia habitualmente ou exercia a sua actividade profissional principal num local situado a uma distância igual ou inferior a 150 km do local de destacamento;
- b) Se, no momento do pedido de destacamento apresentado pelo SGC, o local de destacamento for o local de residência principal do cônjuge do PND ou de qualquer dos filhos a seu cargo.

Para o efeito, um PND que resida a uma distância igual ou inferior a 150 km do local de destacamento é considerado residente nesse local.

4. Para efeitos de aplicação do presente artigo, não serão tomadas em consideração as circunstâncias decorrentes de funções exercidas pelo PND por conta de um Estado que não seja o do local de destacamento ou por conta de uma organização internacional.

#### Artigo 18.º

##### Despesas de viagem

1. O PND cujo local de residência esteja situado a mais de 150 km do local de destacamento tem direito ao reembolso das despesas de viagem:

- a) Relativamente a si próprio:
  - no início do destacamento, do local de residência para o local de destacamento,
  - no termo do destacamento, do local de destacamento para o local de residência;
- b) Relativamente ao cônjuge e filhos a cargo, desde que vivam com o PND e que as despesas de mudança de residência sejam reembolsadas pelo SGC:
  - no início do destacamento, do local de residência para o local de destacamento,
  - no termo do destacamento, do local de destacamento para o local de residência.

2. Excepto em caso de transporte aéreo, é reembolsado um montante fixo até ao limite do custo de uma viagem de comboio, em segunda classe, sem suplemento. O mesmo se aplica às viagens de automóvel. Se a viagem de comboio exceder 500 km ou se o itinerário normal implicar uma travessia marítima, o reembolso da viagem aérea pode atingir o custo de um bilhete de avião de tarifa reduzida (PEX ou APEX), mediante apresentação dos bilhetes e cartões de embarque.

3. Em derrogação do n.º 1, o PND que prove que mudou o local em que exercerá a sua actividade principal após o termo do destacamento tem direito ao reembolso das despesas de viagem para esse local, dentro dos limites atrás citados. O reembolso não pode implicar o pagamento de um montante superior àquele a que o PND teria direito no caso de retorno ao local de residência.

4. Se o PND tiver efectuado a mudança do local de residência para o local de destacamento, terá direito anualmente a um montante fixo igual ao custo da viagem de retorno do local de destacamento para o local de residência relativamente a si próprio, ao cônjuge e aos filhos a cargo, com base nas disposições em vigor no SGC.

#### Artigo 19.º

##### Despesas de mudança de residência

1. Sob reserva da aplicação do segundo período do n.º 4 do artigo 15.º, um PND pode efectuar, a cargo do SGC e após ter obtido o acordo prévio deste, a mudança do seu mobiliário pessoal do local de residência para o local de destacamento, em conformidade com as disposições em vigor no SGC para o reembolso das despesas de mudança de residência, desde que estejam preenchidas as seguintes condições:

- a) O período inicial do destacamento deve ser de dois anos;
- b) O local de residência do PND deve estar situado a uma distância igual ou superior a 100 km do local de destacamento;
- c) A mudança de residência deve ser efectuada nos seis meses seguintes à data do início do destacamento;
- d) A autorização deve ser pedida pelo menos dois meses antes da data prevista para a mudança de residência;
- e) As despesas de mudança de residência não podem ser reembolsadas pelo empregador;
- f) O PND deve fornecer ao SGC os originais dos orçamentos, recibos e facturas, bem como um certificado do seu empregador que confirme que não reembolsa as despesas de mudança de residência.

2. Sob reserva dos n.ºs 3 e 4, sempre que as despesas de mudança de residência para o local de destacamento tenham sido reembolsadas pelo SGC, o PND terá direito no termo do destacamento, mediante autorização prévia, ao reembolso das despesas de mudança do local de destacamento para o local de residência, em conformidade com as disposições em vigor no SGC no momento do reembolso dessas despesas, desde que estejam preenchidas as condições das alíneas d), e) e f) do n.º 1, bem como as seguintes condições:

- a) A mudança de residência não pode ser efectuada antes dos três meses anteriores ao termo do destacamento;
- b) A mudança de residência deve estar concluída nos seis meses seguintes ao termo do destacamento.



3. O PND cujo destacamento termine, a seu pedido ou a pedido do seu empregador, nos dois anos seguintes ao seu início não tem direito ao reembolso das despesas de mudança para o local de residência.

4. O PND que prove que mudou o local em que exercerá a sua actividade principal após o termo do destacamento tem direito ao reembolso das despesas de mudança de residência para esse local, mas só até ao montante que seria pago em caso de mudança para o local de residência.

#### Artigo 20.º

### Deslocações em serviço e despesas de deslocação em serviço

1. O PND pode efectuar deslocações em serviço no respeito do disposto no artigo 4.º

2. As despesas de deslocação em serviço são reembolsadas em conformidade com as disposições em vigor no SGC.

#### Artigo 21.º

### Formação

Os PND podem frequentar cursos de formação organizados pelo SGC, se o interesse do SGC o justificar. Aquando da tomada de decisão sobre a autorização de frequência de cursos, é tido em conta o interesse razoável do PND em frequentar os cursos em causa, nomeadamente com vista à sua carreira após o destacamento.

#### Artigo 22.º

### Disposições administrativas

1. A fim de cumprir as formalidades administrativas pertinentes, o PND deve apresentar-se no serviço competente da Direcção-Geral do Pessoal e da Administração no primeiro dia do destacamento. As tomadas de posse ocorrem no primeiro ou no décimo sexto dia do mês.

2. O PND colocado num gabinete de ligação do SGC deve apresentar-se ao serviço competente do SGC no seu local de destacamento.

3. Os pagamentos são efectuados em euros pelos serviços competentes do SGC numa conta bancária aberta numa instituição bancária no local de destacamento.

## CAPÍTULO IV

### APLICAÇÃO DO REGIME AOS MILITARES NACIONAIS DESTACADOS

#### Artigo 23.º

### Regime dos militares nacionais destacados

Sob reserva dos artigos 24.º a 33.º, o presente regime aplica-se igualmente aos militares nacionais destacados («militares destacados») junto do SGC a fim de constituírem o Estado-Maior da União Europeia em conformidade com a Decisão 2001/80/PESC do Conselho, de 22 de Janeiro de 2001, que cria o Estado-Maior da União Europeia <sup>(1)</sup>.

#### Artigo 24.º

### Condições

Os militares destacados devem encontrar-se ao serviço remunerado das forças armadas de um Estado-Membro durante o seu destacamento. Devem ser nacionais de um Estado-Membro.

#### Artigo 25.º

### Contratação

Em derrogação do segundo período do n.º 3 do artigo 1.º, as modalidades de contratação dos militares destacados são da responsabilidade do secretário-geral/alto representante.

#### Artigo 26.º

### Troca de cartas

Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 1.º, a troca de cartas efectua-se entre o secretário-geral/alto representante e a Representação Permanente do Estado-Membro em questão.

#### Artigo 27.º

### Período de destacamento

1. Em derrogação do n.º 1 do artigo 2.º, o período de destacamento não pode ser inferior a seis meses nem superior a três anos e pode ser sucessivamente prorrogado até um período total não superior a quatro anos.

2. Em derrogação da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º, e salvo em caso excepcional, deve ter decorrido um período de, pelo menos, três anos entre o termo do período de destacamento anterior e o novo destacamento, se as condições o justificarem e com o acordo do secretário-geral/alto representante.

#### Artigo 28.º

### Funções

Em derrogação do n.º 1 do artigo 4.º, os militares destacados, que agem sob a autoridade do secretário-geral/alto representante, asseguram a missão, cumprem as tarefas e exercem as funções que lhes são atribuídas em conformidade com o anexo da Decisão 2001/80/PESC.

<sup>(1)</sup> JO L 27 de 30.1.2001, p. 7.

**Artigo 29.º****Assunção de compromissos em relação ao exterior**

Em derrogação do n.º 2 do artigo 4.º, os militares destacados não podem vincular o SGC em relação ao exterior, salvo mandato especial atribuído sob a autoridade do secretário-geral/alto representante.

**Artigo 30.º****Habilitação de segurança**

Em derrogação do n.º 5 do artigo 4.º, o nível adequado de habilitação de segurança do militar destacado, que não pode ser inferior a SECRET, deve ser estipulado na troca de cartas a que se refere o n.º 5 do artigo 1.º

**Artigo 31.º****Experiência profissional**

Em derrogação do n.º 1 do artigo 6.º, pode ser destacado junto do SGC qualquer militar de nível de concepção ou estudo que comprove um alto grau de competência para as tarefas a desempenhar.

**Artigo 32.º****Suspensão e termo do destacamento**

1. Para efeitos da aplicação do artigo 7.º aos militares destacados, a autorização é dada pelo secretário-geral/alto representante.

2. Em derrogação do artigo 8.º, se os interesses do SGC ou da administração nacional de que o militar destacado depende o exigirem, ou por qualquer outra razão justificada, pode ser posto termo ao destacamento.

**Artigo 33.º****Incumprimento grave de obrigações**

1. Em derrogação do n.º 3 do artigo 8.º, pode ser posto termo a um destacamento sem pré-aviso, em caso de incumprimento grave das obrigações a que o militar destacado se encontra vinculado, cometida voluntariamente ou por negligência. A decisão é tomada pelo secretário-geral/alto representante, tendo sido previamente dadas ao interessado as condições para apresentar a sua defesa. Antes de tomar uma decisão, o secretário-geral/alto representante deve informar do facto o representante permanente do Estado-Membro de que o militar destacado é nacional. Na sequência desta decisão, não são concedidos os subsídios fixados nos artigos 18.º e 19.º

Antes da decisão a que se refere o primeiro parágrafo, o militar destacado pode ser sujeito a uma medida de suspensão em caso de incumprimento grave contra ele alegado pelo secretário-geral/alto representante, tendo sido previamente dadas condições ao interessado para apresentar a sua defesa. Os subsídios fixados nos artigos 15.º e 16.º não são pagos durante o período de suspensão, que não pode exceder três meses.

2. O secretário-geral/alto representante pode chamar a atenção das autoridades nacionais para qualquer violação do regime fixado ou das normas previstas na presente decisão que seja cometida pelo militar destacado.

3. O militar destacado continua a estar sujeito às regras disciplinares nacionais.

**Artigo 34.º****Horário de trabalho**

O segundo período do n.º 2 do artigo 10.º não se aplica aos militares destacados.

**Artigo 35.º****Licença especial**

Em derrogação do n.º 4 do artigo 12.º, o SGC pode conceder uma licença especial suplementar e não remunerada para efeitos de formação pelo empregador e mediante pedido devidamente fundamentado deste.

**Artigo 36.º****Subsídios**

Em derrogação do n.º 1 do artigo 15.º e do artigo 16.º, a troca de cartas referida no n.º 5 do artigo 1.º pode estipular que não serão pagas as ajudas nem os subsídios fixados nos referidos artigos.

**Artigo 37.º****Local de residência**

1. Considera-se que o militar destacado tem o seu local de residência na capital do Estado-Membro de que é nacional quando, em aplicação dos n.ºs 1 e 2 e da alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º, o seu local de residência fica a uma distância igual ou inferior a 150 km do local de destacamento.

2. Considera-se que o militar destacado tem o seu local de residência na capital do Estado-Membro de que é nacional quando o local de residência principal do cônjuge ou de qualquer dos filhos a seu cargo a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 17.º, se situar num Estado-Membro que não seja o do destacamento.

## CAPÍTULO V

## DISPOSIÇÕES FINAIS

## Artigo 38.º

**Revogação**

São revogadas as seguintes decisões:

- Decisão do Conselho de 25 de Junho de 1997, relativa ao regime aplicável aos peritos nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho (Direcção-Geral «Justiça e Assuntos Internos») no âmbito da aplicação do programa de intensificação da luta contra a criminalidade organizada,
- Decisão do Conselho de 22 de Março de 1999, relativa ao regime aplicável aos peritos nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho (Direcção-Geral «Justiça e Assuntos Internos») no âmbito da avaliação colectiva da adopção, aplicação e execução efectiva, pelos países candidatos à adesão, do acervo da União Europeia no domínio da Justiça e Assuntos Internos,

— Decisão 2001/41/CE do Conselho, de 20 de Dezembro de 2000, relativa ao regime aplicável aos peritos nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho no âmbito de um regime de intercâmbio entre funcionários do Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia e funcionários das administrações nacionais ou de organizações internacionais <sup>(1)</sup>,

— Decisão 2001/496/PESC do Conselho, de 25 de Junho de 2001, relativa ao regime aplicável aos militares nacionais destacados junto do Secretariado-Geral do Conselho para constituírem o Estado-Maior da União Europeia <sup>(2)</sup>.

## Artigo 39.º

**Produção de efeitos**

A presente decisão produz efeitos a partir do dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

A presente decisão é aplicável a qualquer novo destacamento ou prorrogação de destacamento a partir do primeiro dia do mês seguinte à sua produção de efeitos.

Feito no Luxemburgo, em 16 de Junho de 2003.

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

G. PAPANDREOU

<sup>(1)</sup> JO L 11 de 16.1.2001, p. 35. Decisão alterada pela Decisão 2002/34/CE (JO L 15 de 17.1.2002, p. 29).

<sup>(2)</sup> JO L 181 de 4.7.2001, p. 1. Decisão alterada pela Decisão 2002/34/CE.

**DECISÃO DO CONSELHO****de 27 de Junho de 2003****que dá execução ao disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades e que revoga a Decisão 2002/974/CE**

(2003/480/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho, de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades <sup>(1)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 2.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 12 de Dezembro de 2002, o Conselho aprovou a Decisão 2002/974/CE do Conselho, de 17 de Junho de 2002, que dá execução ao disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades e que revoga a Decisão 2002/848/CE <sup>(2)</sup>.
- (2) É desejável aprovar uma lista actualizada das pessoas, grupos ou entidades a que se aplica o referido regulamento,

DECIDE:

*Artigo 1.º*

A lista prevista no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 é a seguinte:

**1. PESSOAS**

1. ABOU Rabah Naami (aliás Naami Hamza; aliás Mihoubi Faycal; aliás Fellah Ahmed; aliás Dafri Rêmi Lahdi) nascido em 01.02.1966 em Argel (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
2. ABOUD, Maisi (aliás «o Abderrahmane suíço») nascido em 17.10.1964 em Argel (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
3. AL-MUGHASSIL, Ahmad Ibrahim (aliás ABU OMRAN; aliás AL-MUGHASSIL, Ahmed Ibrahim) nascido em 26.6.1967 em Qatif-Bab al Shamal, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
4. AL-NASSER, Abdelkarim Hussein Mohamed, nascido em Al Ihsa, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
5. AL YACOUB, Ibrahim Salih Mohammed, nascido em 16.10.1966 em Tarut, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
6. ARIQUA, Azzedine nascido em 20.11.1960 em Constantine (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
7. ARIQUA, Kamel (aliás Lamine Kamel) nascido em 18.08.1969 em Constantine (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
8. ASLI, Mohamed (aliás Dahmane Mohamed) nascido em 13.05.1975 em Ain Taya (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)

9. ASLI, Rabah nascido em 13.05.1975 em Ain Taya (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
10. ATWA, Ali (aliás BOUSLIM, Ammar Mansour; aliás SALIM, Hassan Rostom), nascido em 1960 no Líbano; cidadão do Líbano
11. DARIB, Noureddine (aliás Carreto; aliás Zitoun Mourad) nascido em 01.02.1972, na Argélia (Membro do al-Takfir and al-Hijra)
12. DJABALI, Abderrahmane (aliás Touil) nascido em 01.06.1970 na Argélia (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
13. EL-HOORIE, Ali Saed Bin Ali (aliás AL-HOURI, Ali Saed Bin Ali; aliás EL-HOURI, Ali Saed Bin Ali) nascido em 10.7.1965 ou 11.7.1965 em El Dibabiya, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
14. FAHAS, Sofiane Yacine nascido em 10.09.1971 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
15. IZZ-AL-DIN, Hasan (aliás GARBAYA, Ahmed; aliás SA-ID; aliás SALWWAN, Samir), nascido em 1963 no Líbano; cidadão do Líbano
16. LASSASSI, Saber (a.k.a. Mimiche) nascido em 30.11.1970 em Constantine (Argélia) (Membro do al-Takfir and al-Hijra)
17. MOHAMMED, Khalid Shaikh (aliás ALI, Salem; aliás BIN KHALID, Fahd Bin Adballah; aliás HENIN, Ashraf Refaat Nabith; aliás WADOOD, Khalid Abdul) nascido em 14.4.1965 ou 1.3.1964, no Paquistão, passaporte n.º 488555
18. MOKTARI, Fateh (aliás Ferdi Omar) nascido em 26.12.1974 em Hussein Dey (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
19. MUGHNIYAH, Imad Fa'iz (aliás MUGHNIYAH, Imad Fayiz), Oficial Superior de Informações do HEZBOLÁ, nascido em 7.12.1962 em Tayr Dibba, Líbano, passaporte n.º 432298 (Líbano)
20. NOUARA, Farid nascido 25.11.1973 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
21. RESSOUS, Hoari (aliás Hallasa Farid) nascido em 11.09.1968 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
22. SEDKAOUI, Noureddine (aliás Nounou) nascido em 23.06.1963, em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
23. SELMANI, Abdelghani (aliás Gano) nascido em 14.06.1974, em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
24. SENOUCI, Sofiane nascido em 15.04.197, em Hussein Dey (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)

<sup>(1)</sup> JO L 344 de 28.12.2001, p. 70.

<sup>(2)</sup> JO L 337 de 13.12.2002, p. 85.

25. SISON, Jose Maria (aliás Armando Liwanag, aliás Joma, chefe do NEP) nascido em 8.2.1939 em Cabugao, Filipinas
26. TINGUALI, Mohammed (aliás Mouh di Kouba) nascido em 21.04.1964 em Blida (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)

## 2. GRUPOS E ENTIDADES

1. Organização Abu Nidal (OAN), (Conselho Revolucionário do Fatah, Brigadas Revolutionárias Árabes, Setembro Negro e Organização Revolucionária dos Muçulmanos Socialistas)
2. Brigadas dos Mártires de Al Aqsa
3. Al-Takfir e al-Hijra
4. Aum Shinrikyo (AUM, AumVerdade Suprema, Aleph)
5. Babbar Khalsa
6. Gamaa al-Islamiyya (Grupo Islâmico), (Al-Gamaa al-Islamiyya, IG)
7. Hamas-Izz al-Din al-Qassem (ala terrorista do Hamas)
8. Holy Land Foundation for Relief and Development
9. International Sikh Youth Federation (ISYF)
10. Kahane Chai (Kach)
11. Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)
12. Lashkar e Tayyaba (LET)/Pashan-e-Ahle Hadis
13. Organização Mujahedin-e Khalq (MEK ou MKO) [com excepção do «Conselho Nacional de Resistência Nacional do Irão» (NCRI)] (Exército de Libertação Nacional do Irão (NLA, ala militante do MEK), Mujahedin do Povo do Irão (PMOI), Muslim Iranian Students Society)
14. New People's Army (NPA)/Novo Exército Popular (NEP), Filipinas, associado a Sison José María C. (aliás Armando Liwanag, aliás Joma, chefe do NEP)

15. Frente de Libertação da Palestina (FLP)
16. Jihade Islâmica Palestiniana (PIJ)
17. Frente de Libertação Popular da Palestina (FPLP)
18. Frente Popular para a Libertação da Palestina- Comando Geral (FPLP-Comando Geral, FPLP-CG)
19. Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)
20. Exército/Frente/Partido Revolucionário Popular de Libertação (DHKP/C), (Devrimci Sol (Esquerda Revolucionária), Dev Sol)
21. Sendero Luminoso (SL)
22. Stichting Al Aqsa ( aliás Stichting Al Aqsa Nederland, aliás Al Aqsa Nederland)
23. Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) (Autodefensas Unidas de Colombia)

### Artigo 2.º

É revogada a Decisão 2002/974/CE.

### Artigo 3.º

A presente decisão será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

A presente decisão produz efeitos à data da sua publicação.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

G. PAPANDREOU

# COMISSÃO

## DECISÃO DA COMISSÃO

de 27 de Junho de 2003

**relativa às consequências financeiras a aplicar, no quadro do apuramento de contas das despesas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», em certos casos de irregularidades cometidas pelos operadores**

[notificada com o número C(2003) 1968]

(Apenas fazem fé os textos nas línguas alemã, inglesa, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, neerlandesa e portuguesa)

(2003/481/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 729/70 do Conselho, de 21 de Abril de 1970, relativo ao financiamento da política agrícola comum <sup>(1)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1287/95 <sup>(2)</sup>,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 595/91 do Conselho, de 4 de Março de 1991, relativo às irregularidades e à recuperação das importâncias pagas indevidamente no âmbito da política agrícola comum, assim como à organização de um sistema de informação nesse domínio e que revoga o Regulamento (CE) n.º 283/72 <sup>(3)</sup>, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 5.º

Após consulta do Comité do Fundo,

Considerando o seguinte:

- (1) De acordo com o n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 729/70, os Estados-Membros tomarão as medidas necessárias para evitar e proceder judicialmente relativamente às irregularidades e recuperar as importâncias perdidas após as irregularidades ou negligências. O n.º 2 do mesmo artigo precisa que, na falta de recuperação total, as consequências financeiras das irregularidades ou das negligências são suportadas pela Comuni-

dade, excepto as que resultem de irregularidades ou de negligências atribuíveis às administrações ou outros organismos dos Estados-Membros.

- (2) O artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 595/91 prevêm que os Estados-Membros comuniquem à Comissão as irregularidades identificadas e a informem do seguimento dado e das recuperações efectuadas em relação às mesmas.
- (3) O n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento (CEE) n.º 729/70 e os n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1663/95 da Comissão, de 7 de Julho de 1995, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CEE) n.º 729/70 no que respeita ao processo de apuramento das contas do FEOGA, secção «Garantia» <sup>(4)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2025/2001 <sup>(5)</sup>, estabelecem que a Comissão efectuará as verificações necessárias, comunicará aos Estados-Membros os resultados das suas verificações, tomará conhecimento das observações dos Estados-Membros, convocará discussões bilaterais com vista a um acordo com os Estados-Membros em causa e comunicar-lhes-á formalmente as suas conclusões, fazendo referência à Decisão 94/442/CE da Comissão, de 1 de Julho de 1994, relativa à criação de um processo de conciliação no quadro do apuramento das contas do FEOGA, secção «Garantia» <sup>(6)</sup>, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2001/535/CE <sup>(7)</sup>.

<sup>(1)</sup> JO L 94 de 28.4.1970, p. 13.

<sup>(2)</sup> JO L 125 de 8.6.1995, p. 1.

<sup>(3)</sup> JO L 67 de 14.3.1991, p. 11.

<sup>(4)</sup> JO L 158 de 8.7.1995, p. 6.

<sup>(5)</sup> JO L 274 de 17.10.2001, p. 3.

<sup>(6)</sup> JO L 182 de 16.7.2001, p. 45.

<sup>(7)</sup> JO L 193 de 17.7.2001, p. 25.



- (4) As verificações efectuadas e os resultados das discussões bilaterais revelaram que, em alguns casos, os Estados-Membros não puseram em prática todas as medidas necessárias à protecção dos interesses financeiros da Comunidade e que essa deficiência não permitiu a recuperação dos montantes indevidos. Neste contexto, haverá, nomeadamente, que ter em conta que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias <sup>(1)</sup>, um período de quatro anos deve ser considerado razoável para que os Estados-Membros levem a efeito os procedimentos de reclamação dos montantes indevidos, respeitantes a irregularidades cometidas por operadores em detrimento do FEOGA.
- (5) As consequências financeiras decorrentes da impossibilidade de recuperar importâncias nesses casos não devem ser suportadas pelo FEOGA, secção «Garantia».
- (6) Se não puder ser atribuída aos Estados-Membros em causa qualquer negligência na impossibilidade de recuperação dos montantes indevidos, estes devem, porém, ser reconhecidos a cargo do FEOGA, secção «Garantia».
- (7) Relativamente aos casos abrangidos pela presente decisão, a avaliação dos montantes a suprimir em virtude da não-conformidade dos mesmos com as regras comunitárias foi comunicada pela Comissão aos Estados-Membros no âmbito de um relatório de síntese sobre a matéria.
- (8) A presente decisão não prejudica as consequências financeiras que a Comissão possa extrair dos acórdãos do Tribunal de Justiça nos processos pendentes em 31 de Maio de 2002 sobre matérias objecto da mesma,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

*Artigo 1.º*

Os montantes relativos a despesas dos organismos pagadores aprovados dos Estados-Membros, declarados a título do FEOGA, secção «Garantia», e indicados no anexo I ficam a cargo do Estado-Membro em causa.

Esses montantes serão deduzidos dos adiantamentos relativos às despesas do segundo mês subsequente à notificação da presente decisão aos Estados-Membros em causa.

*Artigo 2.º*

Os montantes relativos a despesas dos organismos pagadores aprovados dos Estados-Membros, declarados a título do FEOGA, secção «Garantia», e indicados no anexo II ficam a cargo do FEOGA, secção «Garantia».

*Artigo 3.º*

O Reino da Bélgica, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a Irlanda, o Reino dos Países Baixos, a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

*Pela Comissão*

Franz FISCHLER

*Membro da Comissão*

---

<sup>(1)</sup> Acórdão de 11.10.1990 do Processo C-34/89, entre a Itália e a Comissão — Colectânea da Jurisprudência, 1990, p. I-03603.



## ANEXO I

## Montantes irrecuperáveis a cargo do orçamento dos Estados-Membros

BÉLGICA	(BFR)	(EURO)
Estado-Membro Caso (núm) (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
BE/1991/003/002	381 552	9 458,43
BE/1985/019/	1 265 044	31 359,62
BE/1991/018/001	11 797 453	292 451,22
BE/1991/019/001	14 362 593	356 039,38
BE/1992/003/02	245 270	6 080,08
BE/1992/004/02	740 780	18 363,46
BE/1992/005/02	1 840 530	45 625,55
BE/1992/011/02	1 179 880	29 248,46
BE/1993/005	6 378 535	158 119,75
BE/1994/003/	206 023	5 107,18
BE/1994/009	5 857 103	145 193,79
BE/1994/010	1 549 917	38 421,44
BE/1994/034	1 020 577	25 299,44
BE/1994/040	332 983	8 254,43
BE/1994/041	393 524	9 755,21
SALDO	47 551 764	1 178 777,44
DINAMARCA	(DKR)	
Estado-Membro Caso (núm) (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	
GA/DK/1990/020	8 899 650	
GA/DK/1995/033	1 051 070	
SALDO	9 950 720	
ALEMANHA	(DM)	(EURO)
Estado-Membro Caso (núm) (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
DE/99/103/B	1 631 391,79	834 117,38
GA/DE/1985/223/L/NL	28 374,11	14 507,45
SALDO	1 659 765,90	848 624,83
GRÉCIA	(GRD)	(EURO)
Estado-Membro Caso (núm) (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
EL/1990/008/A	14 272 278,00	41 884,90
ESPANHA	(PTE)	(EURO)
Estado-Membro Caso (núm) (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
GA/ES/990/001/ABIS	34 479	207,22
GA/ES/1990/140/3	1 976 128	11 876,77
GA/ES/1991/011/	6 310 956	37 929,61

ESPAÑA	(PTE)	(EURO)
Estado-Membro Caso (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
GA/ES/1991/027/	17 513 735	105 259,67
GA/ES/1991/033/	3 620 426	21 759,20
GA/ES/1991/056/	8 695 265	52 259,60
GA/ES/1992/006/	19 670 797	118 223,87
GA/ES/1993/034/	1 377 144	8 276,80
GA/ES/1993/097/	6 801 463	40 877,62
GA/ES/1993/117	1 836 252	11 036,10
GA/ES/1993/134/	974 880	5 859,15
GA/ES/1993/161/	1 146 529	6 890,78
GA/ES/1993/162/	1 419 439	8 531,00
GA/ES/1993/170/	1 208 255	7 261,76
GA/ES/1993/175/	3 063 937	18 414,63
GA/ES/1993/186/	1 243 044	7 470,84
GA/ES/1993/209/	2 017 859	12 127,58
GA/ES/1993/217/	1 242 085	7 465,08
GA/ES/1993/231/	10 453 862	62 828,98
GA/ES/1993/247/	2 193 950	13 185,91
GA/ES/1994/001/	713 579	4 288,70
GA/ES/1994/005/	47 894 924	287 854,29
GA/ES/1994/008/	1 009 594	6 067,78
GA/ES/1994/009/	5 221 993	31 384,81
GA/ES/1994/026/	2 187 064	13 144,52
GA/ES/1994/035/	1 255 703	7 546,93
GA/ES/1994/036/	361 806	2 174,50
GA/ES/1994/037/	1 631 871	9 807,74
GA/ES/1994/040/	2 346 913	14 105,23
GA/ES/1994/080/	29 180 671	175 379,36
GA/ES/1994/083	868 300	5 218,59
GA/ES/1994/092/	767 325	4 611,72
GA/ES/1994/136/	4 980 002	29 930,41
GA/ES/1994/137	2 038 181	12 249,71
GA/ES/1994/138/	2 137 077	12 844,09
GA/ES/1994/139/	2 230 327	13 404,54
GA/ES/1994/140/	2 461 685	14 795,02
GA/ES/1994/141/	14 404 884	86 575,10
GA/ES/1994/142/	5 955 857	35 795,42
SALDO	220 448 241	1 324 920,61

  

FRANÇA	(FF)	(EURO)
Estado-Membro Caso (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
FR/87/030	307 484,00	46 875,63
FR/92/010	44 533,71	6 789,12
SALDO	352 017,71	53 664,75

IRLANDA	(£)	(EURO)
Estado-Membro Caso (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
GA/IR/1985/018	11 865,46	15 066,03
PORTUGAL	(ESC)	(EURO)
Estado-Membro Caso (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	Montantes
PT/1994/015	11 796 713	58 841,76
SALDO	11 796 713	58 841,76
REINO UNIDO	(£)	
Estado-Membro Caso (número de referência interno)	Montantes (moeda nacional)	
UK/1978/010	3 614,00	
UK/1983/029	13 067,00	
UK/1989/193	3 330,00	
UK/1990/112	997,00	
UK/1991/021	1 034,00	
UK/1991/084	3 280,00	
UK/1991/085	8 873,00	
UK/1992/040	83 788,00	
UK/1993/067	4 750,45	
UK/1993/087	4 303,84	
UK/1993/133	10 319,53	
UK/1993/179	5 273,72	
UK/1994/063	5 253,05	
UK/1994/022	1 879,00	
SALDO < 1995	149 762,59	
UK/1995/058	6 013,69	
UK/1995/123	3 830,04	
UK/1995/147	9 670,17	
UK/1995/172	4 324,91	
UK/1996/118	11 402,00	
UK/1995/173	4 241,23	
UK/1995/181	50 563,38	
UK/1996/208	6 552,27	
UK/1996/236	6 446,57	
UK/1997/165	33 805,00	
SALDO	286 611,85	

## ANEXO II

## Montantes irrecuperáveis a cargo do FEOGA-garantia

BÉLGICA	(BFR)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
BE/1992/025/02	345 952	8 575,93
BE/1993/020/	132 950	3 295,74
BE/1994/013/	180 722	4 479,98
SALDO	659 624	16 351,65
DINAMARCA	(DKR)	
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	
GA/DK/1981/009	106 330	
GA/DK/1985/031	302 310	
GA/DK/1989/018	26 048 743	
GA/DK/1993/054	9 249 620	
GA/DK/1993/055	1 803 237	
SALDO	37 510 240	
ALEMANHA	(DM)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
DE/75/001	226 073,36	115 589,47
DE/80/006/E	1 373 180,26	702 095,92
DE/80/007/E	962 007,33	491 866,54
DE/80/008/E	402 446,05	205 767,40
DE/80/009/E	16 763,57	8 571,08
DE/80/010/E	553 189,63	282 841,37
DE/80/011/E	1 776 885,11	908 506,93
DE/80/012/E	797 495,69	407 753,07
DE/80/013/E	3 713 157,93	1 898 507,50
DE/80/014/E	52 229,94	26 704,74
DE/80/016/E	88 966,45	45 487,82
DE/80/019/E	226 342,88	115 727,28
DE/81/003/E	120 139,10	61 426,15
DE/81/004/E	229 715,16	117 451,50
DE/81/007/L/NL	29 308,08	14 984,98
DE/81/016/E	97 501,02	49 851,48
DE/81/017/E	284 193,76	145 305,96
DE/81/018/E	412 353,14	210 832,81
DE/81/019/E	710 419,29	363 231,62
DE/82/060/L/NL	18 474,71	9 445,97
DE/83/001/E	1 131 992,72	578 778,69
DE/83/003/E	1 281 370,31	655 154,24

ALEMANHA	(DM)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
DE/83/019/L/NL	8 708,05	4 452,36
DE/83/058/L/NL	52 699,79	26 944,97
DE/83/068/L/NL	51 269,39	26 213,62
DE/83/071/B	27 738,19	14 182,31
DE/83/105/L/NL	57 331,34	29 313,05
DE/84/028/B	1 208 428,57	617 859,72
DE/84/235/L/NL	8 049,32	4 115,55
DE/84/250/L/NL	26 383,07	13 489,45
DE/84/265/L/NL	26 677,21	13 639,84
DE/84/270/L/NL	8 720,56	4 458,75
DE/84/276/L/NL	15 296,72	7 821,09
DE/84/282/L/NL	22 982,32	11 750,67
DE/85/004/B	981 411,67	501 787,82
DE/85/009/F	17 980,41	9 193,24
DE/85/028/B	46 968,35	24 014,54
DE/85/206/L/NL	16 744,58	8 561,37
DE/85/217/L/NL	24 656,04	12 606,43
DE/85/218/L/NL	9 008,11	4 605,77
DE/85/226/L/NL	26 340,58	13 467,72
DE/86/011/B	4 404,66	2 252,07
DE/86/019/B	11 013,39	5 631,06
DE/86/044/E	27 020,62	13 815,42
DE/86/205/L/NL	6 654,84	3 402,57
DE/87/015/E	35 222,60	18 009,03
DE/87/303/L/NL	36 750,76	18 790,37
DE/87/304/L/NL	29 430,40	15 047,52
DE/87/307/L/NL	27 695,65	14 160,56
DE/88/001/E	118 827,19	60 755,38
DE/88/009/B	6 375,55	3 259,77
DE/88/200/L/NL	14 190,48	7 255,48
DE/89/004/F	1 017 654,40	520 318,43
DE/89/013/B	2 295 495,82	1 173 668,38
DE/89/014/B	95 441,52	48 798,47
DE/90/002/B	966 472,33	494 149,46
DE/90/002/L/NL	700 162,94	357 987,63
DE/90/045/B	334 874,57	171 218,65
DE/91/024/B	555 308,63	283 924,79
DE/92/002/G	2 736,99	1 399,40
DE/92/020/B	259 088,64	132 469,92
DE/93/001/F	188 076,34	96 161,91
DE/93/010/1NL	27 324,00	13 970,54
DE/93/033/B	852 544,72	435 899,19
DE/93/038/B	67 215,09	34 366,53
DE/93/040/B	417 414,72	213 420,76
DE/93/087/B	286 060,65	146 260,49

ALEMANHA	(DM)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
DE/93/090/B	321 221,82	164 238,11
DE/93/097/B	222 722,14	113 876,02
DE/93/098/B	38 532,16	19 701,18
DE/93/100/B	1 506 859,47	770 445,01
DE/93/130/B	9 475,77	4 844,88
DE/94/001/LRWL	46 440,00	23 744,39
DE/94/002/B	280 240,68	143 284,78
DE/94/002/LSA	354 363,84	181 183,35
DE/94/003/LRWL	26 404,00	13 500,15
DE/94/003/LSA	102 792,73	52 557,09
DE/94/004/LSA	134 681,94	68 861,78
DE/94/007/NL	4 246,00	2 170,95
DE/94/010/LSA	627 484,70	320 827,83
DE/94/019/B	129 634,60	66 281,12
DE/94/022/B	61 776,57	31 585,86
DE/94/023/B	7 359,97	3 763,09
DE/94/027/B	2 572,36	1 315,23
DE/94/043/B	42 572,00	21 766,72
DE/94/091/B	80 039,57	40 923,58
DE/94/094/B	720 819,21	368 549,01
DE/94/101/B	30 817,91	15 756,95
DE/94/131/B	486 213,44	248 596,98
DE/94/144/B	3 331 164,67	1 703 197,45
SALDO < 1995	34 093 492,81	17 431 726,08
DE/95/002/L/NL	21 750,00	11 120,60
DE/95/004/B	1 682 886,65	860 446,28
DE/95/106/B	20 230,18	10 343,53
DE/95/111/B	15 179,86	7 761,34
DE/95/112/B	15 444,97	7 896,89
DE/95/113/B	17 384,78	8 888,70
DE/95/114/B	9 864,41	5 043,59
DE/95/115/B	27 322,69	13 969,87
DE/95/116/B	41 200,60	21 065,53
DE/95/118/B	27 994,67	14 313,45
DE/95/120/B	72 781,38	37 212,53
DE/95/121/B	9 339,43	4 775,17
DE/95/123/B	12 317,95	6 298,07
DE/95/124/B	12 411,02	6 345,65
DE/95/125/B	110 000,00	56 242,11
DE/95/130/B	38 905,27	19 891,95
DE/96/025/B	758 053,68	387 586,69
DE/96/035/L/BBL	39 762,88	20 330,44
DE/96/038/B	26 131,53	13 360,84

ALEMANHA	(DM)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
DE/96/069/B	20 229,60	10 343,23
DE/96/121/B	8 223,84	4 204,78
DE/97/009/B	45 666,44	23 348,88
DE/99/101/B	2 559 880,90	1 308 846,32
SALDO	39 686 455,54	20 291 362,51

GRÉCIA	(GRD)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
EL/1990/002/A	10 659 264,00	31 281,77
EL/1993/203	3 520 837,00	10 332,61
SALDO	14 180 101,00	41 614,38

ESPANHA	(PTE)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
ES/1991/040	4 967 759	29 856,83
ES/1991/054	1 205 118	7 242,91
ES/1992/015	36 009 916	216 423,95
ES/1992/016	16 223 156	97 503,13
ES/1992/017	15 478 454	93 027,38
ES/1992/018	15 367 894	92 362,90
ES/1992/027	16 091 128	96 709,63
ES/1992/031	10 295 485	61 877,11
ES/1993/064	1 377 103	8 276,56
ES/1993/105	1 514 172	9 100,36
ES/1993/108	6 256 695	37 603,49
ES/1993/208	730 315	4 389,28
ES/1993/230	1 951 387	11 728,07
ES/1993/234	37 207 226	223 619,93
ES/1993/246	4 177 064	25 104,66
ES/1994/015	14 077 996	84 610,46
ES/1994/021	29 033 510	174 494,91
ES/1994/025	33 257 517	199 881,70
ES/1994/043	3 087 390	18 555,59
ES/1994/054	252 538 237	1 517 785,37
ES/1994/075	1 798 762 930	10 810 782,94
ES/1994/076	56 760 956	341 140,22
ES/1994/077	228 005 970	1 370 343,48
ES/1994/081	32 148 890	193 218,72
ES/1994/082	33 977 730	204 210,27
ES/1994/095	5 329 620	32 031,66
ES/1994/124	11 329 774	68 093,31



ESPAÑA	(PTE)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
ES/1994/125	663 628	3 988,48
ES/1994/126	6 865 497	41 262,47
ES/1994/127	88 460 527	531 658,47
ES/1994/128	11 727 394	70 483,06
SALDO < 1995	2 774 880 438	16 677 367,31
ES/1995/018	28 599 612	171 887,13
ES/1995/028	6 203 777	37 285,45
ES/1995/082	15 407 901	92 603,35
ES/1995/104	5 418 577	32 566,30
ES/1996/022	1 384 511	8 321,08
ES/1996/046	2 408 146	14 473,25
ES/1996/055	6 872 590	41 305,10
ES/1996/084	9 400 053	56 495,46
ES/1996/089	135 314 787	813 258,25
ES/1996/107	1 199 056	7 206,47
ES/1996/108	1 407 451	8 458,95
ES/1997/002	104 864 810	630 250,20
ES/1997/045	2 317 905	13 930,89
ES/1997/046	398 278	2 393,70
ES/1997/049	26 873 314	161 511,87
ES/1997/052	817 932	4 915,87
ES/1997/087	6 094 338	36 627,71
ES/1997/096	23 219 299	139 550,80
ES/1997/098	45 602 883	274 078,85
ES/1997/099	42 985 169	258 346,07
ES/1997/113	11 507 851	69 163,58
ES/1997/138	775 000	4 657,84
ES/1998/005	7 165 696	43 066,70
ES/1998/006	14 591 805	87 698,51
ES/1998/027	44 916 912	269 956,08
ES/1998/120	22 253 496	133 746,20
ES/1999/006	17 477 260	105 040,45
SALDO	3 360 358 847	20 196 163,42
FRANÇA	(FFR)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
FR/78/021	761 012,17	116 015,56
FR/81/007	617 126,39	94 080,31
FR/85/031	40 345,46	6 150,63
FR/87/036	196 382,08	29 938,26
FR/88/018	27 236,00	4 152,10

FRANÇA	(FFR)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
FR/88/019	34 006,51	5 184,26
FR/89/025	558 438,98	85 133,47
FR/91/034	6 223 737,00	948 802,59
FR/94/045	213 719,92	32 581,39
FR/94/047	47 912,67	7 304,24
SALDO < 1995	8 719 917,18	1 329 342,80
FR/95/042	4 454 329,00	679 058,08
FR/95/062	121 057,29	18 455,06
FR/98/069	9 542,97	1 454,82
FR/98/100	224 116,72	34 166,37
FR/99/031	75 237,09	11 469,82
SALDO	13 604 200,25	2 073 946,96

IRLANDA	(£)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
GA/IR/1985/022	3 224,06	4 093,71
GA/IR/1988/008	24 305,57	30 861,71
GA/IR/1991/001	142 880,52	181 420,84
SALDO < 1995	170 410,15	216 376,26
GA/IR/1997/079	8 951,83	11 366,48
SALDO	179 361,98	227 742,74

PAÍSES BAIXOS	(HFL)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
NL/82/151	33 110	15 024,66
NL/87/201	18 677	8 475,25
NL/89/481	10 100	4 583,18
NL/89/491	9 840	4 465,20
NL/89/501	10 100	4 583,18
NL/89/511	25 520	11 580,47
NL/89/521	50 410	22 875,06
NL/91/621	80 110	36 352,33
NL/91/631	92 423	41 939,73

PAÍSES BAIXOS	(HFL)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
NL/91/371	1 727 427	783 872,20
NL/92/022	4 093 794	1 857 682,73
NL/92/023	143 730	65 221,83
NL/93/017	3 924 668	1 780 936,69
NL/94/033	24 930	11 312,74
SALDO < 995	10 244 839	4 648 905,26
NL/96/037	257 574	116 881,99
NL/98/022	11 118	5 045,13
SALDO	10 513 531	4 770 832,37

PORTUGAL	(ESC)	(EURO)
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	Montantes
PT/1991/014	6 400 180	31 923,96
PT/1992/007	37 307 340	186 088,23
PT/1992/011	3 477 210	17 344,25
PT/1992/012	2 861 949	14 275,34
PT/1993/120	39 281 631	195 935,95
PT/1994/027	1 778 172	8 869,48
PT/1994/042	5 289 583	26 384,33
PT/1994/089	159 447 069	795 318,63
PT/1993/135	2 065 990	10 305,11
SALDO < 1995	257 909 124	1 286 445,29
PT/1996/051	7 924 173	39 525,61
SALDO	265 833 297	1 325 970,90

REINO UNIDO	(£)	
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	
UK/1978/011	2 942,00	
UK/1985/001	229 948,00	
UK/1988/025	1 064,00	
UK/1989/166	4 995 290,00	
UK/1990/070	33 830,00	
UK/1990/204	1 470,33	
UK/1992/048	18 497,70	
UK/1993/126	4 218,00	
UK/1993/163	1 980,00	
UK/1994/079	8 419,79	
UK/1994/196	831 441,00	
SALDO < 1995	6 129 100,82	
UK/1995/056	3 250,80	
UK/1995/077	826 150,00	
UK/1995/111	5 634,32	

REINO UNIDO	(£)	
Caso (número) (número de referência interno do EM)	Montantes	
UK/1995/138	18 443,00	
UK/1995/147	150 983,00	
UK/1995/151	343 532,00	
UK/1995/185	228 131,39	
UK/1998/011	2 825 256,00	
UK/1999/001	4 552,00	
UK/1999/107	63 411,00	
SALDO	10 598 444,33	

# COMITÉ DAS REGIÕES

## DECISÃO N.º 64/2003 DO COMITÉ DAS REGIÕES

de 11 de Fevereiro de 2003

### relativa ao acesso do público aos documentos do Comité das Regiões

A MESA DO COMITÉ DAS REGIÕES,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, os n.ºs 2 e 3 do artigo 255.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão <sup>(1)</sup>,

Tendo em conta o Regimento do Comité das Regiões e, nomeadamente, o seu artigo 35.º,

Considerando a Declaração Conjunta relativa ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001, na qual o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão solicitam às outras instituições que adotem regras internas sobre o acesso do público aos documentos tendo em conta os princípios e limites do regulamento em questão <sup>(2)</sup>,

DECIDE:

#### Artigo 1.º

##### Âmbito de aplicação

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro tem direito de acesso aos documentos do Comité das Regiões sob reserva dos princípios, condições e limites definidos pelo Regulamento (CE) n.º 1049/2001 e das disposições específicas previstas na presente decisão.

#### Artigo 2.º

##### Registo público dos documentos do Comité das Regiões

1. É criado um registo de referências na instituição, em aplicação do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.
2. O registo contém as referências dos documentos elaborados pela instituição ou por esta recebidos a partir da data de aplicação do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.
3. Sob reserva do Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2000, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito

ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados <sup>(3)</sup>, bem como do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, os documentos são publicados na íntegra no sítio internet do comité.

#### Artigo 3.º

##### Registo dos documentos

1. Todos os documentos elaborados pela instituição são prontamente inscritos no registo. O secretário-geral adoptará as medidas de execução internas para garantir o registo de todos os documentos elaborados pelo comité.
2. Os documentos elaborados no quadro do processo consultivo ou das outras actividades do comité são inscritos no registo, sob a responsabilidade do órgão ou do serviço de que emanam, imediatamente após terem sido entregues ou tornados públicos.
3. Os outros documentos da competência dos serviços administrativos do secretariado-geral do comité são inscritos no registo, na medida do possível, imediatamente após autorização recebida do serviço de que emanam.
4. Todos os documentos recebidos pela instituição que provenham de terceiros, na acepção do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, são transmitidos pelo serviço de correio oficial ao registo, que os regista, excepto no caso de documentos sensíveis, na acepção do artigo 9.º do referido regulamento, relativamente aos quais se observarão as limitações aí estabelecidas.

#### Artigo 4.º

##### Documentos directamente acessíveis

1. Todos os documentos elaborados ou recebidos pelo comité no quadro do processo consultivo devem ser acessíveis aos cidadãos em formato electrónico, sem prejuízo das limitações previstas nos artigos 4.º e 9.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.

<sup>(1)</sup> JO L 145 de 31.5.2001, p. 43.

<sup>(2)</sup> JO L 173 de 27.6.2001, p. 5.

<sup>(3)</sup> JO L 8 de 12.1.2001, p. 1.

2. O comité tornará acessíveis todos os documentos de natureza consultiva através do registo, o que permitirá aos cidadãos terem acesso directo aos textos integrais dos documentos.

3. O comité tornará o registo acessível por via electrónica no seu sítio internet e assegurará assistência em linha aos cidadãos no que respeita à apresentação de pedidos de acesso aos documentos.

4. Os outros documentos, nomeadamente os documentos de cariz mais político ou estratégico, são, na medida do possível, tornados directamente acessíveis.

#### Artigo 5.º

##### Documentos acessíveis mediante pedido

1. Os documentos elaborados pelo comité ou por este recebidos que não se inscrevam no processo consultivo são, na medida do possível, directamente acessíveis aos cidadãos através do registo, sem prejuízo das limitações previstas nos artigos 4.º e 9.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.

2. Se a inscrição de um documento no registo não permitir o acesso directo ao texto integral, quer porque o documento não se encontre disponível em formato electrónico, quer em aplicação das excepções previstas nos artigos 4.º e 9.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, o requerente pode solicitar o acesso ao documento por escrito ou utilizando o formulário electrónico disponível no sítio internet. O comité poderá, quer conceder o acesso aos documentos, quer comunicar por escrito o motivo de recusa total ou parcial.

#### Artigo 6.º

##### Pedido inicial

###### a) Apresentação do pedido inicial

1. O pedido de acesso a um documento é dirigido por escrito (correio postal, fax ou correio electrónico) ao secretário-geral do comité ou transmitido ao endereço aberto no sítio internet do comité numa das línguas enunciadas no artigo 314.º do Tratado CE.
2. O pedido deve ser formulado em termos suficientemente precisos e conter, nomeadamente, os elementos que permitam identificar o ou os documentos pretendidos, bem como o nome e o endereço do requerente.
3. Se um pedido não for suficientemente preciso, a instituição solicitará ao requerente que o clarifique e prestar-lhe-á assistência para o efeito; neste caso, o prazo de resposta começa a contar apenas a partir do momento em que a instituição disponha dessas informações.
4. O requerente não tem de justificar o seu pedido.

###### b) Processamento do pedido inicial

1. Todos os pedidos de acesso a documentos de que o comité seja detentor são transmitidos, no próprio dia do seu registo pelo serviço de correio, ao serviço responsável pelo registo de referências, que deverá enviar ao requerente um aviso de recepção, preparar a resposta e fornecer o documento no prazo previsto.
2. Se o pedido incidir num documento elaborado pelo comité e abrangido por uma das excepções previstas no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001, o serviço responsável pelo registo de referências contactará o serviço ou o órgão de que emana o documento, que proporá o seguimento a dar no prazo de cinco dias úteis.
3. Quando a dúvida sobre a divulgação disser respeito a documentos provenientes de terceiros, o comité consultará estes últimos, concedendo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se manifestarem, a fim de determinar se aos documentos em questão é ou não aplicável uma das excepções previstas nos artigos 4.º ou 9.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.
4. Se o pedido de acesso dirigido ao comité incidir em documento que ainda não tenha sido tornado público pela instituição de que emana, o comité concederá à instituição responsável pelo documento um prazo de cinco dias úteis para se pronunciar sobre a divulgação do documento.
5. Na ausência de resposta no prazo de cinco dias úteis, o comité prosseguirá o procedimento previsto.

###### c) Prazo de resposta

1. No prazo de 15 dias úteis a contar da data de registo do pedido, o serviço responsável pelo registo dos documentos dará acesso ao documento solicitado e fornecê-lo-á no mesmo prazo.
2. Caso o comité não possa conceder acesso ao documento pretendido, comunicará por escrito ao requerente os motivos da recusa, informando o requerente de que lhe assiste o direito de apresentar um pedido confirmativo.
3. Neste caso, o requerente disporá do prazo de 15 dias úteis a contar da data de recepção da resposta para apresentar o pedido confirmativo.
4. Excepcionalmente, se o pedido visar um documento muito extenso ou um elevado número de documentos, o prazo previsto no ponto 1 da presente alínea pode ser prorrogado por 15 dias úteis, mediante informação prévia do requerente e justificação circunstanciada.
5. A ausência de resposta do comité no prazo fixado confere ao requerente o direito de apresentar um pedido confirmativo.
6. O prazo de 15 dias úteis estabelecido no artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 corre a partir da data de registo do pedido inicial.

## d) Órgão competente

1. Os pedidos iniciais são tratados pelo chefe do serviço responsável pela supervisão do tratamento dispensado aos pedidos de acesso a documentos.
2. As respostas positivas aos pedidos iniciais são enviadas ao requerente pelo director do serviço responsável pela supervisão do tratamento dispensado aos pedidos de acesso a documentos.
3. A recusa de um pedido inicial, devidamente justificada, é decidida pelo secretário-geral, sob proposta do serviço ou órgão de que emana o documento.
4. O secretário-geral poderá, em qualquer momento, consultar o serviço jurídico e/ou o delegado para a protecção dos dados.

## Artigo 7.º

**Pedido confirmativo**

## a) Apresentação do pedido confirmativo

1. O pedido confirmativo é dirigido ao comité por escrito no prazo de 15 dias úteis a contar, quer da data de recepção da resposta pela qual é recusado, total ou parcialmente, o acesso ao documento pretendido, quer na ausência de resposta ao pedido inicial.
2. O pedido confirmativo deve ser formulado segundo os requisitos formais previstos para o pedido inicial.

## b) Processamento e prazo de resposta

1. Os pedidos confirmativos são tratados segundo as mesmas modalidades previstas na alínea b) do artigo 6.º da presente decisão.
2. No prazo de 15 dias úteis a contar da data de registo do pedido, o comité dará acesso ao documento pretendido ou comunicará por escrito os motivos da sua recusa total ou parcial.
3. Excepcionalmente, se o pedido visar um documento muito extenso ou um elevado número de documentos, o prazo previsto no ponto anterior pode ser prorrogado por 15 dias úteis, mediante informação prévia do requerente e justificação circunstanciada.

## c) Órgão competente

1. As respostas aos pedidos confirmativos são da responsabilidade do presidente do comité.
2. O presidente consultará o serviço jurídico e/ou o delegado para a protecção de dados, que deverá emitir parecer no prazo de três dias úteis.

## Artigo 8.º

**Recurso de pedido confirmativo**

1. No caso de o comité recusar, total ou parcialmente, o acesso pretendido, a instituição informará o requerente das vias de recurso à sua disposição, as quais consistem na interposição de recurso judicial contra a instituição e/ou na apresentação de queixa ao Provedor de Justiça Europeu, nas condições previstas nos artigos 230.º e 195.º do Tratado CE.
2. A ausência de resposta da instituição no prazo fixado constitui indeferimento e confere ao requerente o direito de interpor recurso ou de apresentar queixa nos termos previstos no número anterior.

## Artigo 9.º

**Fornecimento dos documentos e custo da resposta**

## a) Fornecimento

1. Os documentos são fornecidos através de entrega de uma cópia ou em suporte electrónico, tendo plenamente em conta a preferência do requerente.
2. Se o documento já tiver sido divulgado pelo comité ou por outra instituição e for facilmente acessível, o comité pode conceder acesso ao documento informando o requerente sobre os meios que lhe permitem obter o documento pretendido.

## b) Custo da resposta

1. O custo da realização e do envio das cópias pode ser imputado ao requerente. Não poderá, no entanto, exceder o custo real destas operações.
2. Em caso de consulta no local ou se o número de cópias não exceder vinte páginas A4, bem como no caso de acesso directo por via electrónica ou pelo registo, o serviço será gratuito.

## c) Pedido de documentos volumosos

1. O fornecimento de documentos que excedam 20 páginas A4 está sujeito à cobrança de uma taxa de 10 euros, acrescida de 0,030 euros por página.
2. O montante desta taxa poderá ser revisto por decisão do secretário-geral.
3. Os custos inerentes a outros meios de transmissão serão decididos pelo secretário-geral, não podendo em caso algum exceder o custo real da operação.
4. Em caso de pedidos repetitivos ou sucessivos que incidam em documentos muito longos ou num grande número de documentos, a instituição pode concertar-se com o requerente de forma informal, a fim de obter um acordo.
5. Os documentos publicados não são abrangidos pela presente decisão e permanecem sujeitos ao seu próprio sistema de preços.

## d) Custo adicional de tradução

Se o requerente solicitar a tradução numa língua distinta das línguas disponíveis, ser-lhe-á aplicada a tarifa em vigor na instituição para as traduções efectuadas em regime *free-lance*.

*Artigo 10.º***Disposição final**

A presente decisão revoga a Decisão n.º 165/1997 da Mesa do Comité das Regiões, de 17 de Setembro de 1997, sobre o acesso do público aos documentos do Comité das Regiões.

*Artigo 11.º***Entrada em vigor**

A presente decisão produz efeitos na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*. A decisão sobre o registo de documentos produzirá efeitos a partir de 1 de Junho de 2003.

O secretário-geral executa a presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 11 de Fevereiro de 2003.

*Pela Mesa do Comité das Regiões*

*O Presidente*

Albert BORE



(Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia)

**POSIÇÃO COMUM 2003/482/PESC DO CONSELHO**  
**de 27 de Junho de 2003**  
**que actualiza a Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de**  
**combate ao terrorismo e revoga a Posição Comum 2003/402/PESC**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

ADOPTOU A PRESENTE POSIÇÃO COMUM:

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, os seus artigos 15.º e 34.º,

*Artigo 1.º*

A lista de pessoas, grupos ou entidades a que se aplica a Posição Comum 2001/931/PESC consta do anexo.

Considerando o seguinte:

*Artigo 2.º*

(1) Em 27 de Dezembro de 2001, o Conselho aprovou a Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo <sup>(1)</sup>.

É revogada a Posição Comum 2003/402/PESC.

*Artigo 3.º*

(2) Em 5 de Junho de 2003, o Conselho aprovou a Posição Comum 2003/402/PESC que actualiza a Posição Comum 2001/931/PESC e revoga a Posição Comum 2002/976/PESC <sup>(2)</sup>.

A presente posição comum produz efeitos à data da sua aprovação.

*Artigo 4.º*

(3) A Posição Comum 2001/931/PESC prevê uma revisão, a intervalos regulares.

A presente posição comum será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

(4) É necessário actualizar o anexo da Posição Comum 2001/931/PESC e revogar a Posição Comum 2003/402/PESC,

Feito em Bruxelas, em 27 de Junho de 2003.

(5) Foi elaborada uma lista segundo os critérios previstos no n.º 4 do artigo 1.º da Posição Comum 2001/931/PESC,

*Pelo Conselho*

*O Presidente*

G. PAPANDREOU

<sup>(1)</sup> JO L 344 de 28.12.2001, p. 93.

<sup>(2)</sup> JO L 139 de 6.6.2003, p. 35.

## ANEXO

**Lista das pessoas, grupos ou entidades referida no artigo 1.º <sup>(1)</sup>****1. PESSOAS**

1. ABOU Rabah Naami (aliás Naami Hamza; aliás Mihoubi Faycal; aliás Fellah Ahmed; aliás Dafri Rêmi Lahdi) nascido em 01.02.1966 em Argel (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
2. ABOUD, Maisi (aliás «o Abderrahmane suíço») nascido em 17.10.1964 em Argel (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
3. \* ALBERDI URANGA, Itziar (ativista da E.T.A.) nascido em 7.10.1963 em Durango (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 78.865.693
4. \* ALBISU IRIARTE, Miguel (ativista da E.T.A.; membro de Gestoras Pro-amnistia) nascido em 7.6.1961 em San Sebastián (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.954.596
5. AL-MUGHASSIL, Ahmad Ibrahim (aliás ABU OMRAN; aliás AL-MUGHASSIL, Ahmed Ibrahim) nascido em 26.6.1967 em Qatif-Bab al Shamal, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
6. AL-NASSER, Abdelkarim Hussein Mohamed, nascido em Al Ihsa, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
7. AL YACOUB, Ibrahim Salih Mohammed, nascido em 16.10.1966 em Tarut, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
8. \* APAOLAZA SANCHO, Iván (ativista da E.T.A.; Membro do K. Madrid) nascido em 10.11.1971 em Beasain (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade No 44.129.178
9. ARIOUA, Azzedine nascido em 20.11.1960 em Constantine (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
10. ARIOUA, Kamel (aliás Lamine Kamel) nascido em 18.08.1969 em Constantine (Argélia) (Membro de al-Takfir e al-Hijra)
11. ASLI, Mohamed (aliás Dahmane Mohamed) nascido em 13.05.1975 em Ain Taya (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
12. ASLI, Rabah nascido em 13.05.1975 em Ain Taya (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
13. \* ARZALLUS TAPIA, Eusebio (ativista da E.T.A.) nascido em 8.11.1957 em Regil (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.927.207
14. ATWA, Ali (aliás BOUSLIM, Ammar Mansour; aliás SALIM, Hassan Rostom), nascido em 1960 no Líbano; cidadão do Líbano
15. \* BERASATEGUI ESCUDERO, Ismael (ativista da E.T.A.; Membro do K. Behorburu) nascido em 15.06.1969 em Eibar (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.379.555
16. DARIB, Noureddine (aliás Carreto; aliás Zitoun Mourad) nascido em 01.02.1972, na Argélia (Membro do al-Takfir and al-Hijra)
17. DJABALI, Abderrahmane (aliás Touil) nascido em 01.06.1970 na Argélia (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
18. \* ECHEBERRIA SIMARRO, Leire (ativista da E.T.A.) nascido em 20.12.1977 em Basauri (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 45.625.646
19. \* ECHEGARRY ACHIRICA, Alfonso (ativista da E.T.A.) nascido em 10.01.1958 em Plencia (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 16.027.051
20. \* ELCORO AYASTUY, Paulo (ativista da E.T.A.; membro de Jarrai/Haika/Segi) nascido em 22.10.1973 em Vergara (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.394.062
21. EL-HOORIE, Ali Saed Bin Ali (aliás AL-HOURI, Ali Saed Bin Ali; aliás EL-HOURI, Ali Saed Bin Ali) nascido em 10.7.1965 ou 11.7.1965 em El Dibabiya, Arábia Saudita; cidadão da Arábia Saudita
22. FAHAS, Sofiane Yacine nascido em 10.09.1971 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
23. \* FIGAL ARRANZ, Antonio Agustín (ativista da E.T.A.; membro de Kas/Ekin) nascido em 2.12.1972 em Baracaldo (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 20.172.692
24. \* GOGASCOECHEA ARRONATEGUI, Eneko (ativista da E.T.A.) nascido em 29.4.1967 em Guernica (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 44.556.097

<sup>(1)</sup> As pessoas cujos nomes estão assinalados com um asterisco ficam sujeitas apenas ao disposto no artigo 4.º

25. \* GOIRICELAYA GONZALEZ, Cristina (activista da E.T.A.; membro de Herri Batasuna/E.H./Batasuna) nascido em 23.12.1967 em Vergara (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 16.282.556
26. \* IPARRAGUIRRE GUENECHEA, Maria Soledad (activista da E.T.A.) nascido em 25.4.1961 em Escoriaza (Navarra), Bilhete de Identidade n.º 16.255.819
27. \* IZTUETA BARANDICA, Enrique (activista da E.T.A.) nascido em 30.7.1955 em Santurce (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 14.929.950
28. IZZ-AL-DIN, Hasan (aliás GARBAYA, Ahmed; aliás SA-ID; aliás SALWWAN, Samir), nascido em 1963 no Líbano; cidadão do Líbano
29. LASSASSI, Saber (a.k.a. Mimiche) nascido em 30.11.1970 em Constantine (Argélia) (Membro do al-Takfir and al-Hijra)
30. MOHAMMED, Khalid Shaikh (aliás ALI, Salem; aliás BIN KHALID, Fahd Bin Adballah; aliás HENIN, Ashraf Refaat Nabith; aliás WADOOD, Khalid Adbul) nascido em 14.4.1965 ou 1.3.1964, no Paquistão, passaporte n.º 488555
31. MOKTARI, Fateh (aliás Ferdi Omar) nascido em 26.12.1974 em Hussein Dey (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
32. \* MORCILLO TORRES, Gracia (activista da E.T.A.; membro de Kas/Ekin) nascido em 15.3.1967 em San Sebastián (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 72.439.052
33. MUGHNIYAH, Imad Fa'iz (aliás MUGHNIYAH, Imad Fayiz), Oficial Superior de Informações do HEZBOLÁ, nascido em 7.12.1962 em Tayr Dibba, Líbano, passaporte n.º 432298 (Líbano)
34. \* MUÑO A ORDOZGOITI, Aloña (activista da E.T.A.; membro de Kas/Ekin) nascido em 6.7.1976 em Segura (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 35.771.259
35. \* NARVÁEZ GOÑI, Juan Jesús (activista da E.T.A.) nascido em 23.2.1961 em Pamplona (Navarra), Bilhete de Identidade n.º 15.841.101
36. NOUARA, Farid nascido 25.11.1973 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
37. \* ORBE SEVILLANO, Zigor (activista da E.T.A.; membro de Jarrai/Haika/Segi) nascido em 22.9.1975 em Basauri (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 45.622.851
38. \* OTEGUI UNANUE, Mikel (activista da E.T.A.; membro de Jarrai/Haika/Segi) nascido em 8.10.1972 em Itsasondo (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade N.º 44.132.976
39. \* PALACIOS ALDAY, Gorka (activista da E.T.A.; membro do K. Madrid), nascido em 17.10.1974 em Baracaldo (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 30.654.356
40. \* PEREZ ARAMBURU, Jon Iñaki (activista da E.T.A.; membro de Jarrai/Haika/Segi) nascido em 18.9.1964 em San Sebastián (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.976.521
41. \*QUINTANA ZORROZUA, Asier (activista da E.T.A.; membro do K. Madrid), nascido em 27.2.1968 em Bilbao (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 30.609.430
42. RESSOUS, Hoari (aliás Hallasa Farid) nascido em 11.09.1968 em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
43. \*RUBENACH ROIG, Juan Luis (activista da E.T.A.; membro do K. Madrid), nascido em 18.9.1964 em Bilbao (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 18.197.545
44. \* SAEZ DE EGUILAZ MURGUIONDO, Carlos (activista da E.T.A.; membro de Kas/Ekin) nascido em 9.12.1963 em San Sebastián (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.962.687
45. SEDKAOUI, Nouredine (aliás Nounou) nascido em 23.06.1963, em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
46. SELMANI, Abdelghani (aliás Gano) nascido em 14.06.1974, em Argel (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
47. SENOUCI, Sofiane nascido em 15.04.197, em Hussein Dey (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
48. SISON, Jose Maria (aliás Armando Liwanag, aliás Joma, chefe do NEP) nascido em 8.2.1939 em Cabugao, Filipinas
49. TINGUALI, Mohammed (aliás Mouh di Kouba) nascido em 21.04.1964 em Blida (Argélia) (Membro do al-Takfir e al-Hijra)
50. \* URANGA ARTOLA, Kemen (activista da E.T.A.; membro de Herri Batasuna/E.H./Batasuna) nascido em 25.5.1969 em Ondarroa (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 30.627.290
51. \* VALLEJO FRANCO, Iñigo (activista da E.T.A.) nascido em 21.05.1976 em Bilbao (Vizcaya), Bilhete de Identidade n.º 29.036.694
52. \* VILA MICHELENA, Fermín (activista da E.T.A.; membro de Kas/Ekin) nascido em 12.3.1970 em Irún (Guipúzcoa), Bilhete de Identidade n.º 15.254.214

## 2. GRUPOS E ENTIDADES

1. Organização Abu Nidal (OAN), (Conselho Revolucionário do Fatah, Brigadas Revolutionárias Árabes, Setembro Negro e Organização Revolucionária dos Muçulmanos Socialistas)
  2. Brigadas dos Mártires de Al Aqsa
  3. Al-Takfir e al-Hijra
  4. Aum Shinrikyo (AUM, AumVerdade Suprema, Aleph)
  5. Babbar Khalsa
  6. \* Continuity Irish Republican Army (CIRA)
  7. \* Euskadi Ta Askatasuna/Tierra Vasca y Libertad/E.T.A.) [As seguintes organizações fazem parte do grupo terrorista E.T.A.: Xaki, Ekin, Jarrai-Haika-Segi, Gestoras pro-amnistía, Askatasuna, Batasuna (aliás Herri Batasuna, aliás Euskal Herritarrok)]
  8. Gamaa al-Islamiyya (Grupo Islâmico), (Al-Gamaa al-Islamiyya, IG)
  9. Antifascista Primeiro de Outubro (G.R.A.P.O.)
  10. Hamas-Izz al-Din al-Qassem (ala terrorista do Hamas)
  11. Holy Land Foundation for Relief and Development
  12. International Sikh Youth Federation (ISYF)
  13. Kahane Chai (Kach)
  14. Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)
  15. Lashkar e Tayyaba (LET)/Pashan-e-Ahle Hadis
  16. \* Loyalist Volunteer Force (LVF)
  17. Organização Mujahedin-e Khalq (MEK ou MKO) [com excepção do «Conselho Nacional de Resistência Nacional do Irão» (NCRI)] (Exército de Libertação Nacional do Irão (NLA, ala militante do MEK), Mujahedin do Povo do Irão (PMOI), Muslim Iranian Students Society)
  18. New People's Army (NPA)/Novo Exército Popular (NEP), Filipinas, associado a Sison José María C. (aliás Armando Liwanag, aliás Joma, chefe do NEP)
  19. \* Orange Volunteers (OV)
  20. Frente de Libertação da Palestina (FLP)
  21. Jihade Islâmica Palestiniana (PIJ)
  22. Frente de Libertação Popular da Palestina (FPLP)
  23. Frente Popular para a Libertação da Palestina- Comando Geral (FPLP- Comando Geral, FPLP-CG)
  24. \* Real IRA (IRA Autêntico)
  25. \* Red Hand Defenders (RHD)
  26. Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)
  27. \* Núcleos Revolucionários/Epanastatiki Pirines
  28. \* Organização Revolucionária do 17 de Novembro/Dekati Evdomi Noemvri
  29. Exército/Frente/Partido Revolucionário Popular de Libertação (DHKP/C), (Devrimci Sol (Esquerda Revolucionária), Dev Sol)
  30. \* Luta Popular Revolucionária/Epanastatikos Laikos Agonas (ELA)
  31. Sendero Luminoso (SL)
  32. Stichting Al Aqsa (aliás Stichting Al Aqsa Nederland)
  33. \* Ulster Defence Association/Ulster Freedom Fighters (UDA/UFF)
  34. Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) (Autodefensas Unidas de Colombia)
-